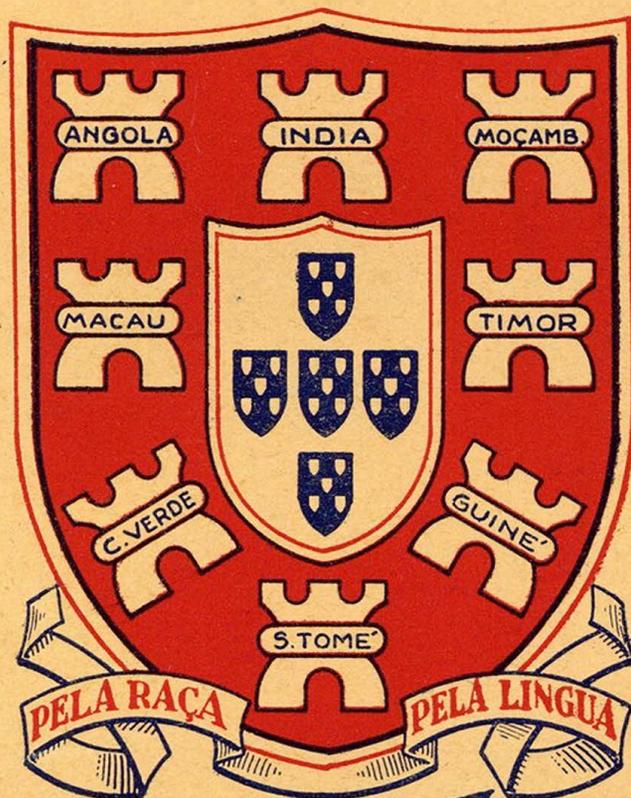


BOLETIM
DA



SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

DO
RIO DE JANEIRO.

VILLAS BOAS & C.^A

IMPORTADORES e EXPORTADORES

219, Rua 7 de Setembro, 225

RIO DE JANEIRO

Telefones..... {
Escritorio 2-4857
Loja 2-0832
Officinas 2-1136
Secç. Material Ensino 2-4641



End. Telegrafico VILASBOAS

CODIGOS { Ribeiro, A. B. C., 5.^a ed. melh.
Mascotte, Borges

PAPELARIA, TIPOGRAFIA, LITOGRAFIA

Secção especial de artigos para pintura e desenho

SECÇÃO MATERIAL DE ENSINO

MATERIAL ESCOLAR

o mais completo e variado desde o JARDIM DA INFANCIA
ao CURSO SUPERIOR

Editores dos Jogos Educativos Brasileiros de M.^{me} L. Artus



*Papeis Carbono
em caixas e resmas.
Fitas para Machinas
de escrever*



ENTRE OS BONS SÃO MELHORES

Adotados oficialmente pela Comissão Central de Compras

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

DO

RIO DE JANEIRO

FUNDADA EM 22 DE MAIO DE 1930

SÉDE: RUA 13 DE MAIO N.º 33, 5.º ANDAR-SALA 144

(EDIFÍCIO DE "O JORNAL")

QUADRO DE HONRA

SÓCIOS HONORÁRIOS

General José Mendes Ribeiro Norton de Matos

Dr. Nuno Simões

SÓCIOS CORRESPONDENTES

| | | |
|------------------|---------------------------|---|
| Africa Ocidental | Luanda | — <i>Virgilio Saraiva</i> |
| | Nova Lisboa | — <i>David Denis</i> |
| | Sá da Bandeira | — <i>Cap. Gastão de Sousa Dias</i> |
| | Lobito | — <i>Luís Figueira</i> |
| | Silva Porto | — <i>Manuel Bento Gonçalves Ferreira</i> |
| | Moxico | — <i>Manuel Quintans Lima Braga</i> |
| | Bolama | — <i>António Pereira Cardoso</i> |
| Cabo Verde | — <i>Mário Leite</i> | |
| Africa Oriental. | Lourenço Marques | — <i>Dr. António Augusto Miranda</i> |
| | Beira | — <i>Dr. José Pompeu</i> |
| | Quelimane | — <i>Francisco Gavicho de Lacerda</i> |
| Portugal | Lisboa | — <i>Major José Ribeiro da Costa Junior</i> |
| | Aveiro | — <i>Major Joaquim da Silva Geraldo</i> |
| | Viana do Castelo | — <i>Rodrigo Luciano de Abreu Lima</i> |
| | Ponte do Lima | — <i>Júlio de Lemos</i> |
| | Arcos de Val-de-Vez | — <i>José Castilho</i> |
| Brasil | S. Paulo | — <i>João Maria Ferreira Sarmiento Pimentel</i> |
| | » | — <i>José Gonçalves Paratudo</i> |

CORPOS ADMINISTRATIVOS

DIRECTORIA

| | |
|------------------------|--|
| Presidente..... | — <i>Francisco das Dôres Gonçalves</i> |
| Vice-Presidente | — <i>Antero de Faria</i> |
| 1.º Secretário..... | — <i>António de Sousa Amorim</i> |
| 2.º Secretário..... | — <i>António Dias</i> |
| 1.º Tesoureiro | — <i>Alamiro Andrade</i> |
| 2.º Tesoureiro | — <i>Afonso Lopes de Oliveira</i> |
| 1.º Bibliotecário..... | — <i>Amândio Peixoto e Louro de Melo</i> |
| 2.º Bibliotecário..... | — <i>Joaquim Porto</i> |
| Vogais..... | { <i>Henrique E. N. Santos</i> <i>Abel Moreira Neves</i> <i>Adelino Domingues Maia</i> |

CONSELHO FISCAL

Alfredo Alves Freixo
António Maria Tavares
Alberto Lopes dos Santos

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente..... — *Eugénio Gomes Martins*
Secretário..... — *Armando Tomás Cardoso*

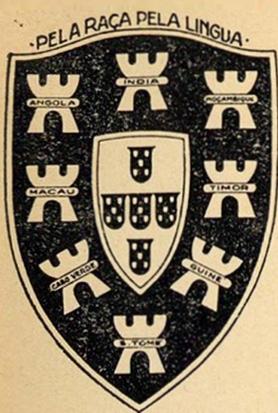
**“Nada de grande e de perduravel póde uma raça, uma nação
“ou um povo criar, se não tiver a guia-lo uma finalidade histórica
“e se não souber ser, ao mesmo tempo, o criador e o ardente re-
“ceptaculo de todas as virtudes cívicas — o obreiro infatigavel e ge-
“nial, e o apóstolo de todos os princípios morais e sociais, os mais
“nobres e os mais alevantados.”**

NORTON DE MATOS

Compro

21. ABR. 1939

REV. J F A



BOLETIM

DA

SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

DO

RIO DE JANEIRO

BRASIL

ORGÃO OFICIAL

Para Distribuição Gratuita

REDACTOR: ANTONIO DE SOUSA AMORIM

N.º 2

M A I O

1932

CUMPRINDO O NOSSO PROGRAMA



A Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro, — núcleo de propaganda dos valores morais, sociais e históricos das províncias ultramarinas portuguesas e suas possibilidades económicas e turísticas, — sente-se ufana em poder comunicar com os seus associados e com a colectividade em geral, ao festejar o seu segundo aniversário, por intermédio desta publicação, — seu BOLETIM e unico órgão oficial —, onde tem a incomparavel honra de reunir valiosíssima colaboração inédita e expressa de muitas das mais categorizadas figuras da vida colonial portuguesa, — êsse amplo e iluminado cenário onde dia a dia se repetem belos e fortes exemplos, vivas e eloqüentes demonstrações do mais alto, nobre e cristalino amor da pátria, sublime sentimento de *prémio vil* não movido.

Inútil seria, todavia, encarecêr neste lugar as dificuldades tremendas que a Sociedade Lusó-Africana, a cujos destinos presidimos, tem encontrado no seu caminho: — umas vezes obstruído pela bravía e agressiva vegetação da inveja e do despeito de alguns, outras pelas areias movediças da indiferença daquêles que tinham por dever precípua e indeclinável apoiarem a nossa cruzada pan-lusitana, sem fogueiras, nem bandeiras, nem retratos, nem adulações capciosas, mas graças à qual a massa anónima dos portugueses residentes no Brasil, nesta nabarcavel e formosa Pátria, se intégra no anseio magnifico da reconstituição da nacionalidade ao ritmo do qual todas as valiosas parcelas da Pátria Portuguesa, despertadas ha vinte anos de um longo sono para uma existencia activa de movimento e valorização integral, e remate triunfal de uma alta e gloriosa aspiração secular: a ventura e a prosperidade do lar augusto e comum dos portugueses, naturais do Minho, das Beiras, do Algarve, do Alentejo, do Douro, de Trás-os-Montes, da Extremadura, da Madeira, dos Açores, de Cabo Ver-

de, da Guiné, de São Tomé, do Principe, de Angola, de Moçambique, de Macau e de Timor — o IMPERIO PORTUGUÊS!

Não ignoravam, como é facil de supôr-se, os fundadores desta Sociedade a existência de tais dificuldades e por êsse motivo as têm enfrentado e superado com animo varonil, porque entendem que não ha vitória justa sem luta.

Quando, em 15 de Agosto de 1931, esta colectividade comemorou, pela primeira vez no BRASIL, com uma sessão cívica, a restauração de ANGOLA, levada a cabo pelo grande SALVADOR CORREIA DE SA' E BENEVIDES, tivemos a oportunidade de o afirmar, e hoje servimo-nos novamente do ensêjo para repetir que a Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro não é, ao contrario do que afirmaram certos *engenheiros de obras feitas*, uma audacia de visionários, mas sim uma realização fecunda de idealistas, cujos efeitos são já bem patentes e notáveis, e só dêles se não apercebem aquêles que se obstinam e não querem vêr, — não ha piores cegos do que aquêles que fazem questão de não vêr, — e para êsses vai todo o nosso altivo desdem —, e aquêles a quem a obtusidade do entendimento lhes não consente enxergár tôda a amplitude inabarcável, tôda a perspectiva radiosa e magnífica do nosso programa, sem quaisquer sombras de materialismo a obscurecê-lo ou a manchar-lhe a pureza de manancial de sentimentos patrióticos elevados, diáfanos e imaculados. Para êsses "pobres de espirito" (felizes por que dêles será o reino dos Céus!) imploramos ao Altíssimo a misericordia divina!

Se a obra levada a cabo por esta Sociedade durante o segundo ano de sua existência não atingiu o nível que nós outros ambicionamos, não foi porque nos tivessesmos poupado a esforços ou não lhe tivessesmos dado com entusiasmo todo o concurso da nossa dedicação patriótica. Entretanto, se ela não é de molde a envai-

decer-nos, também não é tão insignificante e mesquinha que a não possamos balancear com o orgulho natural do dever cumprido demonstrando destarte que as colectividades também valem muito pelo seu património moral, pelas ideias que abraçam e defendem, pela maneira como ágem, enfim!

Sociedade sem outro apoio que não seja a contribuição dos seus associados, colectividade com recursos muito limitados, por consequência, a Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro deve todo o seu largo e alto prestígio, quer nos meios associativos portugueses, no Brasil, quer em Portugal e Colónias, quer ainda em certos círculos educacionais brasileiros, secundários e universitários, ao seu irrepreensível aprumo moral, á sua inflexível linha de conduta, á sua elegancia de atitudes.

A nossa acção, que se vinha exercendo de modo assinalado pela imprensa portuguesa e brasileira desta capital, enveredou durante o ultimo ano por nova senda: pela senda da propaganda oral. Tinhamos de escolher uma data, e essa data, entre tantas outras, nos appareceu e se impôs á nossa escolha: — o dia 15 de Agosto de 1931, comemorativo do extraordinário feito de Salvador Correia de Sá e Benevides. Nêsse dia remoto do ano de 1647, êsse forte e austero capitão, nado nesta linda terra carioca, libertava LUANDA do jugo holandês e garantia-nos a posse definitiva de ANCOLA, que os compatriotas de Nassau oprimiram e vexaram durante seis anos. Nenhuma data se apresentava com melhores credenciais, e por tal razão ela foi esposada por esta Sociedade para início da sua propaganda oral, outra modalidade da sua actividade que rapidos triunfos alcançou.

Em face de semelhante êxito, e aproveitando o inestimável concurso do Exmo. Sr. Dr. Marcello Matias, dignissimo Consul-Adjunto de Portugal nesta capital, e nosso illustre socio cooperadôr, deu a Lusó-Africana comêço a uma série de conferências sôbre assuntos ultramarinos, ás quais se convencionou chamar "Palestras Coloniais". Estas palestras, plênas de erudição e ardor cívico, alcançaram rumoroso successo, tanto pelo assunto, verdadeiramente palpitante, como pelos excellentes dotes de conferencista e vasta cultura do brilhante diplomata, que é ao mesmo tempo uma das mais belas

inteligências da moderna geração portuguesa. Mau grado, porém, ao successo alcançado, essas dissertações tiveram de ser interrompidas por motivos alheios á nossa vontade e á do erudito conferencista, para desgosto de quantos — e era a colónia em pêsso — acorriam a ouvir e a colher lições e ensinamentos sobre essas terras ubérrimas onde o povo português, indifferente ás calúnias de sociólogos de meia tijela e de humanitaristas descarroáveis, prossegue no glorioso cumprimento da sua honrosa e histórica missão civilizadora.

Mas se essa modalidade da nossa actividade teve de ser interrompida, outro tanto não aconteceu com a propaganda por meio da imprensa, a qual não arrefeceu, antes se incrementou, multiplicando-se os comunicados e as informações fornecidas pela Secretaria a todos os jornais do Rio, sendo porém de tôda a justiça salientar as finezas dedicadas por "A PATRIA", o "JORNAL PORTUGUÊS" o brilhante semanario dirigido pela pena brilhante e caracter sem jaça de Eugenio Martins, pela sua pagina ultramarina, a que o Secretário desta colectividade, Antonio Amorim, empresta como redactor o melhor do seu talento e patriotismo, a "Mala de Portugal", pela publicação do nosso boletim semanal de informações.

Outra realização que a Lusó-Africana regista é a transferência da sua séde para o local onde se acha, transferencia essa que se impunha para corresponder ao seu crescente prestígio. E como término deste modesto balanço, e a título de curiosidade, direi que durante este ano esta Sociedade recebeu, além de jornais, revistas, boletins, etc., etc., 208 cartas e officios, tendo a nossa Secretaria expedido 323.

Em conclusão: o nosso programa será cumprido integralmente, certo como estamos do apoio de todos os portugueses de boa-vontade, a quem a saudade, êste sentimento tão sublimemente português — *doce pungir de acerbo espinho* — liga de maneira indissolúvel no exílio. E assim congregados, coesos e fortes, bradamos com incontentido ardor cívico:

PORTUGUÊSES, por PORTUGAL, ala, ala, arriba!

FRANCISCO DAS DÔRES GONÇALVES

O sistema da autonomia administrativa e financeira das colonias é irremovível — mas devemos transformá-lo lentamente até conseguirmos uma autonomia fiscalizada e coordenada: autonomia responsavel dentro de um sistema geral de cooperação perfeitamente estabelecido. Não vão talvez neste sentido as teorias correntes; seguindo conhecidos tratadistas, acharíamos ousadia romper assim contra principios que a muitos se afiguram sagrados. Mas um país tem que escolher entre a defesa da sua unidade, e a concessão de autonomias tão laças que a integridade nacional seja apenas uma apparencia, vivendo dentro do seu isolamento os elementos constitutivos da Nação, como se uns aos outros se desconhecessem, ás vezes porventura mais visinhos de interesses estrangeiros do que de interesses nacionais.

Por mim entendo que devemos optar pela unidade.

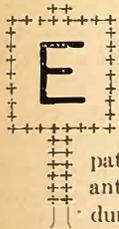
Nada tem para nós de ameaçador este problema. E' muito vivo em todas as colonias o sentimento português. Mas devemos evitar que o mais pequeno germe de desunião se introduza entre elas e a Metropole. Tudo o que no mundo é português deve viver numa estreita solidariedade e de tal modo que nenhum interesse reconheça como superior ao seu proprio.

DR. ARMINDO MONTEIRO
Ministro das Colónias

A GREI COLONIZADORA ⁽¹⁾

Conferência na sessão soléne do "Gremio
Português de Campinas" - 4-X-1931

PELO DR. RICARDO SEVERO


Em uma data e uma fésta de portugueses não haveria porque não vos falar de "coisas de Portugal".
 E, não só como uma evocação de crença patriótica, mas também como sequencia duma antiga orientação étnica e histórica, elucidativa duma tése nacional de reconstrução tradicionalista.

Apartádos da sua patria, os portugueses emigrantes que me escutam, separados da velha metrópole — ha pouco mais dum século — os brasileiros que fraternamente nos acompanham, une-os todavia, agora e sempre, o mesmo fundo inconsciente das suas almas, esse espirito indelevel duma só Tradição que nasceu em um berço comum e jámais os desunirá.

E' uma herança espiritual que os meios físicos não desfazem nem alteram. E' o substráto da raça, a que as civilizações dão o aparato multiforme do Progrésso, mas que nunca perde a sua unidade original; como a infinitésima "célula mãe" de qualquer vasto organismo, a cumprir o seu misterioso ciclo, da origem ao fim da vida, présa á eterna harmonia da vida universal.

Nos povos, também, a Tradição, que é nucleo celular da raça, permanece através de todos os baldões da sua história; vára as tormentosas lutas da humanidade; e guia-os pelos roteiros caprichosos do seu destino á face da terra, ora pelas altas planuras dos seus doirados ciclos de expansão e gloria, ora pelos desfiladeiros infernais das pavorosas crises de miséria e desventura; e, continuamente, sem lhes deixar perder o genio racial.

E' o relicario inviolavel da alma popular, duma religião cujo unico apostolo é o espirito da nacionalidade; constitue o unico laço moral que agrega as unidades sociais dos povos e das nações.

Graças a essa imorredoura tradição, alguns deles marcáram sobre a terra o sulco inapagavel e glorioso da sua obra e do seu triunfo.

ASSIM, A NOSSA GREI.

O espirito dessa tradição paira sobre esta assembléa; aqui vos trouxe; está no titulo, no estatuto, na finalidade benemérita do vosso Gremio. E' também a genése da alma brasileira, que o sentirá e exprimirá como nós, porque perdura no amago da sua consciencia racial.

Quando, portanto, no Brasil, falo em assembleias comuns, não sei distinguir onde os portugueses ou os brasileiros. Todos vós nascestes em Portugal! Por haver sido tão diminuto, esse privilegiado torrão no cabo Maritimo do Velho-Mundo, é que pôde ser um só berço de nós todos; um só o tamaninho, embalado pelas vagas do mar nosso, o bravío e bondoso Atlantico; pelas mesmas ondas que, com a melodiosa sedução das suas lóas e cantares, acalentaram as vaguantes ilusões do seu destino pela imensidade mundial.

Se maior tivesse sido esse pequenino torrão natal, varios outros seriam os ninhos. Nós não eramos tão irmãos; seríamos, quem sabe, diferentes; talvez, extranhos.

Por isso, de boa mente aqui venho falar-vos de "coisas de Portugal", trazendo oportunamente á clareira da História o *povoaléu*, que é sempre o eterno esquecido e o desconhecido de todas as historias. São elas uma longa resenha de feitos memoraveis. Um panegirico cronológico de individualidades notaveis, em que se

(1) Por especial e expressa gentileza do eminente Doutor Ricardo Severo, publicamos hoje em primeira mão, sob o titulo "A Grei Colonizadora", a conferência que êsse vigoroso pensador, — uma das mais perfeitas e completas celebrações da Nossa Terra e a mais alta mentalidade da colónia portuguesa no Brasil —, realizou o ano passado no Grémio Português de Campinas, e que, pelo assunto, se enquadra á maravilha no objectivo principal da nossa colectividade e do nosso Baletim.

Ela servirá de introdução a um estudo geral sôbre a "Colonização Portuguesa", cu'as téses o insigne Autor nos promete desenvolver em separata, sob o ponto de vista etnológico e antro-po-geográfico. Nela se caracteriza já a nossa Grei como sendo por excelência a que, entre tódas as outras do mundo, melhor provou os seus caracteres étnicos de descobridora, colonizadora e povoadora. Portanto o Ex.^{mo} Senhor Doutor Ricardo Severo a considera como uma das células-mães da civilização ocidental ou ibérica.

Pelo seu interesse geral, pe'lo seu inestimavel valor científico e pela sua beleza literaria, a Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro sente-se ufana pelo honroso papel de divulgadora entre portugueses e estrangeiros dêste precioso trabalho do illustre Doutor Ricardo Severo, nobre paradigma das nossas altas virtudes ancestrais, a quem expressamos por tal motivo tóda a nossa gratidão.

exalça a supremacia do poder, o império sobre os homens e as riquezas da terra, a divina realeza das tiranias de conquista e de absoluto domínio.

Estão gravadas, e bem, desde éras milenarias, em monumentos colossais que nos deixaram as civilizações passadas, e que são ainda hoje obras-primas de arte e riqueza; na eloqüência imortal das crónicas, lavradas nos mais antigos *papirus*, pelo talento de grandes-homens do pensamento e da palavra. Enchem museus, bibliotecas, tesouros reais; são pirâmides, templos, estatuas ou tumulos, que adornaram as capitais mortas de grandes nações e eras maravilhosas.

¿ Onde, porém, a crónica dos povos humildes, autores ou vítimas anónimas, dessas obras primas da civilização ?

E' uma história que se dilúe na evolução creadora da humanidade. Ficou inédita, e será postuma, quando muito. Foi escrita sobre a propria terra, pelos rastos de caravanas migratorias em areias movedças que os ventos apagam, pelos sulcos de náus intemeratas por mares ondeantes que as recobrem de mortalhas de escuma, pelos regos de fecundos arados em vales de cultura, que os invernos nivclam, apóz floridos germinais de Vida.

E' uma escrita que desaparece e se funde no âmago da terra. Deixa, porém, na tradição dos povos, vestígios mais eloqüentes, que a mutabilidade dos tempos não atinge; e é nesse arcano precioso que póde reconstituir-se, em quadros de heroismo, de martirio, de santidade, a epopeia da alma popular. Será obra piedosa de ressurreição para uma éra de "renascimento nacional".

Pela interpretação de todos estes elementos etnológicos, será possível redigir a historia sociologica do nosso povo; poder-se-ha então fundar nesse alicerce — que é o proprio da natureza e da realidade — uma politica de organização tradicionalista, que restabeleceria a nacionalidade no quadro do seu caracter étnico, da sua energia e capacidade funcionais, do seu destino historico e geografico.

Por não se haver realizado esta adaptação historica e politica, muito tem padecido este valoroso povo português; entretanto, sendo minimo de origem, soube e póde elevar-se, por si, ao maximo da grandeza nacional, ocupando nos periodos aureos da "civilização occidental" um lugar predominante, apenas pela tenacidade das suas virtudes raciais, guiadas pela tradição constituinte da sua nacionalidade, agindo com fé e culto patriótico.

Nos nucleos originaes, a sua existencia teve primitivamente as fases pastoril e agricola de vida comunitaria, que é a característica da sua formação social; foi guerreiro no periodo lusitano e da reconquista, e passou a "colonizador", apóz a epopeia maritima dos descobrimentos.

O termo "comunista", ligado hoje aos terrores do bolchevismo russo, recordando os pavorosos dias da comuna de Paris, produz-vos talvez o arrepio de qualquer ameaça desastrosa. Sou em tranquilizar-vos, porque não representa aqui qualquer sectarismo revolucionario ou destruidor; apenas um quadro social primitivo, proprio dum regimem agrario elementar, organizado patriarcalmente, em torno do nucleo da familia, e da lareira tradicional.

O povo português formou-se e viveu em pleno regime comunista desde as éras preistoricas, e assim atravessou o sistema administrativo das *behétrias*, dos concelhos, dos municipios, sempre muito cioso das suas prerrogativas democraticas, sob a vigia patriarcal do uso e costume tradicional e do conselho dos *homens-bons*. Acima de todos, esteve o chefe eleito para os trauses guerreiros da defesa da primitiva *cividade*, cujo tipo é o lendario Viriato; a seguir os barões, condes, duques ou principes, guardando ou gerindo as suas honras, coutos ou provincias; por ultimo os monarcas absolutos, desde o fundador do reino portugalense, até aos derradeiros monarcas constitucionais da ultima dinastia.

Não obstante esta seriação, que parece lógica, a verdade é que os povoados de Portugal mantiveram-se na forma de primitivas comunas, sobre que, durante séculos históricos, se fundou com os seus alfóses, forais e cartas régias a organização municipal definitiva; a *Behetria*, que é o núcleo do *Concelho*, designava o "povo que póde escolher senhor todas as vezes que quisér"; e houveram *behétrias* célebres pelos seus privilégios, onde não tinham entrada as alçadas reais com seus meirinhos. São os nucleos tradicionais da República.

Tal porém a persistencia da Tradição, que ainda hoje nas regiões serranas da Beira, de Trás-os-Montes e do Minho, encontrareis póvoas, em que a vida é perfeitamente comunitaria — aí são comuns os pastos, e o gado é pastoreado por *vezeiras*; os serviços agricolas são executados com a cooperação de todos os vizinhos; o *eirado* é do povo, e tambem do povo o forno-do-pão.

Nisto se sintetiza a expressão maxima da cooperativa comunista, da mais cristã das comunhões; o *forno do povo*; um só lar para o pão de Todos!

Ornados de qualquer provincia de além-mar, os que mantem ainda no seu coração português o amor e a saudade, que os prende ao culto da tradição, transmitidos por vossos pais como a mais veneravel das heranças, recordareis certamente os usos e costumes da mais perfeita cooperação em todos os serviços da comunidade agraria; as vessadas das geiras, as sachas e segadas, as esfóllhas e as maldadas, o mergulho dos linhos e as espaldadas, as mēdas, as vindimas, as matanças...; serviços cumpridos na mais festiva das alianças entre parentes e vizinhos, no quadro encantador da aldeia natal, com a sadia alegria da plena natureza, ao ritmo musical das dansas e descantes regionais, e dos córos que se vão recolhendo por caminhos e carreiros em melodiosas litanias nos bucólicos poentes daquelas nossas terras occidentais.

Esta sobrevivencia da comuna agraria constitue uma das mais vivas características da nossa grei; completa-se com a permanencia hereditaria dos outros seus caracteres étnicos, tanto os físicos como os morais. E' portanto esta resistencia de raça e de tradição do povo português que explica a propria estabilização no seu quadro territorial, e tambem a vitoriosa persistencia na sua impetuosa expansão por um vasto imperio colonial, que descobriu, conquistou e colonizou.

Entre os povos da Europa Occidental é, por excellencia, a *grei colonizadora*.

Assim como conservou na sua independencia original as "behétrias" agrárias, tambem manteve em unitaria coesão as suas "póvoas maritimas"; estas ainda

mais se destacam do resto da população pelo seu *etnos*, pelo dialéto, e pelo quadro familiar, no qual até ha pouco eram raros os casamentos fóra da tribu. Pela igualdade do perigo, o risco diario da vida, pela necessidade da co-operação na esforçada campanha do mar, a união da comuna piscatoria é perfeita e permanente. Navegadores de prodigiosa coragem, a eles se devem os primeiros conhecimentos dos mares hiperboreos e ocidentais. Nos arquivos ingleses do século XIV encontram-se já cartas de licenças passadas a mercadores portugueses, para cruzarem os mares da Bretanha e da Irlanda; mas foram muito além, para o Norte e Oeste. Em torio destes núcleos formou-se uma arte naval e uma tradição marítima. Conservou-as, com persistencia igual á dos núcleos terrenos, o mesmo espirito democrático e comunista.

Quando pelo século XV se inaugurou o *Ciclo dos Lusíadas*, para a mais grandiosa das epopeias marítimas, cada um desses heróis do mar transportou no bojo da sua caravéla, sob a flamula da cruz-de-Cristo, uma unidade comunáriá do seu país natal. E, onde adregou de parar, estabeleceu o seu núcleo, desenvolvendo-o com a coragem da sua resistencia física, a rapidez da sua adaptação a todos os meios, e a sua admiravel facilidade de cruzamento com todas as raças indigenas. Fundou impórios comerciais, arroteou terras de cultura, montou engenhos, devassou os sertões, marcou os territórios, construiu portos e fortalezas. Com elementos nativos e de fóra instalou as comunas tradicionais, cujo espirito racial havia trazido da metrópole; e elas fóram marítimas, agrícolas, mineiras, ou simplesmente aventureiras, consoante o sentido desta gigantesca empresa de colonização, que se propunha ocupar infindas vastidões continentais com um pelotão insignificante de gente. A metrópole, ao tempo, apenas contava cerca de milhão e meio de habitantes; o país estava na sua maioria por povoar; "era, segundo os cronistas, um vasto matagal, entressachado de pequenas povoações, circundadas de breves arroteas" fóra algumas cidades e vilas.

Se assim era, como explicar, porventura, o segredo dessas numerosas ocupações coloniais que se estenderam por todas as partes do mundo ?

De primeiro, o valor integral dos portugueses como unidade étnica e o seu genio colonizador; a seguir, o espirito coletivo da sua comuna tradicional; e por fim uma condição que é basilar: Portugal era já no fim do século XII uma nação, e como tal se formou primeiro do que outras, pelo impulso dos seus núcleos constitutivos; as raízes mergulham na prehistória, e já haviam produzido uma nacionalidade bem definida ao raiar da éra cristã, que resistiu brilhantemente á conquista semita e romana, ás hordas dos barbaros germanicos, e á invasão muçulmana.

Portugal espalhou-se por todo o mundo, repartindo-se por partenogénese; instalando em cada parte uma nova célula nuclear. E assim formou os seus centros colonizadores. Estes constituem portanto a obra exclusiva do povo.

Os grandes capitães da maravilhosa epopeia das descobertas e os reis desse vastissimo reino colonial, não souberam conserva-lo na sua grandeza integral, muito embóra os seus planos de política geografica e de exploração económica. Certo é que nas primeiras investidas a descobrir novas terras, entre os primeiros navegadores, alguns foram pela honra e gloria do grande feito.

Bréve, porém, se transformaram em traficantes e mercantis, monopolizando para o Estado toda a navegação e todos os negocios entre a metrópole, as ilhas, o velho Oriente e o novo Ocidente.

O processo de colonização, inaugurado segundo o principio da tradicional democracia, proprio da natureza do nosso povo, modificou-se para um imperialismo colonial de industrialização extrativa e escravocrata. Contra este tráfico comercial que cruzava todos os mares em derrotas conhecidas, formou-se a guerra de corso, de banditismo marítimo, em que embandeiraram náus inglesas, francesas, holandesas e de outros países do norte europeu.

Ocuparam transitoriamente alguns dos nossos impérios da costa marítima, esbulharam-nos de algumas parcelas territoriais, e levaram-nos o cetro dos mares, procurando cada qual explorar a seu modo a industria navegante de méros corsários, ou o imperialismo colonial, *manu-militari*, do qual jámais desistiram até hoje.

Enquanto os reis da brilhante dinastia joanina desfaleciam ao fim do seu famoso império mundial; o povo, cristalizado na sua comuna democrática e tradicional, proseguia na sua obra nacionalizadora, humilde e fecunda, enquanto que a metrópole era desfalcada nos seus melhores elementos individuais, crivada de coimas e de impostos, empobrecida por outras extorsões fiscais e pelas quebras sucessivas do padrão monetario, e que, como vemos, também não é novidade entre os heróicos remedios governativos da moderna idade.

Nas colónias, abandonado á luta feróz contra as mais inóspitas regiões e climas, manietado por monopólios e privilégios da casa real e doutros donatários, manteve-se entretanto, como uma salvadora providencia, a conservar a vida das primeiras colmeias colonizadoras, tais como aquelas pequenas comunas lusitanas, que deram corpo á nacionalidade portuguesa.

O estado, funcionalmente industrial e comerciante, finda na falencia política e financeira, arruinando a economia geral do país. E bem sabeis quantos desastres têm resultado destas duras experiencias para os nossos e outros países, não só do Velho como do Novo Mundo !

Sobreveiu a hecatombe de Alcaccer-Kibir, fechando com negra lapide tumular o ciclo africano, iniciado em Ceuta.

A seguir o domínio espanhol. E enquanto os de Algo e da Nobreza rondavam, com a prosapia dos seus brazões, a côrte faustosa de Castela, o "povoléu" de Portugal, adstrito à misera condição da sua gleba natal, não arredou pé, vigiante sempre, da soleira da Patria. Nas colónias, não abandonou jámais os padrões heróicos das descobertas, e o sacro estandarte do domínio português; todo esse mundo colonial permaneceu intacto, á sua guarda. Até que num dia do ano de 1640, esse povo humilde e apoucado, sacode violentamente o jugo castelhano e mais uma vez restaura a patria portuguesa, que continúa, como sempre foi, obra da sua alma heróica e do seu genio creador.

Assim foi sempre a obra da "nossa grei", a povoar, reconquistar e restaurar a patria mãe, a descobrir, colonizar, nacionalizar a vastidão das suas colónias.

E' por excelencia a *Grei Colonizadora*.

Por aqui tem havido quem nos amaldiçoê, na ambição duma melhoria de materialidade económica; no

anceio talvez duma civilização mais opulenta, requintada e velós; e tenho lido já ingratas jeremiadas por não terem os Fados conduzido a esta terra como descobridores os anglo-saxónicos ou os flamengos. O facto, porém, é que arribaram por vezes, como corsarios, os franceses, os ingleses, e os holandeses, mas foram batidos quando possível, e logo expulsos sempre que pretendiam fazer quartel.

Limitaram-se a marinar na esteira das nossas armadas, que sempre atacaram para roubar, seguindo a escola nautica dos nossos roteiros, pelas costas que lhes assinalamos; aí montaram por vezes emporios marítimos de negocio, de escravatura e de exploração costeira. O caracter dominante da sua ocupação é, porém, de imperialismo colonial, como ainda hoje nas suas vastas e opulentas feitorias. Se os Fados deles houvessem feito os primeiros senhores destas terras, este territorio, que não era então o Brasil, seria ainda, e tão sómente, uma ou varias das suas "colónias". A esse tempo eles eram, porém, "potencias menores".

O Brasil existe, e existem os brasileiros, porque este territorio foi descoberto e ocupado por portugueses que desde logo aqui fundaram uma nova e unica "patria", que se estendia do Amazonas ao Prata, e que mais longe iria pela vastidão continental, se não fôra o Tratado de Tordesillas e o Plano Henriquino das Indias. Existe o Brasil e existem os Brasileiros, porque esta grandiosa nação e esta heroica gente, são a obra prima da democracia colonizadora dessa "grei lusitanense" que lhe deu não só a origem como tambem a independencia dum completo organismo nacional.

Eis até onde vai a diferença entre os principios basicos da democracia e do imperialismo de colonização.

Erguer pedestais á democracia, parece necidade condenavel, quando por toda a parte se apregôa, como em longo film sincronizado, a falencia radical das democracias. Estão sentenciadas até pelos tribunais onipotentes dos sistemas sociais, que avançam no seu radicalismo destruidor até á anarquia absoluta. Entretanto, ainda ha democratas; não talvez dos que se formaram nas puras fontes de Sparta e Atenas, com a elegancia filosofica dos platonicos, mas entre os que, apreendendo a evolução biologica da humanidade, formaram o seu espirito nas realidades vitais de que surgem as almas de todos os povos.

Com efeito, da celebre trilogia, que embandeirou as mais desumanas revoluções e tragedias sociais, pouco fica de bom, não obstante ter epigrafado o codigo dos "Direitos do Homem". A liberdade é um mito, que serve de holofóte ás mais inumanas tiranías; a egualdade é um erro, contrário á lei da natureza humana e universal, e a fraternidade, uma ilusão, que se tem prestado ás lutas mais fratricidas. Entretanto, é este ultimo o bom lema que fica, de amar ao proximo como base moral das democracias, desde as suas formas mais rudimentares, de singelo primitivismo social, até ás constituições superiores, de livre expansão das elites geniais da humanidade.

Porque então a permanencia criminosa e maldita da guerra mundial? Porque os homens não se entendem e menos ainda as nações. Porque o fundo inconsciente dos seus instintos animais não é ainda governado por esse outro instinto ou espirito, unico verdadeiramente humano, que é amor e fraternidade, que é religião, filosofia, ideal democratico.

Porque a palavra inspirada dos apóstolos do bem e da verdade, cristalizada entre nós no divino simbolo cristão, não iluminou ainda por completo esse fundo escuro da alma humana, não é ainda a luz espiritual da sua mentalidade.

E o homem, que se eleva individualmente ás mais altas concepções do seu genio creador, continúa socialmente, para com outrem, tal como o barbaro antepassado, das primeiras éras, da civilização humana entre a animalidade preistorica.

Ha clareiras de felicidade entre as trévas da nossa história. Algumas vos demonstrei nesta desataviada prelenga, de máximas democráticas e tradicionalistas, exemplificando-a com o exemplo da nossa grei colonizadora.

Esse ideal, vós o procurais tambem, na vossa ancia de paz e felicidade comum. Cada associação, de cooperativismo, de benemerencia, de mutualismo, de filantropia é uma tentativa e um passo para esse entendimento fraternal entre os homens, os povos e as nações.

R. Santos

Representante de SERAFIM FERREIRA — Rio de Janeiro

Peças para automoveis, accessorios em geral.



LUSO VULCANIZAÇÃO

GAZOLINA — ESTOPA — OLEO — GRAXA

Distribuidor da GOODRICH RUBBER COMP. OF BRASIL, INC.

PNEUMATICOS E CAMARAS DE AR

MOYSÉS M. SANTOS

Accita representações do seu ramo em geral

Ladeira de S. Bento n.º 4

Cx. Postal 218 — End. Tel. LUSOVUL

Telefone 5008 C.

BAÍA (BRASIL)

Os portugueses do Brasil

O Brasil e as colônias portuguesas

PELO DR. NUNO SIMÕES

SOCIO HONORÁRIO DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

QUANDO ha dois anos, no Rio de Janeiro, foi solicitada a minha adesão ao pensamento inspirador da Sociedade Luso-Africana, de bom grado e, com a maior simpatia, a assegurei aos seus fundadores.

Sempre tive para mim que o maior e o melhor agente de propaganda e de enaltecimento dos interesses morais, politicos e economicos de Portugal, no Brasil, seriam os nossos núcleos de expatriados.

E sendo-o no Brasil, garantidos nos estavam essa propaganda e esse enaltecimento em uma grande nação, dentro em pouco, sem dúvida, uma das maiores do mundo, pela sua extensão, população e riqueza. Mesmo que a Sociedade Luso-Africana visasse sómente a relacionar os núcleos de portugueses no Brasil com os portugueses de todo o nosso vasto império colonial, como o seu nome parecia indicar, já os seus objectivos seriam dignos do apreço e da adesão de quem como eu, desde longe, considera a ligação das nossas colônias de território com os nossos núcleos sem bandeira, uma obra a emprender, com verdadeira e iniludível vantagem para a unidade nacional. Mas a Sociedade Luso-Africana atribuiu-se, com uma ampla visão patriótica, mais larga e alta missão: a de contribuir para elucidar a maior nação da lingua portuguesa, sobre a nossa acção e possibilidades coloniais e de a interessar por essa acção, criando não já nos portugueses do Brasil, mas nos 40 milhões de brasileiros, a perfeita compreensão da perpetuidade da nossa missão histórica de povo criador de nações e da nossa capacidade para a realizar integralmente, atravez de todos os sacrificios, pelo aproveitamento económico dos vastos territórios que constituem, ainda

hoje, a nossa projecção, em três partes do mundo, e pelo enaltecimento das raças que os povoam.

A êsses territórios e às populações que os valorizam oferecemos nós, na verdade, um domínio político integralmente expresso pela co-operação económica e moral que damos e requeremos dos povos colonizados, fieis á tradição, por nós firmada na fundação e edificação do Brasil e que é, ainda hoje, a nossa honra e um mandato imperativo do profundo e inegualavel sentido de humanidade que temperou sempre o nosso poder e a nossa influencia.

A consciência do nosso destino e dos meios por que temos procurado realizá-lo, fácil será ao Estado Brasileiro adquiri-la e fortalecê-la. Bastará debruçar-se sobre as tradições comuns dos dois povos atlânticos, renovadas e vivificadas ainda agora pela contribuição sagrada que damos para a estrutura social da nação brasileira, com o sangue português que nela continúa a misturar-se e permanentemente circula.

Essa consciencia nos garantirá, no concerto internacional, um testemunho directo, autorizado, eloquente e ao mesmo tempo o mais desinteressado que possa jámais invocar-se, em defesa da nossa obra progressa e da nossa actuação presente de nação colonizadora. E o testemunho solidário do Brasil hegemónico será sem dúvida, para nós, um espontâneo, forte e compensador amparo futuro, em face dos perigos que ameaçam os nossos direitos históricos às províncias de Além-Mar que descobrimos e de que, mercê de uma folha de serviços á humanidade que nenhum outro povo póde legitimamente arrogar-se, fizemos já regiões progressivas, om todo o apetrechamento de uma próspera civilização.

Além de que a maior parte do nosso Ultramar, a mais rica, a mais povoada, a mais portuguesa, e por isso mesmo a mais cubiçada, fica no litoral do Atlantico, onde ao Brasil não pôde ser indiferente que vivam e se perpetuem povos da mesma origem comum, com a mesma missão civilizadora e pacifica e com o mesmo fraterno anseio de engrandecimento da raça e da humanidade.

Justificada está, assim, portanto, a cooperação, — por pouca fortuna minha, tão insignificante, até agora, — que prometí á Sociedade Lusó-Africana, cujo programa com o maior apreço refiro ao que de mais actual e eficiente se tem tentado em terra portuguesa em prol da nossa propaganda e da nossa acção colonial e da revelação e afirmação internacional dos instrumentos de uma e de outra.

Portugueses que somos, podemos orgulhosamente reivindicar para o nosso activo de povo de vocação irradiantemente criadora e desinteressada, uma obra presente que, em nada desmerece, da que nos fez, nas vésperas de quinhentos, salvadores da raça branca, e após, fundadores conscientes da idade moderna.

Nessa obra de meio século ou pouco mais, nem falta o heroismo dos grandes conquistadores, nem a fé dos missionários que foram os mártires e os santos da nossa epopeia, nem a proficiencia administrativa que entronca na estirpe dos edificadores do nosso mutilado mas ainda vastíssimo Império.

Moçambique e Angola constituíram realmente enormes campos de demonstração para as nossas faculdades colonizadoras, desde os fins do século XIX.

Para essas faculdades em tudo se mostrarem dignas das que anteriormente e fulgurantemente provamos, nem têm faltado, em redor das duas grandes províncias, os perigos e as ameaças que a cupidez dos poderosos e reincidentes *profiteurs* do idealismo que nos inspirou na nossa acção colonizadora de séculos, não desistiram de criar, ontem como hoje, como sempre que pre-

ciso seja saciar a avidez de povos que, educados no culto da força, não podem deixar de combater e abominar o predomínio da Justiça e do Direito.

Todos esses perigos enfrentamos, não sem que, contra nós, se efectivassem algumas das ameaças que a rapacidade dos grandes Estados usa inventar para disfarce das violencias consumadas contra os pequenos.

E ao mesmo tempo que os enfrentavamos, iamoz relizando, á custa de esforços sem conta que muita vez coincidiram com os sacrificios sem paga de reconhecimento ao menos, uma occupação economica em que, em muitos casos, se antepuseram aos nossos proprios e fundamentais interesses, interesses alheios, nem sempre merecedores sequer de ser considerados.

O fomento do progresso material e moral das nossas províncias de Além-Mar e mais especialmente de Angola e Moçambique foi muitas vezes retardado, em nome de obrigações, cinicamente atribuidas senão impostas ao nosso abnegado espírito de cooperação internacional.

A posse de alguns dos melhores portos de Africa e da Asia serviu aos países cujo comércio teria de os utilizar, para reclamar de nós um esforço de trabalho e de dinheiro, em muitos casos, superior ás nossas próprias possibilidades immediatas.

Os milhões de libras que tivemos de dispendir em Mormugão e em Lourenço Marques! O dinheiro que temos tido de enterrar em Macau e no Lobito! O que nos têm custado em dinheiro e em mão de obra ou em sacrificios de outra ordem, as linhas férreas que o Estado português construiu directamente, por concessão, ou garantia de juro, para o tráfego internacional da Africa e da India!

Pois tudo isso fizemos, fieis ao sentido de cooperação internacional que nos lançou na obra das descobertas e conquistas, para dilatar a fé, antes mesmo de acrescentar ao Imperio novas terras. E a par e passo fomos dotando a terra portuguesa do Ultramar, com tudo o que, na terra da Metrópole, fôra justa preocupação de civilização e progresso.

Além dos portos e caminhos de ferro de intenso tráfego internacional, apetrechamos portos e construímos caminhos de ferro de mais restritas zonas de influência e asseguramos o acesso a uns e outros, da riqueza criada, por estradas largas e aptas a um intenso tráfego de automóveis.

Completando o sistema de transportes e comunicações, estabelecemos extensas rêsdes telegráficas com e sem fios. E paralelamente com êste esforço de obras publicas, um outro se efectivou multiplicando os estabelecimentos de instrução e assistência para colonos brancos e para indígenas, cujo ensino profissional e cuja defesa contra as grandes e mortíferas doenças tropicais têm sido constante preocupação dos nossos melhores administradores em Africa.

E pelo que respeita á intervenção directa do Estado na melhoria e aumento da riqueza agrícola e pecuária, podem considerar-se notáveis os esforços feitos e os resultados obtidos com a instalação de laboratórios para o fabrico de vacinas e sôros, com a organização dos serviços agrônomicos e veterinários, com a multiplicação de tanques carrapaticidas, com a criação de campos e granjas experimentais, com a divulgação do crédito agrícola.

¿Podia ser maior a obra realizada? Com os recursos de que dispunhamos e de que dispomos, ninguem poderia ter pretendido fazê-la, ao menos, igual.

Aos outros sobram capitais que podiam pôr á disposição da nossa capacidade e que nos recusam, sempre que lhes não acenamos com concessões excepcionalissimas, mas faltam a laboriosidade, a tenacidade e a abnegação que são as características da massa obscura mas admiravel em que foram recrutados os obreiros da nossa colonização na Africa, irmãos dos que ajudaram a lançar os fundamentos do Brasil portentoso e, ainda hoje, carregam para a sua grandeza material, múltiplos elementos dos de mais sólida estrutura e de maior força aggregadora.

Foram eles, foi a cohorte dos nossos exploradores, colonos, agricultores, comerciantes do sertão, militares e missionários quem, dirigindo uma dezena de milhões de dóceis nativos e com eles cooperando, em menos de meio século, implantou, nos 2 milhões de quilometros quadrados que integram os nossos territórios de Além-Mar, mais de quatro mil quilómetros de caminhos de ferro onde anualmente circulam mais de um milhão e meio de passageiros e cêrca de 3 milhões de toneladas de mercadorias, representando receitas de mais de 2 milhões e meio de libras. Eles quem construiu mais de 50.000 quilometros de estradas camionáveis que, com cêrca de 5.000 quilómetros de via fluvial completam a rêsde de transportes do nosso império ultramarino e quem nêle levantou uma rêsde telegráfica e telefónica de cêrca de 30.000 quilómetros, a par de dezenas de estações rádio-telegráficas que fazem a ligação perfeita de todas as províncias ultramarinas entre si e da Metrópole com todas elas.

Eles ainda quem apetrechou e administra portos marítimos, anualmente frequentados, sem incluir a navegação de cabotagem, por cêrca de 50.000 navios, com uma tonelagem de cêrca de 40 milhões, com um tráfego total, incluindo o transito internacional, de um milhão de passageiros e 3 milhões e meio de toneladas de mercadorias, num valor de mais de 50 milhões de libras.

Na maior parte desses portos predomina a navegação portuguesa que dispõe de navios com mais de 130.000 toneladas e que, só entre Angola, Moçambique e a Metrópole realiza um tráfego anual de 90.000 passageiros e de mais de 250.000 toneladas de mercadorias.

Sômem-se a isto as projectadas linhas aéreas de ligação da Metrópole com as colónias da Africa e as rêsdes internas de Angola e Moçambique e ter-se-ha uma indicação do esforço realizado por Portugal para o apetrechamento material das suas províncias de Além-Mar, a cujas costas não falta uma bôa rêsde de faroiz e em cujo interior estão devidamente montados

os serviços de correios, distribuídos por centenas de estações postais.

Não tem sido menor o esforço visando o exaltamento moral e intelectual das populações nativas do nosso Ultramar.

O ensino primário oficial e missionário, é, nêle, ministrado em cêrca de 2.000 estabelecimentos, com perto de 200.000 alunos.

Atingem alguns milhares, os alunos do ensino secundário, normal e profissional de que existem também estabelecimentos em todas as colônias, só Angola tendo 20 escolas rurais e 37 escolas-oficinas.

Os serviços oficiais de saúde, higiene e assistência abrangem dezenas de hospitais para brancos e indígenas, em todas as povoações de primeira ordem, com um largo quadro permanente de médicos, farmaceuticos, enfermeiros brancos e indígenas e com brigadas móveis de combate á doença de sono que, em Angola, têm realizado uma obra inexecidível, constituindo a admiração publicamente testemunhada, dos serviços similares do Congo Belga e de outras colônias africanas.

Os serviços de justiça, incluindo tribunais especiais para indígenas, podem considerar-se perfeitos, apesar da enorme área porque se distribuem.

E como resultado de todo este apetrechamento material, moral e intelectual, o Ultramar português integra um comércio exterior cujo valor se aproxima de 25 milhões de libras anuais, ás exportações cabendo mais de 9 milhões, valor de 450.000 toneladas de produtos agrícolas e industriais e de 350.000 *carats* de diamantes.

Semelhante acção não se efectiva, sem que os seus realizadores sigam e se submetam realmente a uma verdadeira vocação colonizadora de que nenhum outro povo pôde, como nós, orgulhar-se.

Se não fôsse essa vocação, como explicar que a Dívida pública atribuída especialmente ás provincias ultramarinas de Portugal e proveniente toda de empréstimos internos, atinja sómente a 8 milhões de libras, quantia insigni-

ficante, se a confrontarmos com as dívidas, expressas por números verdadeiramente astronómicos, dos Domínios Ingleses, por exemplo. A Inglaterra pôde valorizar extraordinariamente o seu Ultramar, mas por força de 3 mil milhões de libras que lhe emprestou. A dívida do Congo Belga vai a 22 milhões de libras. O Ultramar francês deve mais de 4 biliões de francos e foram votados ultimamente empréstimos, para êle, de mais 5 biliões.

Quási 100 milhões de libras custou a Portugal a obra de fomento, realizada nas provincias da Metrópole desde 1850 a 1880. E Portugal tem no continente europeu uma área, apenas de 89.000 km.²

Significa tudo isso, portanto, que tendo nós feito muito, temos muito mais a fazer ainda no nosso Ultramar. Mas quem já fez o que lá existe e o fez exclusivamente pelas suas próprias forças, sem contar com os enormes recursos de ouro de todo o mundo que se acolheu e concentrou na banca inglesa, francesa, belga e holandesa e que a Inglaterra, a França, a Belgica e a Holanda puderam, por isso, mobilizar e canalizar para as suas colônias, provou uma tal capacidade de realização que só a má fé mais refalsada pôde pôr em dúvida ou uma clamorosa injustiça recusar-nos.

A essa má fé e a essa injustiça que, por vezes, se dissimulam sob o disfarce de um humanitarismo artificioso e sem escrúpulos, vizando sómente a transferir para os mais fortes que, nem sequer foram nunca os mais cristãmente preocupados com os direitos das populações nativas, a soberania dos menos poderosos mas provadamente mais humanitários, teremos nós de opôr, com os direitos seculares de descoberta, de ocupação política e económica, de civilização e de espontanea e integral cooperação social com os povos colonizados, o testemunho do nosso esforço presente, para substituir os subditos de ontem pelos cidadãos de amanhã.

E para esse trabalho de afirmação das nossas virtudes e méritos e de demonstração das nossas realizações no Ultramar não podem ser-nos

indiferentes o conhecimento e a consciente solidariedade dos núcleos portugueses espalhados pelo mundo e sobretudo das centenas de milhares de portugueses residentes no Brasil, e das

contra os cubiçosos detractores da nossa obra colonizadora, os nossos direitos que são indestrutíveis, precisamente porque sempre os fizemos coincidir com os nossos iniludíveis deveres de descobridores e civilizadores desinteressados.

A' Sociedade Luso-Africana cabe uma contribuição primacial de orientação e de dilucidação nesse trabalho, cada vez mais imprescindível e inadiável, ante as ambições insólitas que, outra vez, não hesitam em tornar a paz do mundo dependente da extorsão dos que jámais a puseram em risco e inutilmente tudo fazem para evitar a sua perturbação.

A importancia e a transcendência dos seus objectivos devem ser um estímulo para os atingir.

Já uma vez, em 1648, quando despossados do nosso império colonial no Atlantico, o patriotismo dos portugueses do Brasil foi bastante para nos reintegrar no seu domínio. Salvador Correia de Sá, o chefe heroico da expedição que nos restituiu Angola, é, com certeza, uma das memórias tutelares a cuja protecção se acolhem os portugueses da Sociedade Luso-Africana.



SALVADOR CORREIA DE SÁ E BENEVIDES

dezenas de milhões de brasileiros que, falando a lingua que, ha séculos, ensinamos e que ainda hoje falam tantos subditos de outros países coloniais, nela poderão eloquentemente defender,

Lisboa, Março 31.

Armando Monteiro

“Nós podemos sair desta crise com uma sólida reputação de bons administradores e de pagadores honestos. Isto será a melhor garantia da integridade do Império. Seremos invulneráveis. O Império Português apresentar-se á como um conjunto completo, harmonico, vivendo na certeza de que cada uma das partes que o compõem não deixará romper-se o equilibrio das suas forças em prejuizo de todos. Eis a verdadeira politica Imperial.”

DR. ARMANDO MONTEIRO
Ministro das Colónias

UM VALIOSO AUTÓGRAFO

Nas Colónias está o nosso futuro

Quando os nossos bravos navegadores — apressavam os seus barcos a terras desconhecidas, guiava-os a ~~patente~~ ^{nobre} intuição que as suas descobertas representavam a Patria continuada, a patria alargada, a patria multatizada.

Porque é que tanto portugueses emigram para paizes estrangeiros, onde muitas vezes vão encontrar a

2
misera e a ruina? — Porque não ~~coherer~~ tem havido a favor das nossas colónias a propaganda ~~indispensavel~~ ^{indispensavel}.

É preciso estabelecer uma forte corrente d'emigração para os nossos domínios ultramarinos. Não basta ao nome alto comissario, o que representa, sem duvida, uma medida acertada. É necessario, e urgente convencer os emigrantes que o futuro de cada um e o futuro de Portugal está nas nossas colónias.

Magalhães Lima

O Centro Republicano Português de S. Paulo, com aquela nobre e elevada intuição que sempre teve do sentimento patriótico, manteve, durante quatro anos, de 1921 a 1924, uma publicação — "Boletim Mensal" — de cujo valor literário se pôde aquilatar, dizendo que nele colaboraram Ricardo Severo, Augusto Casimiro, Antonio M. Guerreiro, Tomás Vieira dos Santos, Fran Pacheco, Marques da Cruz, Carvalho Neves e outros.

Com uma pertinácia que se pôde classificar de beneditina e inexcedível dedicação, que compensavam a insuficiência de conhecimentos para o mistér, dirigiram essa publicação dois dos mais modestos associados — Alamiro Andrade e o autor destas linhas, o primeiro então residente na capital paulista e prestando, com rara abnegação, o concurso dos seus sentimentos republicanos, das suas apreciáveis faculdades de trabalho e da sua intelligência, á popular agremiação lusa.

Em 1924 julgou a Directoria oportuna e patriótica a propaganda das nossas colónias e estabeleceu, para esse fim, um programa do qual faria parte a publicação de um numero especial do "Boletim", que tratasse exclusivamente de assuntos coloniais. Solicitámos, para isso, a colaboração literária dos intellectuais portugueses mais em evidência. E — triste foi constata-lo! — dos muitos a quem nos dirigimos, só Magalhães Lima, grande alma lusitana, orgulho da nossa raça, pela sua cultura, pela sua intelligência e pela nobre compreensão que soube ter dos senti-

mentos de humanidade, notadamente das palavras Paz e Democracia, pelas quais tudo sacrificou, — só Magalhães Lima acorreu ao nosso apêlo, identificado connosco nos mesmos propositos de contribuir para o progresso da nossa Africa, encaminhando para ali a actividade, a iniciativa e o trabalho dos nossos patrióticos. Os outros intellectuais, envolvidos e preocupados então nas lutas e competições politicas de após-guerra, lutas e competições que, em todos os países marcaram uma triste época, cujas funestas consequencias estamos agora vendo e sofrendo — os intellectuais não tiveram tempo nem vontade de nos atender. E nós, pobres e desiludidos idealistas, ficamos sozinhos no nosso sonho patriótico. E o Boletim não se fez...

Eis a razão por que ficou inédito, até hoje, o autógrafo do grande Sebastião de Magalhães Lima, cuja memória é dever nosso venerar, como a de um Homem que passou pela vida apostolizando o Bem com a sua intelligência privilegiada e praticando-o com a sua alma de eleição.

Eu guardei, durante oito anos, como se guarda uma relíquia, este precioso autógrafo. Cêdo-o agora, com muito prazer, aos directores da Sociedade Luso-Africana, de cuja jalange faço parte como o mais bisonho dos soldados, para o nosso Boletim, certo de que lhes faço uma dávida de alto valor.

S. Paulo, Maio de 1932.

GONÇALVES PARATUDO

Colônias de sofrimento e Colônias de venturas

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

PELO MAJOR J. R. DA COSTA JUNIOR

SOCIO CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

PORTUGAL é actualmente uma nação que possui um conjunto valiosissimo de Colônias, que se estendem por todo o lado oriental do mundo, desde o Oceano Atlantico até ao Pacifico e que ocupam, na Africa, na Asia e na Oceânia, uma área total de 2.000.000 de quilómetros quadrados e uma população geral de 10.500.000 habitantes.

Muito se tem escrito e dito sôbre o esforço de Portugal para se tornar senhor de tão extenso domínio ultramarino; é, porém, necessário acentuar que, para isso, não foram, os nossos heroicos antepassados, movidos por ambição de lucros materiais, mas sim por generoso impulso de *bem fazer*.

Só nisto encontra explicação o facto de ter irradiado pelo mundo a influência portuguesa, criando raizes e fazendo, de cada terra onde penetra, uma porção da nossa Pátria.

O Cristianismo surgiu no mundo, ha quasi 2.000 anos, para inculcar nos povos a noção da humanidade; porém, de todos os povos que receberam a invasão dêsse credo, foi o portuguez o que o tomou mais a sério e o transmitiu ás novas gentes encontradas nas suas descobertas, na pureza da sua caridade.

Perante Deus — diziam os missionários de Portugal—Portugueses e homens de outras raças, todos são iguais; e procediam de maneira que os seus actos não divergissem das suas palavras.

Levaram os portugueses, a todas as partes do mundo, a affectividade preciosissima da sua alma; e as gentes das novas terras submeteram-se, mais á suavidade do seu domínio, que ao império da sua força.

A bandeira de Portugal a tremular por êsses mundos além, nunca foi um símbolo de opressão para os naturais e, muitas vezes, tem sido amparo valioso e consolador de aflitos, ou guia de progresso e bem estar.

Seria fastidioso e seria vaidade, demonstrar com factos as afirmações acima feitas, porque êsses factos surgem bem luminosos através da nossa brilhantissima história, ligados indis-

soluvelmente ás nossas nobilissimas tradições de cavalheirismo. Todavia, ha um facto do nosso tempo que, por ter sido por mim observado, não devo deixar no olvido, porque confirma que a Alma Portuguesa é sempre a mesma que se bateu contra o jugo de Roma, que sacudiu o selim sarraceno, que atirou ao ar a albarda castelhana; alma sempre generosa, ou magnánima, para os vencidos.

Até 1915, uma extensa e fértil região do Sul de Angola — o Cuanhama — não consentia que ali fôsse arvorada a bandeira de Portugal.

Os seus habitantes, magníficos especimes da raça preta, todos os anos, organizados em grandes quadrilhas fortemente armadas, saíam a saquear as povoações de léguas em redor, roubando gados, mulheres e crianças que não podiam escapar-lhes a tempo.

Negociações pacificas, falharam todas; um cerco de postos militares era impotente; uma expedição militar sufficiente era onerosissima para o tesouro da Nação.

Mas a traição alemã do Cuangar e de Nau-lila impôs o envio de forças para os castigar e, como o inimigo se houvesse entregue ás tropas da Africa do Sul, o nosso valoroso general Pereira de Eça lançou-se á conquista do Cuanhama e conseguiu-o, após um combate de 3 dias em que os cuanhamas consumiram algumas toneladas de cartuchos, matando-nos quasi todo o gado, bastantes praças e 4 officiais.

Após a conquista, o que foi encontrado no Cuanhama, de extraordinário? Nada menos de três *missões religiosas alemãs*, em magnificas edificações que os proprietarios abandonaram e que ali existiam como soberanas ha dezenas de anos! Pois, arvorada a bandeira de Portugal, na região conquistada, os latrocínios findaram e a população dedicou-se á agricultura e á pastoreira, ou espalhou-se a trabalhar com os portugueses nas suas obras de fomento colonizador.

E os portugueses é que são maus colonizadores!

Na occupação das nossas colônias — occupação com o fim unicamente civilizador, como demonstrei com um só facto — foram tais os so-

frimentos dos portugueses, que impossível se torna narrá-los.

Houve official que se deixou morrer de impaludismo e de saúde, no seu posto, por não haver outro para o render. Na marcha, á conquista do Cuanhama, a séde foi tal, que um 1.º cabo bebeu a propria ourina!

Que de vidas môças, que lutaram intemeratas, por um maior prestígio para a nossa Patria, se foram findar no Além-Mar! Que de corpos de portugueses jazem enterrados no solo das nossas colónias, como atestar que êsse solo é português!

Se a alma é imortal e conserva os sentimentos que a revelam quando ela está junta ao corpo, as almas de tantísimos heróis e mártires devem sentir-se satisfeitas ao verificarem que os seus corpos cimentaram os alicerces da grande nação que é já, presentemente, a nossa.

* * *

As nossas colónias abrem os braços a muita actividade de portugueses que, noutras partes do mundo, não encontram campo próprio á sua fixação.

Angola é a colónia que melhor conheço, por nela ter vivido duas vezes em serviço da conquista e occupação da sua parte meridional.

O que eu observei ali, de Mossâmedes á Baía dos Tigres e do litoral até 1.500 quilómetros no interior, quanto a possibilidades para ventura de portugueses que para ali queiram orientar a sua vida, é qualquer coisa de importante.

No Sul de Angola são ainda pouco mais que rudimentares as indústrias de pesca, agrícola e pecuária. Prova de desleixo da nossa obrigação de colonizar? Não. A America do Norte, com as suas pressas de enriquecimento e de progresso industrial, dá-nos hoje o espectáculo mais triste, dum povo civilizado, pelo numero colossal dos sem trabalho e pelo número aterrador dos criminosos.

Nós, portugueses, caminhamos mais de vagar nas nossas colónias, para que todos possam criar ali as suas possibilidades de viver, sem atropêlo do semelhante ou dos naturais.

A verdadeira civilização não se traduz unicamente em rápidos progressos materiais, mas em distribuição simultânea e paulatina de progressos materiais e morais.

Nêsse sentido, nós portugueses, somos os únicos civilizadores.

São, por isso, rudimentares ainda as indústrias de produção no Sul de Angola e, por conseguinte, as indústrias subsidiarias ou de transformação; é, por isso, mais amplo o campo para iniciativas de portugueses que ali queiram trabalhar.

Em 1902, deixei no Rio de Janeiro um companheiro do comercio que não encontrava emprego onde permanecesse.

Em 1910, encontrei-o estabelecido, progredindo, no planalto de Benguela. Tirara uns contos de réis na loteria e passára-se a Angola.

Ou por diferença de vibração das moléculas do nosso sêr, em relação ás moléculas do meio em que vivemos, ou por qualquer outro motivo que desconheço, um homem é mais feliz, ou mais adaptável numa terra de que noutra.

E' a nostalgia um mal que tem nefasta influência nos nossos emigrantes de alma mais afectiva e eu sentia-a bem forte no Brasil e mais fraca em Africa.

Não deve, porém, um Português ir ao acaso para qualquer das nossas colónias, para não deparar com uma colónia de sofrimento. Uns pequenos cabedais como capital inicial, pouca pressa em enriquecer e tenacidade em progredir, são requisitos essenciaes para descobrir uma colónia de venturas.

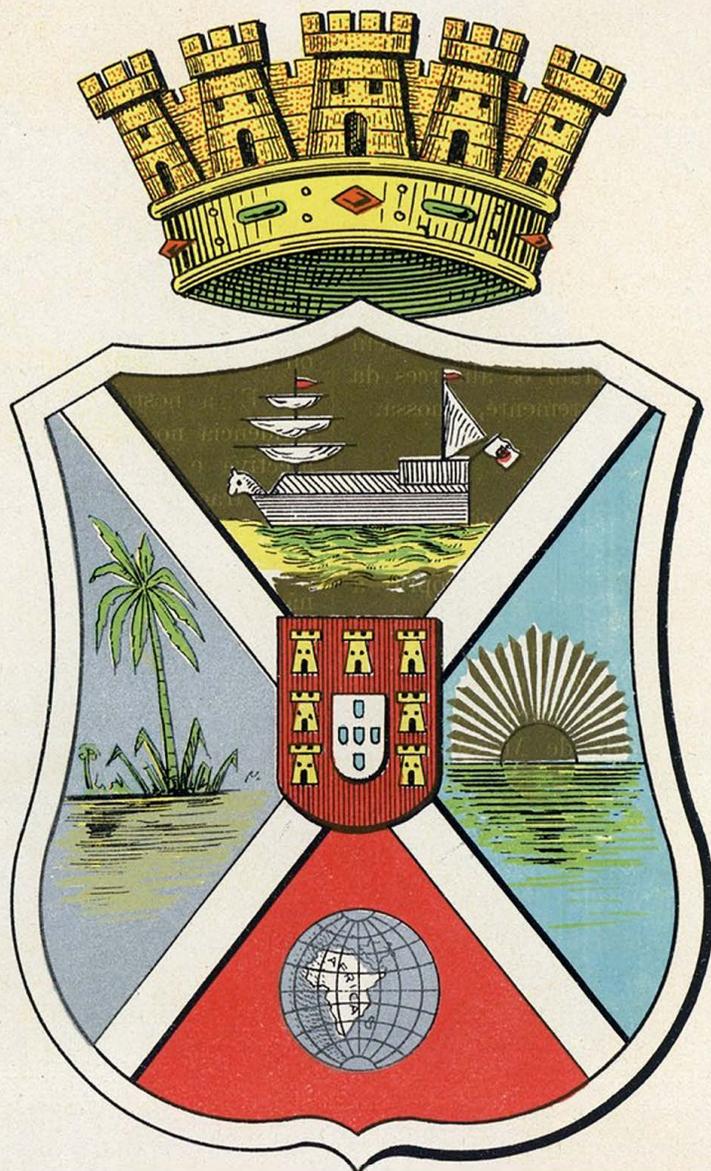
Mas, quem estiver bem em qualquer parte do mundo, deve deixar-se estar, para não ter motivo de se arrepende.

Concluindo, afirmo que o Sul de Angola pôde vir a ser um outro Rio Grande do Sul. Que abundancia de peixe a atestar a riqueza do mar!

Que maravilha de pastagens naturais a demonstrar a produtividade da terra! Que docilidade, a dos seus naturais!

Colónias de Portugal, colónias de sofrimento para os portugueses que as conquistaram e ocuparam, podem ser colónias de venturas para os portugueses que nelas quizerem trabalhar com a dedicação, a persistência e capacidade de que têm dado sobejas provas em países estrangeiros.

major
J. R. de Azevedo Ferriz



Descoberta e soberania portuguesa

BRAZÃO DE ARMAS DA CIDADE DE LOURENÇO MARQUES

DESENHO DE JOAQUIM JOSÉ LAPA,
OFICIAL DO EXÉRCITO A QUEM LOURENÇO MARQUES DEVE UMA GRANDE PARTE DAS SUAS OBRAS.

**CLICHÉS EM FOTOGRAVURA E ZINCOGRAFIA,
DOUBLÉS, TRICROMIAS, ETC.**



JOSÉ PASTOR

GRAVADOR DA "REVISTA SOUSA CRUZ"



RUA PEDRO 1.º N.º 47

(Antiga Espírito Santo)

— o FONE 2-7095 o —



Parte dos clichés que comporta este Boletim são feitos na

CASA PASTOR

Na esteira dos *Lusiadas*

AFRICA ORIENTAL PORTUGUESA — LOURENÇO MARQUES O idioma português nas cinco partes do mundo

POR NELSON TABAJARA DE OLIVEIRA

CONSUL DO BRASIL EM XANGAI

Do antigo esplendor colonial português ainda restam reminiscências gloriosas, e principalmente para nós brasileiros os núcleos coloniais que Portugal mantém longe da Europa, dão-nos a impressão de serem a continuação do próprio Brasil através do mundo, pois é sempre com sentimento de ternura pela nossa língua que nos lembramos que na Africa, na Asia e na Oceania existe tambem muita gente que pensa e que fala com o nosso vocabulário.

E sobretudo para aqueles que por excesso de conhecimento literário adoram a lingua portuguesa, para esses seria quasi a morte se porventura desaparecesse a bandeira de Portugal do mastro das suas colónias, pois isto viria desacreditar o maravilhoso Camões na parte em que ele patrioticamente enaltecendo a Lusitania, grita:

*Em Africa tem maritimos assentos
E' na Asia mais que todas soberana
Na quarta parte nova as terras ara
E si mais mundo houvera, lá chegara.*

Parece que nesse tempo a colónia de Timor, na Oceania, ainda não era portuguesa, mas tudo que venha em acréscimo ao que o poeta disse, melhor. O que não pôde haver é diminuição no que ele enumerou.

Pensando nessas coisas eu via emocionado o "Kanagawa" se aproximar cada vez mais da Africa Oriental Portuguesa, em cuja capital, a cidade de Lourenço Marques, devíamos fazer escala de dois dias.

A minha tagarelice havia sofrido até então um rude golpe, e já havia muitos dias que eu não conseguia conversar desembaraçadamente. Era tanto o meu acabrunhamento moral por não poder expandir-me ou opinar claramente em assuntos que percebia debatidos com lamentavel cegueira, que formei em meu espirito a convicção de que mais que as fronteiras, mais que a religião, os usos, os costumes e a doutrina, mais que tudo os homens estão separados pelos idiomas, pois é difícil a uma pessoa defender paradoxos, expôr uma opinião original, convencer ou insinuar a não ser na sua própria lingua.

Assim se justificava a minha pressa em chegar a Lourenço Marques, onde certamente eu me poderia vingar do mutismo forçado de bordo, e onde poderia trocar idéas sobre as condições de vida na Africa.

Além de tudo, desejava conhecer esse recanto africano que sempre me excitou a imaginação, ou pelo que dêle me diziam ou pela leitura dos próprios *Lusiadas*, porque o "Kanagawa" estava, em parte, reeditando o roteiro de Vasco da Gama.

Anoitecia quando vimos brilhar na linha do horizonte a luz do primeiro farol da costa africana portuguesa. A navegação neste ponto é difícil e o piloto do porto espera os navios que vão entrar muito distante da barra, a mais de duas horas de navegação.

De facto, logo depois cruzámos por um veleiro que serve de posto de espera dos práticos da navegação, do qual passou para o nosso navio o marítimo português que, como quase todo morador da colónia de Moçambique, fala correntemente o inglês. Ao passar por nós, no tombadilho, para subir á casa do leme, saudou-nos nesta lingua, mas eu não perdi um segundo e imediatamente, para não dar tempo dêle se afastar e assim não me ouvir, soltei um sonôro "boa noite" que ele escutou muito surpreendido e intrigado.

Mas, ainda nessa noite, eu devia me entreter apenas com solilóquios: o português foi para o timão e eu tive que me recolher ao camarote, impaciente e insomne.

*

Quando acordei na manhã seguinte, estávamos ancorados na baía de Lourenço Marques e logo que chegassem as autoridades policiaes e sanitarias, amarraríamos.

Um guarda da alfandega já se achava a bordo, além do piloto, e a ele me dirigí confiante. Recebido com a surpresa que sempre causa o aparecimento de um brasileiro naquelas paragens, conversámos animadamente até que, quando o navio emfim atracou, eu já sabia o valor da moeda, o preço dos artigos e outras informações preciosas.

Em terra procurei logo um barbeiro, sabendo que essa classe de gente é a mais bem informada das coisas reservadas da terra, e a mais amante de dois dedos de prosa entre duas passadas de navalha.

Não me enganei: o barbeiro era profundo conhecedor de futebol, teatro e sobretudo da vida alegre e noturna.

Procurei depois um colega de imprensa, que, pelas afinidades que sempre se encontram em officiais do mesmo officio, certamente me havia de acompanhar, com prazer, nas minhas excursões de reporter, pela cidade.

Realmente, na redacção do jornal "Noticias", o principal organ da imprensa da terra, encontrei o jornalista Arnaldo Pinto, veterano da vida nocturna de Lisboa, e aventureiramente lançado no jornalismo colonial de Moçambique, onde ganhou grande e merecido renome profissional e onde se tornou o reporter popular, o informante da classe do povo.

Contudo, Arnaldo Pinto, ainda é muito joven e com êle me dei perfeitamente, fôsse pelo traço comum

da vida de imprensa, fôsse pela equivalência de idades, que nos permitiu absoluta e imediata liberdade de tratamento.

Quando ele soube a minha nacionalidade, procedência e destino, apressou-se em me mostrar, a cidade, cujos pontos principais deram motivos a interessantes dissertações históricas, e ao mesmo tempo que satisfazia minha curiosidade turística, ia-me apresentando ás principais figuras da terra, através das quais deixei Lourenço Marques com uma idéa nitida da sua capacidade de vida e do seu futuro economico.

O perímetro urbano da cidade é grande e bem construido, mostrando que quem imaginou o traçado geral das ruas enxergava longe e confiava muito no futuro da colônia. Na verdade, a área calçada e arruada comporta uma população muitas vezes mais numerosa do que a que tem presentemente, e isto permite que as casas sejam edificadas isoladamente, dentro de jardins, dando uma grata sensação de desafoço, ao mesmo tempo que espalha a população, evitando as aglomerações tão prejudiciais e incômodas nos climas quentes.

Essa disseminação urbana não deixa ver num primeiro golpe de vista as grandes proporções de Lourenço Marques, cuja vida mais intensa se resume a cinco ou seis ruas comerciais, próximas do porto, e onde o transito não cessa de manhã até alta noite.

Aqui os nativos têm mais liberdade. Mostram uma consciência de dignidade humana, e podendo andar li-

vemente nas ruas sem que a sua presença seja desagradavel ao branco, eles não se sentem maneados pelo receio ou pela hostilidade. Por isso são mais numerosos no centro comercial e são vistos, não andrajosos como os de Durban ou Capetown, com asiaticos ou europeus.

Depois do negro, em quantidade, vem o elemento branco, seja da metrópole seja colonial. Ha tambem muitos hindús, arabes, gregos e malaio da ilha de Madagascar, situada em frente á de Moçambique. Entre essa ilha e Moçambique ha intenso e volumoso comercio.

Na cidade não ha bonde electrico, ⁽¹⁾ mas um excelente serviço de omnibus supre essa deficiência. Existem linhas para todos os cantos e principalmente uma que, além da utilidade, oferece o atractivo de um agradável passeio. E' a linha que vac á praia de Polana, onde está edificado o hotel mais confortavel e luxuoso da Africa do Sul. Póde-se mesmo dizer que a sua suntuosidade é exagerada para Moçambique, mas o governo o mantém, embora com sacrificios, para atraír o turismo. Junto ao hotel, na praia, ha um grande Casino, ponto chic da colônia e onde, na estação de banhos, se reúne a alta sociedade local.

Além do hotel o governo mandou fazer alguns bangalós, que aluga aos estrangeiros que vêm no verão. O hotel, onde ha estação de radio para se comunicar com

(1) Por ocasião da visita do ilustre diplomata os bondes estavam paralyzados, mas actualmente já trafegam de novo. — N. do B.

O mate é o verdadeiro substituto do chá da Índia, usado até aqui. Descoberto pelos jesuitas no Paraguai, no século XVI era tomado como alimento, e como medicina pelos índios americanos e entrou nos habitos dos argentinos, uruguaios, chilenos e brasileiros, que o tomaram como agua, passando a usa-lo mais tarde como chá.

A Europa já se está habituando ao mate e a propria Inglaterra tem sido a primeira a usá-lo em virtude das suas qualidades nutritivas e terapeuticas, além de estimulantes em



virtude da grande dóse de cafeina que contém.

A sua fabricação é toda em elementos de madeira natural, não contendo nenhuma substancia nociva á saúde.

De todos os mates fabricados no Brasil, o Real é o melhor. Usam-no casas reais da Europa. É o rei dos mates e o mate dos reis.

DAVID CARNEIRO & C.^{IA} — CURITIBA (BRASIL)

REPRESENTANTE PARA PORTUGAL E SUAS COLÓNIAS:

ALVARO PEREIRA — Rua Tomás Ribeiro 109, r/c. D. — LISBOA

os navios que chegam, está aparelhado de tudo que possa existir num edifício moderno.

As ruas adjacentes á praia de Polana, são primorosamente calçadas, arborizadas e edificadas, e custa acreditar-se que aquilo é uma colónia africana.

Tambem o centro da cidade oferece aspectos de metrópole com os grandes cinémas providos de aparelhos sonóros, teatros amplos e frequentemente occupados pelas principais companhias portuguesas. Emfim, Lourenço Marques dá a melhor das impressões e poupa ao visitante o incómodo espectáculo da separação rigorosa das raças.

*

O novo Jardim Zoológico da cidade fica afastado do centro e por isso não o visitei, apesar de saber que a sua colecção de fêras é das mais completas e originais da Africa.

Até ha bem pouco tempo atrás o Museu e o Zoológico eram juntos, num grande parque mesmo no coração da cidade, e aí fui passar algumas horas da minha curta estada na colónia. Ia convencido de que só encontraria o Museu, e foi grata surpresa dar com diversas fêras enjauladas que deixaram de ir para o novo jardim não só pela idade avançada em que estão, como pelas prerogativas adquiridas em muitos anos de residência, o que sem dúvida lhes dava o direito de propriedade por posse das mesmas jaulas.

Logo me chamou a atenção um grande pavilhão perfeitamente quadrado, gradeado nas quatro faces externas e dividido internamente em quatro compartimentos iguais.

Do lado por onde eu me aproximei só podia ver dois dos compartimentos: num estava uma ferocíssima hiena e no outro descansavam dois tigres. Depois de apreciar os contornos o pavilhão e dou de repente com alguma coisa fóra do comum e que me fez recuar instin-

tivamente, num movimento incontido de defesa: defrontava eu o maior leão que até então os meus olhos haviam visto.

No primeiro momento cheguei a exagerar as suas dimensões, pensando até que fosse um dragão fantástico, tal era o susto; e embora mais tarde, refeito na serenidade e confiança nas grades que o tornavam inofensivo para mim, mesmo assim não vacilei e nem vacilo em dizer que o leão do Jardim Zoológico de Lourenço Marques é um dos maiores até hoje nascidos.

Tenho visitado em minha vida muitas exposições de fêras e quando confronto a proporção dos leões que vi anteriormente com a deste que me espantou, em Lourenço Marques, rio-me da insignificancia dos primeiros...

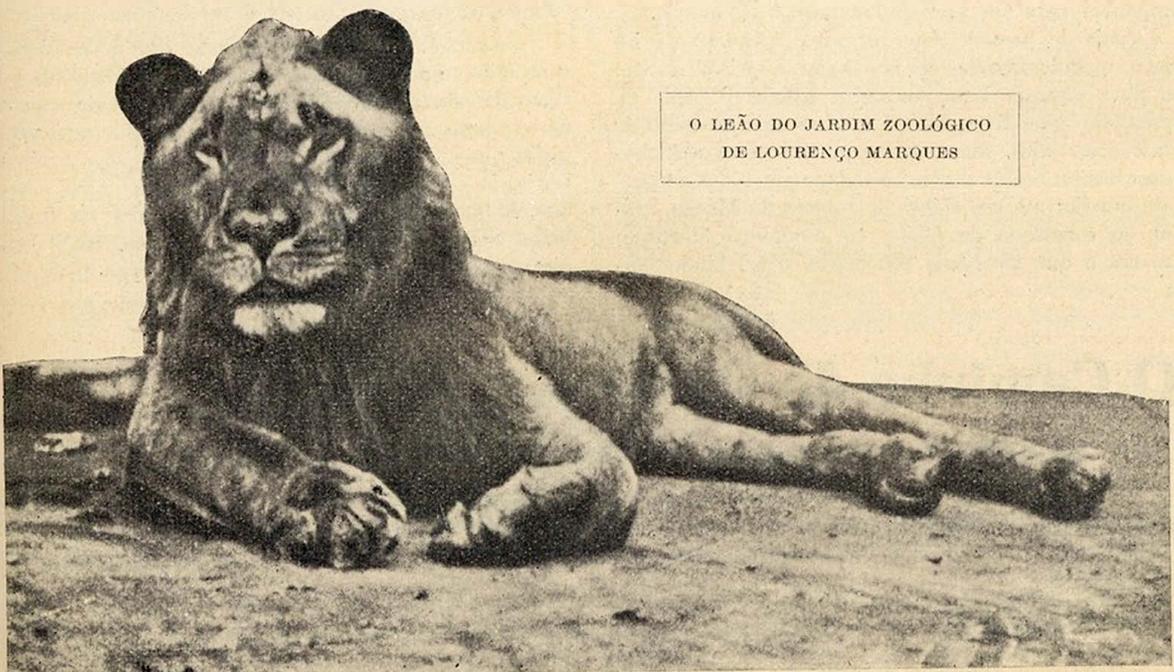
A jaula da gigantesca fêra comunica-se com a que lhe fica vizinha por uma grande abertura na parede e nesta outra jaula fica a sua fêmea, tambem avantajada na estatura e languida nos movimentos.

Porém o leão impressiona mais pelo tamanho excepcional, embora nos seus olhos haja uma expressão de ternura que contrasta com a majestade do porte e a austeridade da cabeça imponente.

Entretanto, o seu recinto está gradeado com hastes de ferro tão finas, que tive a impressão de que a um esforço maior a fêra poderia romper facilmente o obstaculo posto entre elle e a liberdade.

Tanto me alarmava a aparente incapacidade de resistencia do gradeado, que prudentemente me mantive distanciado, embora para me encorajar houvesse o exemplo de alguns nativos e duas ou tres crianças que incoscientemente contemplavam o terrivel casal quasi em "têta-têta".

Só com o tempo, argumentando para mim mesmo, é que me aproximei vagaroso e desconfiado, e tive a impressão de que o portentoso animal seguia com interesse os meus cautelosos passos, pois com a cabeça meio de lado me fixava com insistencia desagradavel, embora o



O LEÃO DO JARDIM ZOOLOGICO
DE LOURENÇO MARQUES

seu olhar não traduzisse mais que um incitamento de amizade, um bondoso convite de aproximação.

Alí me parecia que mal eu saísse, o leão haveria de me apontar como um ridículo recordista da prudência...

*

Fiz uma observação que, embora não deva ser rigorosamente exacta, não deixo de registrar, ficando a sua verificação para os que se interessam pelos assuntos da glotologia, com os quais, aliás, me tenho mantido em permanente hostilidade.

Pareceu-me que o nativo, o negro da Africa Portuguesa, fala o português com o nosso sotaque, pois conversando com muitos deles, admirava-me ao saber que nem eram brasileiros e que nunca haviam estado no Brasil.

O mesmo já não se dá com os brancos, filhos de portugueses e nascidos na Africa, que falam como os proprios pais. Assim tambem os das demais possessões portuguesas falam clara e nitidamente, mas nunca passariam por brasileiros natos.

Durante a minha estada na cidade, deu-se uma coincidência que seria verdadeira felicidade se acaso eu fôsse estudioso na variação da prosódia do nosso idioma nos diversos pontos do mundo em que ele é falado.

A noticia de que havia um reporter brasileiro na terra tinha corrido rapidamente, e eu notava que á minha passagem os grupos formados nas portas dos cafés e casas de chá, apontavam-me com curiosidade. E mais tarde, numa grande praça arborizada, achava-me sentado só, tomando um refresco e observando o "footing" feminino, que áquella hora principiava, quando se aproximou de mim um rapaz bastante escuro e no qual reconheci imediatamente um autentico hindú. Vinha convidar-me para que fosse á sua mesa, onde se achavam outras pessoas, pois teriam o prazer — disse-me — da companhia de um brasileiro recém-chegado.

Falava perfeitamente o português, e deu ao rosto uma tal capacidade de insinuação, que prontamente o acompanhei para ser apresentado aos seus amigos.

Depois de passado êsse primeiro momento de indecisão, quando a pressa em nos declarar satisfeitos com uma nova amizade nem nos deixa escutar o nome do apresentado, quando enfim já haviam sido trocadas as primeiras cortezias, constatámos que em nossa roda havia representantes do português falado em todas as partes do mundo: um era chinês da colônia de Macau, tradutor do consulado da China em Lourenço Marques; outro era o que me havia procurado, o tal hindú, natu-

ral de Gôa; havia um caixeiro-viajante de Timor, na Oceania; um comerciante da ilha da Madeira; um empregado publico nascido em Moçambique; um official do Exército, lisboeta e eu, finalmente, a quem eles chamavam de português da America.

Discussimos todos os assuntos que surgiram durante a conversa falando todos com naturalidade, e nos entendiamos como se estivessemos entre parentes. Evidentemente a pronuncia, o tom da voz variava de pessoa a pessoa, mas não havia necessidade de reflexões ou de repetições para que nos entendessemos perfeitamente.

Fiquei satisfeito com a certeza de que o nosso idioma é um único em todos os lugares onde é falado, pois representando o português uma minoria filologica, que seria de nós e da nossa literatura se ainda fossem aparecer modificações que quebrassem a sua unidade dentro da propria e relativamente pequena familia?...

Em Moçambique, sobretudo, ha o perigo da influencia do inglês tão absorvente pela sua simplicidade gramatical e ampla internacionalização. Mas isto não passou despercebido a um dos últimos governadores da Colônia, cujo nome infelizmente não guardei, e que se mostrou de um zelo patriótico na defesa do idioma nacional.

Que os portugueses falassem o inglês êle até estimava. Mas não queria o eclipse do português por êsse idioma, tanto mais que os ingleses mostravam absoluta sem cerimonia no proposito de fazer de Moçambique a continuação, senão territorial, pelo menos linguística do poderio colonial britânico.

Basta dizer que a Inglaterra não reconhecia o nome da cidade de Lourenço Marques como Lourenço Marques mesmo, chamando-a antes de "Delagoa Bay", nome com que figura nas cartas de navegação inglesas. E toda a correspondência estrangeira tinha no envelope o endereço — "Delagoa Bay".

Um dia o governador se irritou e deu ordens terminantes para que as cartas que não trouxessem o destino "Lourenço Marques", fossem devolvidas aos remetentes.

Calcula-se facilmente o prejuizo que a sua decisão causou ao commercio, com a natural demora causada pelo facto da correspondência devolvida ter de vir com endereço certo, mas a verdade é que desde aí o capitalismo inglês que aos poucos vae aumentando as suas raizes no territorio colonial português, foi obrigado a reconhecer que, embora só para efeitos postais, a capital de Moçambique chama-se Lourenço Marques, e não, como britanicamente pretendia. — "Delagoa Bay".

O Caminho do Oriente

DO COMANDANTE JAIME DO INSO

Trabalho premiado no VI Concurso de Literatura Colonial

Obra patriótica e de ressurgimento nacional pelo regresso ao Oriente de cujo commercio ha tanto nos afastamos

TITULOS DE ALGUNS CAPITULOS { NEGOCIOS E CUIDADOS — ITALIA — NO MAR VERMELHO — A CAMINHO DA INDIA — CEILÃO — NA RUA CATINAT — HONGKONG — CHEGADA A MACAU — O BAZAR — A HISTORIA DE MACAU — A SALA VERDE — OS AMORES DE RODOLFO — A-MI — O TUFÃO — REPULSE BAY — DINÓRA — O PENTEADO DUMA CHINESA, ETC.

A viagem e as cenas vividas nesse Oriente maravilhoso, onde ainda tanto perdura a tradição portuguesa, tornam este livro de uma leitura agradável, em que o romance e a descrição se aliam numa linguagem que prende sem cansar.

PEDIDOS Á LIVRARIA ANTUNES. RUA BUENOS AIRES, 133 — RIO DE JANEIRO

A Expansão do Império Português

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

POR HENRIQUE DE PAIVA COUCEIRO

E'a Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro, uma instituição que tem por objectivo, segundo declara o seu estatuto,—“despertar entre os portugueses da America, e entre os seus irmãos brasileiros, o interesse pela vida das Colónias Portuguesas”.

Ou, por outras palavras, dispõe-se essa Sociedade a promover, pelos meios ao seu alcance, a união da familia portuguesa dispersa pelo Mundo, procurando enlaçar os parentes que o destino separou, num feixe unico de aproximações espirituais, e de amizades recíprocas.

Extenso é ainda, com effeito, o Império Português na actualidade. Mas, mais extenso se tornaria elle, sem dúvida, no dia em que conseguissemos que todos os filhos do sangue luso, embora vivendo em Países estranhos e afastados, convergissem pelo sentimento e pela simpatia militante, em volta da velha Bandeira, que todos aceitam sem discrepância, quer dizer, da bandeira dos Descobrimentos, da Conquista, e da Civilização.

Patriótica e utilíssima é, por consequência, a iniciativa da Sociedade Lusó-Africana, vindo, por meio dessa propaganda ampliadora das fronteiras de Portugal, trazer preciosa colaboração aos bons portugueses da Metrópole, que, libertos finalmente do regimen de partidos politicos que os dividia, concentram hoje o pensamento na restauração dos períodos áureos da história patria, pelo desenvolvimento do seu Império, Europeu e Ultramarino.

*

A estreiteza das nossas fronteiras continentais conduziu-nos o espirito, em tempos idos, para os ideais da expansão marítima e Ultramarina. Apertados dentro de casa, procuravamos logicamente a grandeza fóra dela. E cometendo o duvidoso mar num lenho leve, — como canta o nosso poeta nacional, — rompemos as fronteiras do Mundo antigo, e fomos, por vias nunca usadas, conquistar entre remo-

tas gentes novos domínios para a nossa Soberania, — fórte, progressiva e humana.

Esses mesmos naturais motivos, que outrora nos levaram para as contingencias do Mar Tenebroso, ainda subsistem com força igual no momento que passa. E se, ontem, descobrimos, conquistámos, e demos principio á obra civilizadóra, — continua-la é dever de hoje, e necessidade que se impõe. A missão tradicional não sofre interrupções nem paragens. Os portugueses, colonizadores catedraticos, e constructores profissionais de Países novos, proseguem na mesma carreira, com o “Talent de bien faire”, que sempre lhe dedicaram. Perpetuando, por esses nobres caminhos, o nosso nome através do espaço e do tempo, e criando, desde logo, elementos colaboradores de força moral, e de potencia economica e militar, garantias da prosperidade e da dignidade nacional.

Magna obra, que envolve o Poder Naval. E, na base deste, o aumento em grande escala da produção economica, aquem e além-mar, e o aumento correspondente da marinha mercante, e frotas de pesca, os quais aumentos do Comercio, e da Navegação Commercial, não só representam alicerce necessario para o desenvolvimento da Marinha de Guerra, mas são elle, ao mesmo tempo, de sumo valor, para a ligação entre a Metropole e o Dominio Ultramarino, constituídos como um todo economico, solidario e interdependente. Eis o que pretendemos. E o Atlantico, lago português, como já era, aliás, aspiração de D. João IV.

Não nos faltam, para isto, elementos geograficos. No Atlantico-Norte, a propria Metropole com a sua abundancia de portos, nomeadamente Lisboa, e Lagos á bôca do Mediterraneo. No Atlantico-Sul, Angola, onde a nossa Colonização se implanta com fortes raizes, frente a frente com o Brasil, sangue do nosso sangue, belo e frondoso ramo do nosso tronco criador. E, regularmente distribuídos sobre a vastidão Oceanica, entre Europa, Africa, e America, o rosario das nossas Ilhas Atlanticas, — Madeira, Açores e Cabo Verde, escalas comerciais e es-

estratégicas, servindo e comandando as grandes estradas do Mar. E comandando-as de tal maneira que, sem o seu apoio intermedio, difficil será a qualquer Potencia Naval exercer, em tempo de guerra, a polícia, e a defeza directa, do tráfego marítimo. A questão está em sabermos aproveitar o valor natural dessas posições, preparando-as como pontos de apoio, ou bases navais, com as instalações e meios de defesa marítima, fixa e movel, e de defesa aérea, e anti-aérea, para desempenharem o seu papel, em conexão com o problema estratégico geral da posse do Atlantico. Esta pösse só pôde resalvar-se inteiramente com a intervenção de esquadras de alto mar, que não se encontram, pelo menos na sua totalidade, dentro do nosso actual alcance financeiro. Mas os pontos de apoio devidamente organizados, representam a valiosa contribuição, com que pagarêmos a nossa quota parte de Senhores do Atlantico.

Assim garantida contra eventuais emergencias a liberdade desse Mar, e a segurança das nossas comunicações Ultramarinas, poderá levar-se á pratica sem receios, em Portugal e seus Dominios, o grande sistema de Agricultura, Industria, Comércio e Navegação, cujo vasto desenvolvimento é nosso objectivo nacional.

Para esta Empresa, tem o concurso da Sociedade Luso-Africana a maior oportunidade, pois que, evidentemente, as relações e conhecimentos, pessoais e locais, dos portuguezes estabelecidos, em vários pontos do Globo, constituem, dêse logo, portas abertas e officiosas agencias, que muito podem facilitar a nossa expansão mundial. Verdadeiros pontos de apoio de uma obra de paz, eminentemente apropriados para fundar, encaminhar, e sustentar, as correntes comerciais e marítimas.

E, já por virtude de modernas emigrações, em busca da fortuna, — já como resultado da nossa aventureosa vida anterior, de descobridores e conquistadores, — muita alma de ascendência portuguesa se encontra plantada por todos os hemisferios, fóra do territorio portugês propriamente dito: — quer na margem occidental do Atlantico, — Brasil, Guiana Inglesa, e Estados-Unidos da America do Norte, — quer no Pacifico, — California e Ilhas de Hawai ou Sandwich, — quer no Extremo Oriente, — Changai e Hong-Kong, Bombaim, Calcutá e Malaca, — etc., etc.

Verifica-se, pois, que temos auxiliares naturais em todas as partes do mundo, prontos

muitos deles, — estamos seguros disso, — a demonstrar praticamente o seu amor por esta pequena orla do Atlantico-Norte, cume da cabeça da Europa toda, de onde saíram os seus avós, proximos ou remotos, e estão de pé, ainda, os templos, os monumentos, e os arquivos, que consagram as origens illustres da sua propria genealogia.

A' sombra desses bons entendimentos, torna-se possivel, evidentemente, insinuar e irradiar, em largas proporções, o trato mercantil, e a influência económica, e dar vida, por conseguinte, a uma grande navegação que os sirva.

Por outro lado o todo económico do Imperio Portuguez, no seu conjunto, é susceptivel de importantes acrescimos demograficos e produtores, e, implicitamente, bancarios, mercantis, e marítimos. Senhores da Navegação e do Comercio, da Ethiopia, Arabia, Persia e China, — com carta e patentes de antigas eras, — porque é que não havemos de atualizar titulo tão soberbo, em harmonia com as circunstancias do presente, — convencidos, demais, como todos estamos, Aquem e Além-Mar, de que a grandesa e o prestígio, da nossa Patria Comum, se fundam, agora como no passado, e pelas mesmas razões, na expansão marítima e Ultramarina em ligação com a economia da Metropole?

* * *

Estas perspectivas que, muito ao correr da pena, estivêmos aqui desenrolando perante os Portuguezes do Exterior, pôdem, talvez, figurar-se a atavismos sebastianistas, ou devaneios de imperialismo sonhador, mais do que objectivos susceptíveis de realização efectiva.

Mas convém, no entretanto, recordar-nos de que muito maior razão teriam os nossos antepassados se, no alvorecer do século XV, supozessem conto fantasioso das mil e uma noites, o dobramento do Cabo da Bôa Esperança, a dominação da India, — Socotorá, Ormuz, Gôa e Malaca, — e mais ávante, China e Japão, Sumatra, Java, e Molucas, — tributos e vitorias, — Impérios e Cristandades — especiaria ardente, e joias finas, — perolas e ouro, rubís e diamantes. E, contudo, o sonho tornou-se realidade indiscutivel, cuja fama retumbante impôs, o Portugal dessa época, ao respeito, e á admiração do mundo inteiro.

Bem sabemos que tudo isto implica, e requer, novos conceitos de vida, particualar e pública, — do prosseguimento dos quais conceitos

poderiam acaso duvidar aqueles que, ainda ha poucos anos, conheceram e viram os portugueses degladiando-se, e consumindo o tempo e as energias, na pugna esteril e ingloria do politiquismo sectario e truculento.

E', todavia, facto constatado pela experiencia, na Historia portuguesa, que, em cada vicissitude critica, em cada iminencia de naufragio, quando parece que a Nacionalidade vai a pique, nas vagas do temporal desfeito, — desperta a consciencia nacional, e o patriotismo, e o valor dos seus filhos, salva a náu, prestes a submergir-se. Assim succedeu, por exemplo, em 1383, em 1640, e em 1807.

E a história repete-se. Governada desde 1834 por oligarquias partidárias, monarchicas ou republicanas, sob o ambiente desmoralizador de eleições corrompidas, e de favoritismos a beneficio de interesses particulares, — a Patria Portuguesa decaiu.

E a massa popular, vendo ao alto os gôsos egoistas duma sociedade burguesa, sem a châma viva dos ardores patrióticos, sem o poder communicativo dos civismos entusiásticos, — perdeu a crença em tudo, e tornou-se apática, fatalista e indifferente.

Longe ficavam, sem dúvida, os tempos de Aviz. Esses tempos em que, — por haver ideais positivos, — fé e ciencia a guia-los, — mando consciante, e virtudes fortes, a servil-os, — os Portuguezes venceram ondas e perigos, dominaram terras e mares, difundiram leis e ensinamentos, e edificaram, enfim, cidades e fortalezas, civilizações e Imperios, como a India e o Brasil.

Esses tempos em que Portugal, numa palavra, tinha assento nos conselhos do Velho Mundo como Potencia de 1.^a ordem.

Duro contraste com o Presente, que, todavia, bem se explica: Gases deletérios, de filosofia abstracta e mystificadôra, invadiram, nomeadamente desde o século XIX, o nosso riquissimo patrimonio de conquistas morais e materiais, e penetrando as instituições, as ideias, e os costumes, conduziram o País, por degráus

sucessivos, até ás condições de perdição, e dissolvencia social e política, do ano de 1926.

Chegára a hora propria da reacção nacional. E o Exercito, em nome dum Povo, que não quer morrer, nem quebrar a linha coerente dos seus pergaminhos historicos, — assumiu o Poder Público, em regimen de Ditadura.

Espiritualmente, essa reacção nacional traz o pensamento dos Portuguezes actuais, quer dizer, das gerações novas de Portugal, que leram a Historia, compararam os factos e as raizes das suas causas, e extraíram as conclusões, que são a verdade politica portuguesa, com a fórmula de Doutrina Nacionalista.

E sob as inspirações e directrices dessa Doutrina, que é programa da Ditadura Militar, — a Nação organiza-se, e, através das estruturas municipais, sindicais e corporativas, estimulam-se as iniciativas fecundas, estabelece-se o contacto colaborador entre a Nação e o Estado, e abre-se margem para que se fóme a consciencia pública, e os elementos da população melhor compreendam, e mais se interesssem, pelos altos problemas da Grandeza Nacional. Animam-se as inteligencias, valorizam-se as boas vontades, apagam-se recordações e emblemas de guerra civil, e procura-se a fôrça onde ela está, quer dizer, na unidade nacional organizada e confiante, sob a auctoridade dum Estado fôrte, interpretador e realizador do Bem Comum.

Unidade que abrange, — claro está, — os Portuguezes do Exterior, cujo patriotismo não enfraquece, antes mais se inflama com a saudosa imaginação de quem hoje vive, nas separações da distancia.

Para esses Portuguezes do Exterior, ausentes, mas não esquecidos, da Patria, cujo altar nos reúne a to-los, nas aspirações comuns de honral-A, e engrandecél-A, — vão as nossas melhores saudações, com a esperanza feliz de que o nosso esforço, coordenado e harmonico, concorrerá eficazmente para erguer, cada vez mais alta, a velha Bandeira, — a dos Descobrimentos, da Conquista, e da Civilização, — que todos amamos e servimos.

Santo Amaro de Oeiras, 14 de Abril de 1932.

Henrique de Paiva Loureiro

LOURENÇO MARQUES

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

PELO M. JUIZ DE DIREITO DR. ANTONIO AUGUSTO DE MIRANDA

SOCIO CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

A cidade de Lourenço Marques data, como povoação, com foros de vila, de 1876; e, como cidade, de 1887. E', pelo visto, uma cidade nova e, pelo que se vai ver, uma cidade moderna.

A sua vida comercial e, por consequência, a sua importancia actual, só começou ha pouco mais de 30 anos, quando se começou a olhar para o seu grande porto e para o papel que iria desempenhar nas comunicações do Indico com a Africa Central e especialmente com o Transvaal. A sua situação e as suas condições naturais — vastidão, profundidade e segurança — fazem dêste porto um dos melhores de tôda a Africa; e o seu apetrechamento eleva-o á categoria dos melhores portos do mundo.

O desenvolvimento e modernização da povoação começou em 1877, quando ainda era vila, sendo a capital da Colónia na cidade de Moçambique. Em 1887, tal era já a sua importancia, foi elevada á categoria de cidade.

O seu crescimento pôde avaliar-se pelos seguintes dados:

| | | | |
|-------------------------|---|-----------|-----|
| Casas construidas em | { | 1922..... | 69 |
| | | 1923..... | 84 |
| | | 1924..... | 96 |
| | | 1925..... | 76 |
| | | 1926..... | 45 |
| | | 1927..... | 40 |
| | | 1928..... | 34 |
| | | 1929..... | 84 |
| | | 1930..... | 138 |

No último ano (1931), o número de casas construidas deve ter sido superior ao de 1930, e permanentemente se assiste á construcção si-

multanea de dezenas de casas na parte alta da cidade, o ponto destinado para as habitações, por ser o mais belo, o de melhores ares e o mais saudavel, ocupando o magnífico *plateau* que se eleva sobranceiro ao mar e á baía, que o rodeiam num largo semicírculo.

A cidade ocupa uma área de 9.399.000 metros quadrados, não contando a dos subúrbios, que é de 46.280.000 metros quadrados. A área da cidade está recortada por largas e extensas avenidas, traçadas, na parte nova, em disposição de xadrez, cujo número é o seguinte:

| | |
|----------------|----|
| Avenidas..... | 39 |
| Ruas..... | 49 |
| Travessas..... | 10 |
| Praças..... | 4 |
| Largos..... | 2 |
| Estradas..... | 7 |

Destas artérias, estavam, ha cerca de um ano, já macadamizados e empedrados 61.794 metros e asfaltados 57.039 metros. Os trabalhos de empedramento e asfalto continuam permanentemente, num afã contínuo, calculando-se que a cidade esteja completa em 1966. Isto é, Lourenço Marques ficará uma das mais lindas cidades do mundo em um período não superior a 90 anos — idade diminuta para uma cidade — incluindo nesse período o seu nascimento, crescimento e maturidade.

E' qualquer coisa de maravilhoso que nos desvanee como povo colonizador, não acham?

Em outra crónica descreverei as belezas — naturais e produto da acção dos seus habitantes — que tornam Lourenço Marques uma das lindas, mais garridas e modernas cidades do mundo.

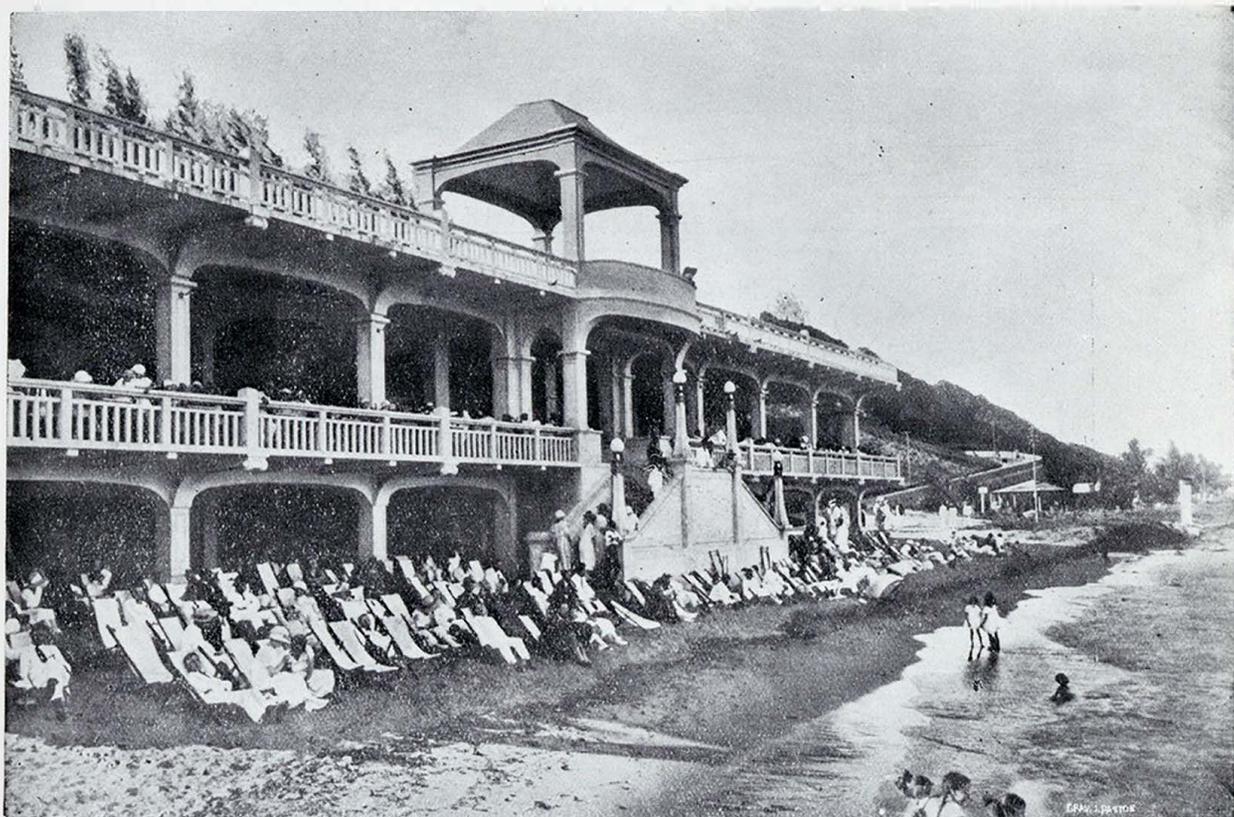
Março de 1932.

Antonio Augusto de Miranda



DR. NUNO SIMÕES

SÓCIO HONORÁRIO DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO



LOURENÇO MARQUES—O EXPLÊNDIDO PAVILHÃO DE CHÁ NA PRAIA DA POLANA



LOURENÇO MARQUES — POLANA HOTEL, UM DOS MAIORES E MAIS MODERNOS HOTEIS DA AFRICA



LOURENÇO MARQUES — O SUMPTUOSO TEATRO SCALA, RECENTEMENTE INAUGURADO

Galeria dos sócios correspondentes

DA
SOCIEDADE LUSO - AFRICANA



Major J. R. Costa Junior
LISBOA



Major J. S. Geraldo
AVEIRO



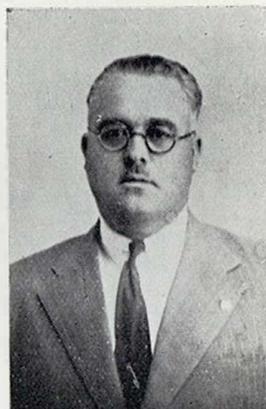
Julio de Lemos
PONTE DO LIMA



M. B. Gonçalves Ferreira
SILVA PORTO



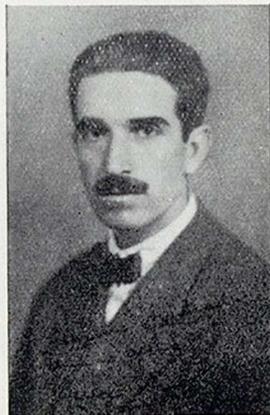
Luis Figueira
LOBITO



Davide Denis
NOVA LISBOA



Mario Leite
CABO VERDE



J. Gonçalves Paratudo
S. PAULO



Sarmento Pimentel
S. PAULO

MACAU

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

PELO CAPITÃO-TENENTE JAYME DO INSO

NUM dos extremos da Asia misteriosa, edificada em minuscule península a meio do vasto delta formado pelos rios do Oeste ou Si-Kiang e o de Cantão ou das Perolas, fica a mui antiga e mimosa cidade de Macau.

Macau, a romantica — "*Macao the Holy City, the Gem of the Orient Earth*", "Macau a Cidade Santa, a Joia das Terras do Oriente", como lhe chamou o escritor inglês Dyer Boll — é uma colónia unica no globo pelo seu passado, pelo papel importantissimo que desempenhou na história das relações do mundo occidental com o Extremo-Oriente, pelo seu aspecto de encanto e de poesia, pelo seu clima privilegiado naquelas exaustivas paragens, pelo valor da sua tradição, e pelo que representa ainda, como "Lar dos Portugueses no Oriente", para o nome e prestígio de Portugal.

E não se pense que apenas de tradições — tradições e mais nada — pôde viver Macau.

Não, as possibilidades desta Colonia — um palmo de terra apenas, uns 4.200 metros de terra firme, além de umas pequenas ilhas próximas — vão muito além do que possa imaginar-se, se olharmos ao riquissimo "Hinterland" que o seu porto pôde e deve servir, numa das regiões mais férteis e povoadas do Sul da China.

*

A Colonia de Macau compõe-se da península onde está edificada a cidade, e das pequenas ilhas da Taipa e Coloane, cobrindo uma superficie total de terra firme, de 14,23 km.², havendo ainda outras ilhas, maiores do que aquelas, chamadas "as dependencias de Macau", cuja posse se conserva em litigio com a China, como sejam a da Montanha ou Vong-Cam, a de D. João ou Macarira, e a ilha da Lapa, que fica fronteira a Macau.

Nas duas primeiras, mantemos escolas, e policia e, na segunda, uma leprosaria.

Os limites maritimos da Colonia tambem não foram ainda perfeitamente definidos, tendo vindo a protelar-se a solução deste assunto através dos anos, mercê das interminaveis controvérsias da diplomacia chinesa.

A população da Colónia é hoje superior a 200.000 habitantes, dos quais cerca de 4.000 portugueses, entre macaenses e da Metrópole, e uns 600 estrangeiros, sendo os restantes chineses.

Os principais centros com os quais Macau está ligada são: Hongkong — por intermedio do qual se faz a maior parte do comercio — a 40 milhas de distancia e 4 horas de viagem, e Cantão, a 80 milhas e 8 horas de viagem, havendo duas carreiras diarias de vapores para aquelas cidades, mantendo, além disso, estreitas relações com os variadissimos portos vizinhos do Sul da China, e ainda, com Singapura, Manilla, Xangai, etc.

Ha em Macau bons hotéis, tanto europeus como chineses, sobrelevando a todos o "Riviera", no estilo europeu, como um dos melhores do Sul da China, e o "President Hotel", no estilo chinês, um edificio moderno, de seis andares, além de muitos outros hotéis chineses e restaurantes, ou "Cou-Laus" que, á noite, animam o Bazar, ou bairro china, com uma nota de estranho exotismo cheio de luz.

Macau é, por excelência, uma terra de turismo e de repouso, e que merece ser visitada tanto pelos estudiosos como por quem viaja pelo Oriente.

* * *

Nesta série de campanhas sistematicas e acintosas que, por varios estrangeiros têm sido movidas contra a nossa colonização, como seja a do "cacau-esravo", e a do celebre Dr. Ross — mas, felizmente, desfeitas — Macau não tem deixado de sofrer tambem os seus ataques periodicos, e assim é que, de vez em quando, surgem aqui e ali as acusações feitas áquella colónia, como sendo "um canto do vicio no Oriente".

Macau, um canto do vicio!

Só quem não conhece a China, a psicologia do seu povo, as características do meio, e alguma coisa dos *dessous* formidaveis do polvo do ópio, estendendo os seus poderosissimos tentaculos de ouro por todo o orbe terrestre, é que poderá tomar a sério as acusações e as

responsabilidades que tais acusadores querem assacar a Macau na difusão dos estupefacientes, e no uso e abuso do jogo e doutros vícios.

“Macau, Monte Carlo do Oriente”, é uma frase que corre mundo com o mesmo estulto fundamento com que corre o estribilho “les

A China, com a sua maravilhosa civilização milenária, tem os seus vícios arraigados — por exemplo, o chinês joga a toda a hora e a proposito de tudo, ainda das coisas mais futeis, e uma das principais fontes de receita do governo de Cantão era, ha bem poucos anos ainda, o



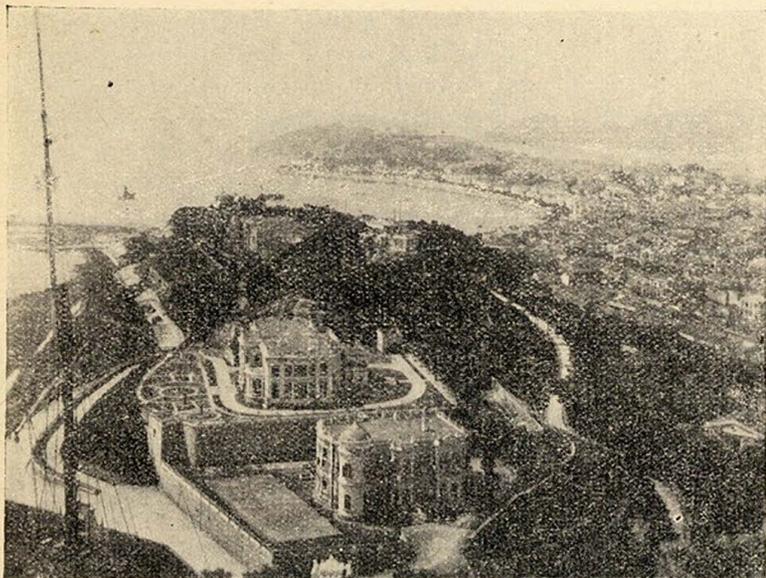
HOSPITAL MILITAR DE MACAU

portugais sont toujours gais”, quando nós, por motivos varios, somos dos mais tristonhos.

Já não é o primeiro estrangeiro que, ao desembarcar em Macau, pergunta onde ficam os celebres casinos que não vê e esperava encontrar, quedando-se muito admirado quando lhe dizem que eles não existem senão na imaginação dos que nos procuram malsinar, ou de ignorantes “snobs”.

ópio e o jogo — por isso, Macau, onde populacionalmente pouco mais somos do que uma gota de agua no Oceano, não pôde de fôrma alguma subtrair-se por completo ás influências do meio e ao ambiente da China.

Que, de resto, é o que succede, mais ou menos, em tôdas as colónias do Extremo-Oriente onde Macau, sob êste ponto de vista e perante vizi-nhos mais fortes, não representa mais do que a panela de barro da conhecida fábula.



PANORAMA DE MACAU VISTO DO FARÓL DA GUIA,
O PRIMEIRO ACÊSO NAS COSTAS DA CHINA

E' preciso tambem não esquecer que ha poderosíssimas companhias de tabacos anglo-americanas, que envidam todos os esforços — e com êxito — para fazer substituir o uso do ópio na China, pelo do tabaco e, para isso, servem-se habilidosamente dos humanitários ou pseudo-humanitários que nos congressos do ópio e noutros concilios internacionais se apresentam tão solícitos a salvar os pobrezinhos dos chineses do horror dos vícios...

Além disso, os diferentes estados cobram, anualmente, cerca de cinco milhões de libras de rendimento devidos ao ópio, pelo que, tudo considerado, não será difícil descortinar alguns dos muitos fios obscuros que manobram as acusações periodicamente feitas contra Macau, como sendo “um buraco infernal no Oriente” e um “centro de vicio e de prazer”.

O que êles, os doces humanitários, não sabem ou fingem esquecer, é que em Macau tambem ha industrias, das quais a mais importante é a da pesca, com cerca de 2.000 embarcações registradas na Capitania dos Portos, e empregando para cima de 20.000 pessoas — a população marítima de Macau, vivendo exclusivamente a bordo dos seus barcos, era, pelo censo

de 1927, de 52.463 individuos — havendo ainda fabricas de tabacos, de fosforos, de conservas, de “panchões” e de “pivetes” — industrias genuinamente chinesas, e um dos maiores valores nas exportações — de cimento, de tecidos, estaleiros, e uma infinidade de pequenas industrias domesticas, como a dos “cobreiros”, que produzem artisticas obras de metal amarelo, como candieiros, bandejas, etc., que são muito apreciadas não só na Europa como na America, etc. etc.

O que êles não se lembram de dizer, é que foi por intermedio de Macau, o unico porto aberto aos estrangeiros na China, desde 1553 a 1842,

que todas as nações começaram a negociar e a enriquecer naquele país.

O que êles teimam em ignorar é que, depois de quasi quatro seculos de trato e comercio conosco e, depois, com outros europeus, os portugueses foram, de todos os estrangeiros, aqueles que mais e melhor souberam aproximar-se dos chineses, sem os agravar nas suas crenças e modos de ser, tão opostos á nossa feição occidental. E tanto isto é assim, que uma vez, um conhecido chefe extremista de Cantão declarou, em Macau, que os estrangeiros sairiam todos da China, sim, “mas os portugueses seriam os ultimos!”



MACAU — LARGO DO LEAL SENADO
E AVENIDA ALMEIDA RIBEIRO

Pretendem eles teimosamente esconder também, os esforços que vimos empregando em Macau, onde já se gastaram para cima de 15 milhões de patacas na construção de um porto artificial e de outras importantes obras, com o fim de servir o rico distrito limitrofe, de Song-Chan, mas que, devido a circunstancias independentes da nossa vontade, ainda não foram devidamente compensados.

Tudo isto aqueles estrangeiros e pseudo-humanitarios fingem esquecer ou ignorar, com o proposito firme de nos prejudicar e, quiçá, de servirem interesses inconfessaveis mas que se sabem fazer pagar por bom preço.

* * *

Passada aquella epocha de esplendor de Macau, em que chegou a manter com o Japão um commercio tão importante que, só em barras de ouro recebiamos anualmente mais de três milhões de libras — o que levou Koempfer a afirmar que “se o tivessemos mantido por mais 25 anos, elle excederia o de Ofir e esta cidade pos-

suiria mais ouro e prata do que Jerusalem no tempo de Salomão” — Portugal, preso doutra fascinação — a do Continente Negro — divorciou-se do Oriente e alheiou-se da minusculla colónia, exotica e perdida nos confins do Celeste Imperio.

Com o aparecimento de Hong-Kong, colosso britânico servindo a grande navegação, a decadência de Macau acentuou-se a partir de 1843, quando o tratado de Nanking poz termo á chamada “guerra do opio”, entre a China e a Inglaterra.

Só por uma especie de milagre — explicavel, exactamente, pelo facto de possuímos inegualaveis qualidades de adaptação no convívio com os povos que de novo conhecemos — é que, durante seculos, temos vindo a conservar ainda o prestigio naquele rincão tradicional, e donde ele irradia por todo o Oriente.

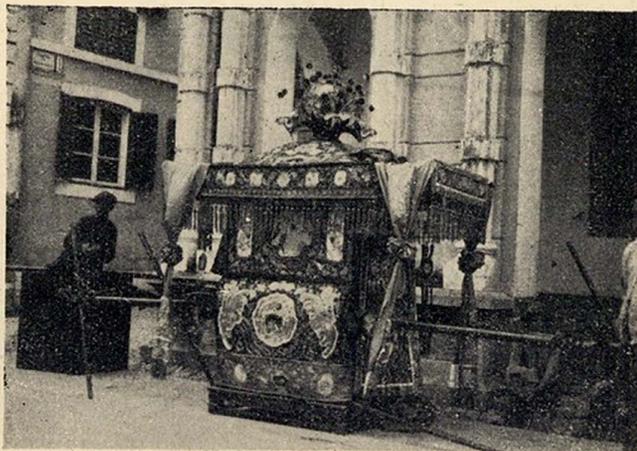
E’ por isso que, com justificado orgulho, se podem citar as palavras que o Comandante

em Chefe das Forças Internacionais de Defesa de Xangai, o General inglês Duncan, dirigiu ao nosso Comodoro quando, por ocasião dos graves acontecimentos ocorridos naquela cidade em 1927, este lhe fez notar a diminuta força do Exercito e da Marinha que ali desembarcamos — “ainda que fossem só dois homens, a bandeira portuguesa seria sempre bem vinda junto das forças inglesas: o vosso apoio moral vale tanto como o de uma grande potencia!”

E’ por isso que, através de tantas vicissitudes como a historia de Macau nos apresenta, assistimos, nos ultimos anos, ao resurgir daquela pequenina colonia que, por entre o brazeiro

candente da China em revolução, tem sido das rarissimas localidades onde o perigo e todos os efeitos tragicos das revoltas se não têm feito sentir, a não ser ultimamente, sob o aspecto da repercussão financeira da crise que tem avassalado o mundo e especialmente a China.

Mas, mesmo assim, Macau é dos pontos onde a crise menos profundamente tem marca-



MACAU — A CADEIRINHA QUE CONDUZ
A NOIVA NUM CASAMENTO CHINÊS

do os seus efeitos. O grafico junto, do commercio de Macau nas decadas que vão desde 1910 a 1930, mostra uma tendência decrescente a partir de 1925, o que coincide — é interessante notar — com o desencadear de uma forte ofensiva na China contra o elemento estrangeiro, que tem excedido, tanto em duração como em intensidade, todos os movimentos similares anteriores.

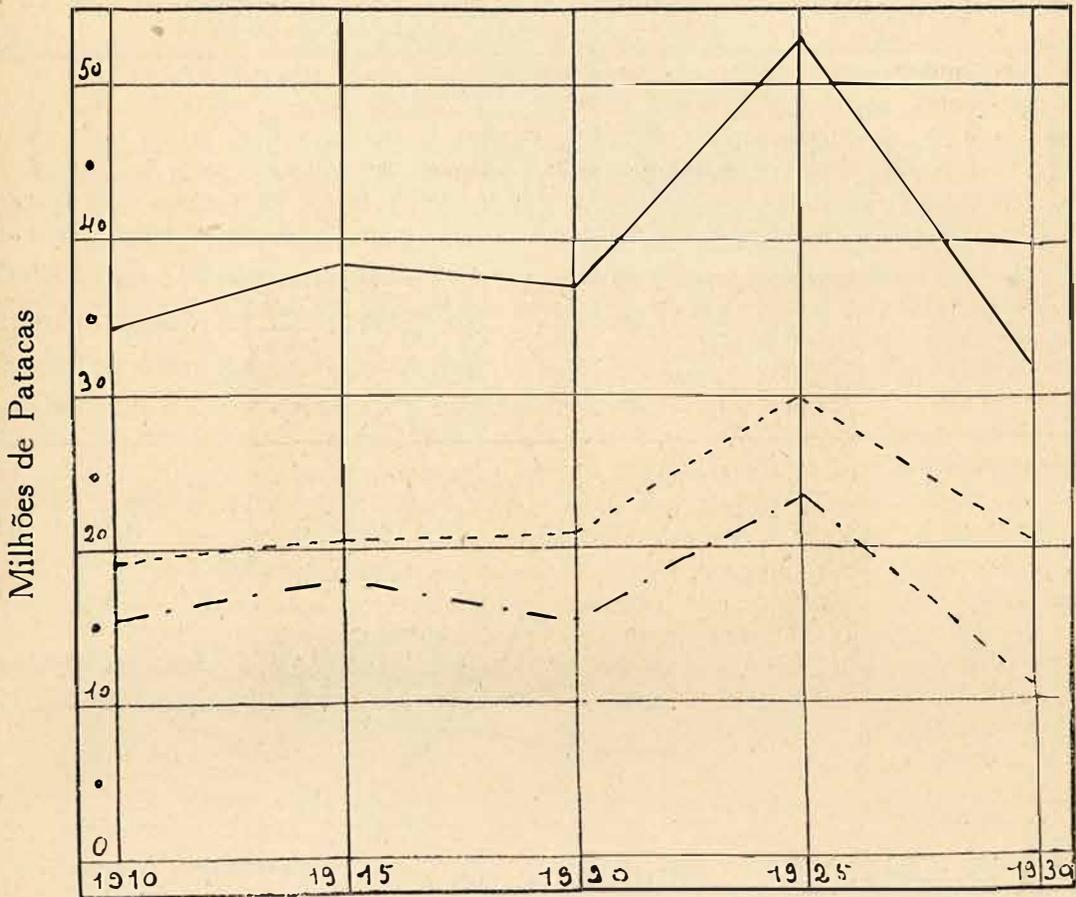
A crise mundial, agravada na China com a recente depreciação da praça para metade do seu valor, refletiu-se profundamente no movimento commercial desta colónia onde os dados estatísticos pecam por defeito, devido á dificuldade em se obterem com exactidão, uma vez que em Macau não existem alfandegas.

O commercio de Portugal com a China é, hoje, praticamente nullo, mas muito conviria que o país lançasse de novo as suas vistas para o Oriente, cujo caminho fomos os primeiros a

Comercio de Macau

1910-1930

Exportação - . - . - Importação - - - - Total ———



percorrer, onde alcançamos riqueza, prestígio, e uma tradição que ainda hoje perdura apesar dos seculos e da presença das raças mais fortes.

O problema é vasto, complexo e delicado, demandando atenções e conhecimentos especiais, mas não o reputo insolúvel desde que a ele dedicássemos persistencia e vontade.

Naquela outra metade do mundo que é o Oriente, onde tantos ganham, porque não havemos nós de ganhar também?

O caminho do Oriente não deixou ainda, nem deixará jámais, de ser uma tentação.

* * *

A historia de Macau é acidentada e apresenta-nos horas de angustia e de gloria, podendo dizer-se que cada pedra daquela vetusta cidade,

ora renovada e bela na graciosidade dos seus panoramas, onde o doce encanto da terra portuguesa, desde o tipo das nossas cásas aos sons dos nossos sinos, tão bem se ajusta com o espantoso exotismo da China podendo dizer-se que cada pedra encerra uma evocação, uma vida, uma aventura dos nossos marinheiros, dos nossos missionarios, dos nossos batalhadores.

Macau é, hem, o expoente maximo do espirito intrepido e aventureiro de Portugal.

"Jamais il n'y eut, sous le ciel d'Asie, de cité plus étrange!" — Nunca houve cidade mais estranha sob o ceu da Asia! — disse Endore de Colombar.

E' que Macau tem o condão unico de ser uma terra de exotica beleza em todo o Extremo-Oriente, como um velho burgo de Portugal

antigo que para ali fosse transplantado, num esforço de gigantes.

Macau tem, a par do encanto e da poesia dos nossos feitos e lendas, o encantamento misterioso e velado, irresistível e fatal, que lhe dá a China.

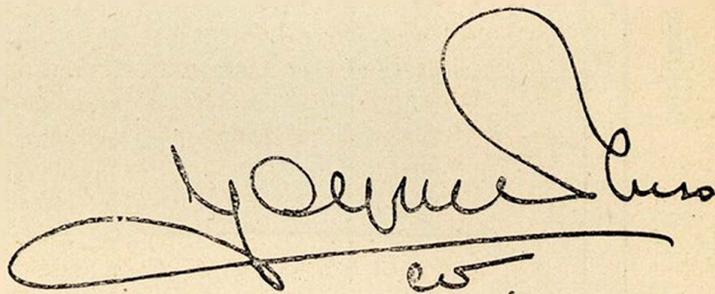
Sim, que a China tem o seu misterio, indefinível e perturbante, que a faz amar e faz sofrer, que na Europa se não conhece nem se pôde compreender e que, para se avaliar, é mister sentir.

Tudo isso tem Macau, a "Cidade Santa, a Joia das Terras do Oriente!"

MOVIMENTO DA NAVEGAÇÃO DOS PORTOS DE MACAU

| ANOS | LONGO CURSO | | | | GRANDE CABOTAGEM | | | | PEQUENA CABOTAGEM | | | |
|--------|-------------|-----------|--------|-----------|------------------|-----------|--------|-----------|-------------------|-----------|--------|-----------|
| | Entradas | Tonelagem | Saídas | Tonelagem | Entradas | Tonelagem | Saídas | Tonelagem | Entradas | Tonelagem | Saídas | Tonelagem |
| 1910.. | 2 | 6.124 | 2 | 6.124 | 2 | 1.548 | 2 | 1.548 | 8.362 | 1.006.583 | 8.222 | 994.078 |
| 1915.. | 1 | 4.771 | 1 | 4.771 | — | — | — | — | 6.839 | 1.101.690 | 6.616 | 1.197.196 |
| 1920.. | 3 | 2.140 | 3 | 2.140 | 2 | 1.660 | 2 | 1.660 | 5.920 | 777.201 | 6.112 | 777.738 |
| 1925.. | 10 | 10.340 | 10 | 10.340 | 1 | 880 | 1 | 880 | 6.621 | 1.241.398 | 6.614 | 1.238.204 |
| 1929.. | 7 | 10.920 | 7 | 10.920 | 1 | 878 | 1 | 878 | 6.754 | 1.444.377 | 6.752 | 1.442.941 |

Lisboa, Abril 1952



A LUZ IDEAL

MIGUEL D. AJUZ

Importação e Exportação
Electricidade e Radio em geral

Matriz: Rua S. Pedro, 91 — Tel. 4-2873

Filial: Rua dos Ourives, 72 — Tel. 4-0514

RIO DE JANEIRO

Parte dos clichés que ilustram este BOLETIM

foram confeccionados no

ATELIER DE GRAVURAS

DE

SILVA & BARRETO

Av. Gomes Freire, 43 — Fone 2-6894

RIO DE JANEIRO

TIMOR

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

POR TEÓFILO DUARTE

ANTIGO GOVERNADOR DE CABO-VERDE E DE TIMOR

A maioria dos portugueses, desconhecedores ainda hoje em dia, da amplitude do seu Império Ultramarino do Século XVI, não sabem explicar porque razão nos veio parar ás mãos, a longínqua Timor, julgando-a um ramo excêntrico e desligado do sistema administrativo abrangendo as nossas possessões do Governo da India, porventura fruto desgarrado dalguma heroicidade isolada de qualquer dos nossos capitães-móres daquêles mares. Nada ha de menos exacto não só quanto á fórma da incorporação daquêle domínio no Império Português, levada a efeito mercê exclusivamente da acção missionaria, como ainda ao seu pretendido insulamento da malha administrativa que cobriu parte do Oriente. O génio de Albuquerque firmára em Ormuz, Gôa e Malaca, chaves do Pérsico, da India e da Malásia, os pilares formidaveis, que distanciados por milhares de quilómetros, deveriam entretanto suportar o arcaboço dum gigantesco Império colonial, que na sua mente de semi-Deus, deveria abranger a imensidade dos povos gravitando em volta desses polos da actividade humana. E assim, enquanto que das duas primeiras daquelas bases de expansão, o génio português ia alastrando em combates vitoriosos e em tráfico rendoso, Malaca era o ventre fecundo em que germinavam as informações colhidas sobre o Japão, China e arquipélago Malaio e que dava á luz as audaciosas empresas de navegação, commercio e ocupação daquêles mundos até então ignorados. Java, que nêsse tempo ainda não era o formigueiro humano de hoje, em que se acotovelam 40 milhões de malaio, contribuia entretanto com alguns dos seus sultões tributários da côroa Portuguesa, para dar brilho àquêle incomensurável e disforme Império. Sumatra via fundear nos seus portos, galeões e caravelas com a cruz de Christo, cobrando parcas, e nas Flores, Timor e ilhas adjacentes o domínio português radicava-se de modo a perdurar através dos séculos, acolhendo-se á sombra de numerosas fortalezas, feitorias e missões religiosas.

E tão bem lançados foram aquêles caboucos, que ainda em 1859, isto é, mais de 300 annos depois, apesar de esfrangalhado o Império do Indico e Pacifico, Portugal pôde negociar com a Holanda a cedência das ilhas Flores, Solar, Ademan, Lomblay, Pantar Ombay, e a rectificação das fronteiras de Timor. Assim esta colónia, que após varias vicissitudes, teve de ser cedida na sua metade occidental á Holanda, representou como atrás diziamos, não um torrão perdido entre terras estranhas, mas sim o resto dum conjunto de domínios solidamente estabelecidos no arquipélago malaio.

* * *

Mas valerá a pena que Portugal, assoberbado com Angola e Moçambique, se continui a preocupar com aquêles 19.000 quilómetros quadrados, habitados por meio milhão de timorenses, ou com Macau, cidadezinha exótica, debruçada sobre a fornalha chinesa? Parece-nos bem que sim, pois que a característica do Império Português, derivada da existência de numerosos pontos de apoio no Atlantico, Indico, Pacifico, permite-lhe a sua valorização internacional, dispondo dêles a favor das suas alianças e se se realizarem as presunções, por varias vezes emitidas, sobre a deslocação dos grandes conflitos e das grandes correntes de civilização, num futuro mais ou menos remoto, do continente Europeu para o Oceano Pacifico, banhando o Japão, China, Estados Unidos e arquipélago malaio, todas as bases que qualquer nação ali possua, constituem outros tantos triunfos no jogo em que tenha de entrar. Timor encontra-se no centro dum circulo formado pela Austrália, Borneu, Nova Guiné, Singapura, tudo possessões inglesas, e por conseguinte é um bom porto de escala e de ligação para todas estas colónias que têm enquistadas em si, o cancro formidavel de 60 milhões de subditos holandeses. Isto basta para mostrar o que poderão vir a ser as suas possibilidades estratégicas e políticas e por isso por mais de uma vez, o Japão e Estados Unidos ali têm feito surgir missões militares, mais ou menos disfarçadas em comissões de estudos.

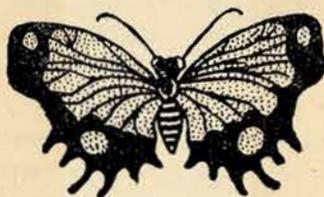
De resto, independentemente da valorização política que poderá advir para Portugal da conservação duma colónia no arquipélago malaio, em que se defrontam tão importantes interesses internacionais, ha ainda a acrescentar a circunstância de, hoje em dia, a sua existência não representar qualquer encargo para a metrópole, visto que os seus recursos chegam para fazer face ás suas necessidades. Terra por excelência do sândalo odorífero de que fala Camões, Timor chegou a exportar 900 toneladas e se houver uma cautelosa política de economia da especie e da sua reprodução, a exportação do precioso lenho, poderá atingir maiores proporções. A quina, hoje em dia monopolio quasi exclusivo de Java, que fornece 95 % ao mundo, encontra boas condições para o seu desenvolvimento; a baunilha e tódas as

especiarias das Molucas aguardam apenas que alguém impulse a sua cultura e faça sair a economia de Timor do ram-ran do café e da copra, que hoje contribuem respectivamente com 2.000 e 900 toneladas, para as exportações. Java emprega o café Timor para lotar e melhorar o do seu mercado e por isso o paga por melhor preço, e longe como estão de ser esgotadas as possibilidades culturais da ilha neste capitulo, certos estamos que é esse um vasto campo para as actividades que se lhe queiram dedicar. Por tódas as razões atrás apontadas, não temos pois duvida em formular a asserção de que Timor é uma das colónias portuguesas mais interessantes e que bem merece um carinho especial por parte dos dirigentes da política colonial metropolitana!

Theophilo Duarte
agente governativo de Cabo Verde e de Timor

LEIAM "TIMOR" POR TEÓFILO DUARTE

LAPIS
 E
 CANETAS



MARCA REGISTRADA

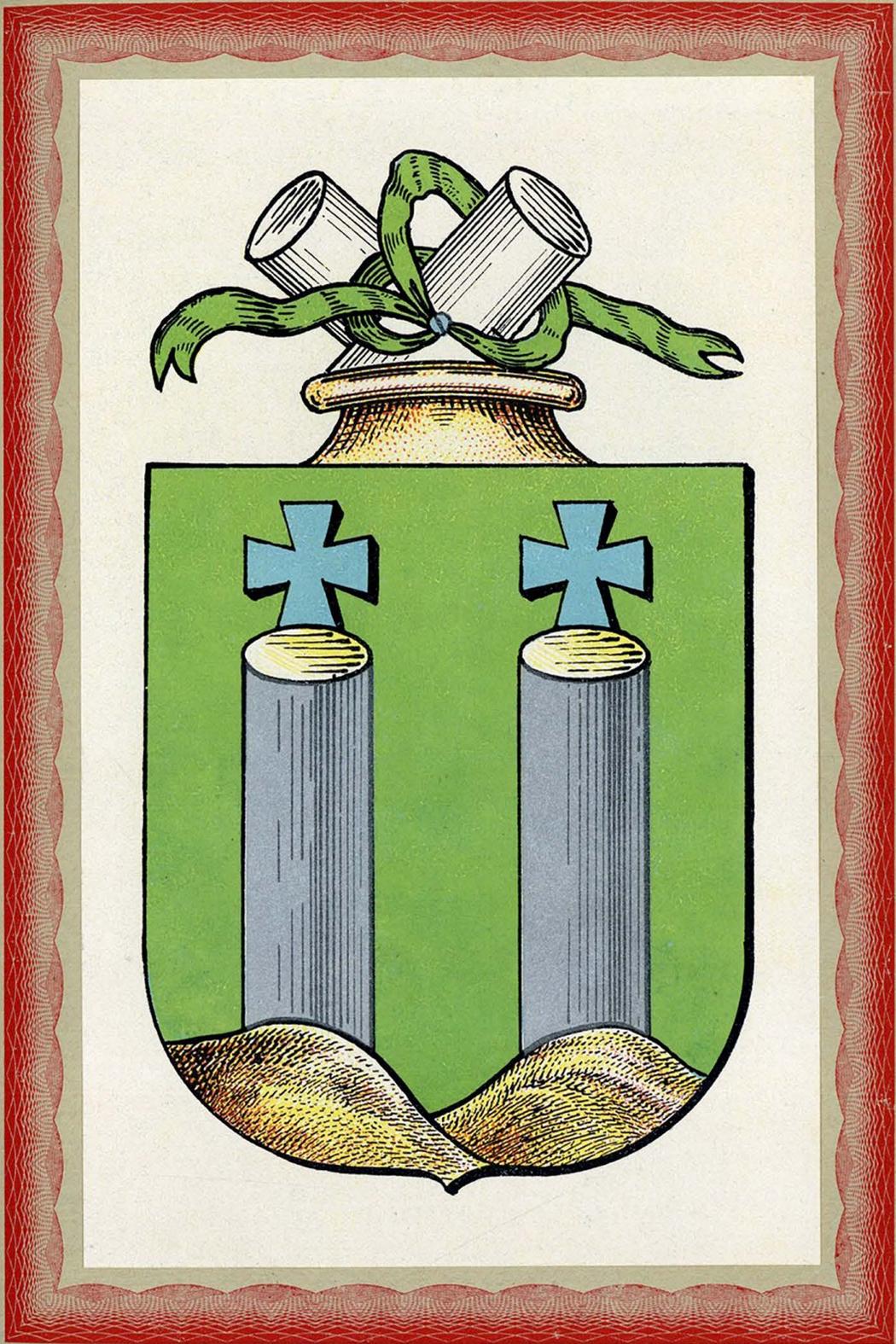
PREFIRA
 A MARCA
 L. Faber & C. L.^{td}

J. Nascimento Perpetuo
 REPRESENTANTE

Rua Mayrink Veiga, 28 (4.º andar, sala 5)

TELEFONE 4-2599

RIO DE JANEIRO



ESCUDO DE DIOGO CÃO

CAPPUCCINI & C.^{IA}

Rua da Alfandega, 172

Caixa Postal n.º 1662

RIO DE JANEIRO

TINTAS PARA IMPRESSÃO

"MICHAEL HUBER de Munich"

Este Boletim é sempre impresso com as Tintas Huber

SERRARIA GONZALEZ

Especialidade em Pinho do Paraná

CAIXAS DESARMADAS

FERNANDES GONZALEZ & C.º

Rua Francisco Eugenio, 81 — RIO DE JANEIRO

Tel. 8-5469

End. Tel. FERGONLEZ

RAUL R. RUDGE

FABRICA DE:

Papelão,
Pratos e
Caixas de
Papelão

73, RUA DO LAVRADIO — Telefone 2-3603

RIO DE JANEIRO

DIOGO CÃO

POR GASTÃO DE SOUZA DIAS

OFICIAL DO EXERCITO, PROFESSOR E PUBLICISTA
SOCIO CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

A morte de Afonso V, as caravelas portuguesas tinham atingido o Cabo de Santa Catarina, dois grãos ao sul do Equador. E logo as intenções do novo rei, a quem o Africano, ainda em vida, fizera doação dos traulos da Guiné e pescarias dos mares delles, definiu a sua futura attitude, enviando, em fins de 1481, a grande armada de Diogo de Azambuja para acabamento da fortaleza de Arguim e construção do castelo de S. Jorge da Mina, a fim de atrair para ali o resgate do ouro e de estabelecer uma base às emprêsas que ia decididamente tentar. O lucro anual do tráfego da Guiné é avaliado por Duarte Pacheco em 220.000 dobrões de ouro!

Para garantir o domínio exclusivo das costas africanas, D. João II procurou obter dos Reis Católicos, como dote de sua nóra, as Canárias, "que el-rei sempre desejou para maior segurança da Guiné"; ao rei de Inglaterra enviou a embaixada de Rui de Sousa em 1482, para que não fôsse consentida a ida de navios ingleses às costas equatoriais africanas; por bula de Xisto IV, depois confirmada por Inocência VIII, foram concedidas à corôa portuguesa tôdas as ilhas e terra firme, descobertas e por descobrir, desde os cabos Bojador e Não, por tôda a Guiné, até à Índia.

Assim assegurado o absoluto senhorio das costas africanas, as navegações proseguiram activamente. Os marinheiros de Fernão Gomes atingem, além do Cabo de Santa Catarina, o rio e cabo que nas antigas cartas trazem o seu nome (*Fernandi Gomes fluvius*); Alvaro Martins descobre o gôlfo e enseada que baptisa com o seu nome, a 3º de latitude sul; e depois foram alcançados, successivamente, o *Golfo dos Montes*, os *Dois Montes*, a *Práia de S. Domingos*, o *Golfo do Indio*, o *Palmar* e o *Cabo das Palmas*, entre 4º e 6º.

Em 1482 sai de Lisboa a expedição do escudeiro Diogo Cão, neto de Gonçalo Cão, senhor de Badajoz, que no tempo de D. João I se havia distinguido nas lutas contra Castela. A armada, composta de 6 velas, levava víveres para longa demora e valiosos artigos para permuta e presentes aos potentados das regiões africanas a visitar. Conduzia, além disso, dois padrões de pedra, tendo numa das faces do capitel cúbico o escudo das armas nacionais, e nas outras uma inscrição em portuguêses fixando a data da emprêsa.

Pouco ou nada se sabe das condições em que a viagem se effectuou. Apenas se pôde afirmar que a armada tocou na Madeira e nas Canárias, seguindo daí à fortaleza da Mina, para cruzar o gôlfo da Guiné em direcção ao Cabo de Santa Catarina. Continuando para sul, Diogo Cão entrou a navegar numa zona de águas barrentas, que iniludivelmente denunciavam a existência de um grande curso de água. A curiosidade da tripulação, já de si aguçada pelo facto de navegarem em novos

mares, devia ter sido despertada ainda por essa inesperada circumstancia. A' medida que se aproximavam de terra, experimentaram os efeitos de uma corrente vertiginosa, que cortava o mar perpendicularmente ao continente.

Era mais que evidente a proximidade de um grande rio. De facto, tendo conseguido tornear a corrente, a armada penetrava num largo estuário, de margens habitadas por negros pacíficos, dependentes de um potentado chamado *Manicongo*, cuja côrte ficava no interior das terras, para os lados da margem esquerda do rio. Pelo rápido reconhecimento a que a armada pôde proceder verificou achar-se em presença de "um dos grandes (rios) que no mundo se sabe de água dôce, que é de largo duas léguas, e de alto em tôda a bôca e muito dentro setenta braças".

Diogo Cão desembarca solenemente e coloca a primeira coluna de pedra — *Padrão de S. Jorge* — no local a que ainda hoje se chama *Ponta do Padrão*, nome que nos primeiros roteiros se tornou extensivo ao próprio rio Zaire.

Do successo desta descoberta pôde avaliar-se pelas referências que ao grande rio, bem como ao Império do Manicongo, fazem os cronistas da época, narrando como Diogo Cão entrou em relações com o príncipe do Sonho, residente em Praza, na foz do Zaire, que era tio do Imperador e foi baptisado por um dos dominicanos da armada.

Agasalhou o senhor do Sonho os portuguezes que Diogo Cão ali deixou para aprenderem a língua do Congo e promoveu as primeiras ligações com o próprio Imperador, que benévolaemente recebeu as propostas de conversão ao cristianismo, enviando um presente de escravos para o rei de Portugal. Diogo Cão remete por sua vez ao Manicongo presentes "de muitas coisas desvariadas umas das outras e lhe mandou dizer como a dita armada era de El-Rei de Portugal, que com todo o mundo tinha paz e amizade".

No propósito de levar até onde lhe fôsse possível a exploração da costa africana, e talvez na esperança de dobrar a sua ponta meridional, seguiu o grande navegador para o sul, descendo ao longo de todo o império do Congo e alcançando ainda o *reino de Benguela*, em cuja costa assentou (13º 27') o *Padrão de Santo Agostinho*.

Razões que hoje é já impossível determinar obrigaram-no a retroceder, recolhendo nas margens do Zaire alguns pretos que levou para Portugal. Mas erguida ao alto, a coluna de pedra lá ficava, afirmando para sempre que "na era da criação do mundo de seis mil 681, ano do nascimento do Nosso Senhor Jesus Cristo de mil quatrocentos e 82, o mui alto, mui excelente e poderoso príncipe, El-Rei D. João Segundo de Portugal, mandou descobrir esta terra e pôr êstes padrões, por Diogo Cão, escudeiro da sua casa".

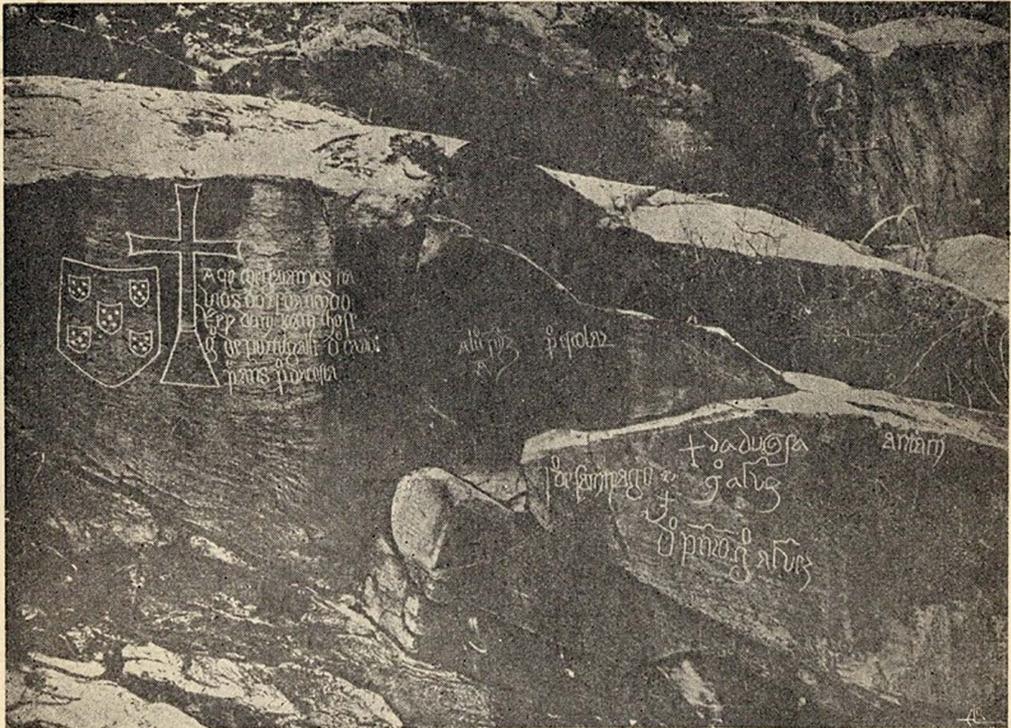
Ao chegar a Portugal esperava-o o mais lisonjeiro acolhimento da parte do Príncipe Perfeito, que reconhecendo com a sua apurada intuição de justiça, os serviços por ele prestados no norte da África e na Guiné, não só em tempos de Afonso V, mas no seu próprio reinado, e tendo em aprêço as suas qualidades de "homem esforçado, leal e desejador de nosso serviço e honra", lhe estabeleceu, em Abril de 1484, uma renda de 10.000 reais brancos e lhe mandou passar *carta de nobrecimento*, pela qual o separava do número dos plebeus, considerando-o, com tôdas as regalias, nobre de cota de armas.

Essa carta foi passada já quando era definido o propósito de o enviar de novo em prosseguimento da sua obra de navegador, porque, ao referir-se aos seus servi-

audaciosos propósitos? O costumado descontentamento da tripulação, contra que todos os navegadores tiveram de lutar? A impossibilidade de reabastecimento, em especial de água doce, numa costa sempre estéril, mas que, momento a momento, acentuava tentadoramente a sua inflexão para leste?

Estas interrogações ficarão sem resposta, a não ser que novos documentos venham trazer alguma luz sobre as viagens do esforçado navegador que imediatamente precedeu Bartolomeu Dias.

Ao passar de novo pelo Zaire, já a caminho de Portugal, Diogo Cão entra no estuário do rio e sobe o seu curso numa extensão de 160 quilómetros, até às cataratas de Yelala, em cujos rochedos deixa as célebres



INSCRIÇÕES NAS PEDRAS DE YELALA DO RIO ZAIRE

ços, nela claramente se diz: "em especial nas ditas partes de Guiné *honde ora enviamos a descobrir* por serviço de ds. e trabalho de augmentaçam da nossa Santa fee Catholica, bem e acrecentamento de nossos Reynos".

De facto, Diogo Cão volta ao Congo — repatriando os pretos que levára a Portugal. Leva comsigo franciscanos no intento de fazer germinar nas novas terras a semente da fé, lançada pelos portugueses na sua primeira viagem. Mas, a par das relações que pretende estabelecer com o potentado do Congo, o illustre marinheiro — que, se fôra favorecido das circunstâncias, bem pudera ter dobrado o Cabo Tormentoso — estende para o sul a sua derrota. Costeia todo o reino de Benguela, em cujo extremo coloca o *padrão do Cabo Negro* (15° 40'), e alonga a navegação, pelas costas áridas de Matamam até pelo menos à Serra Parda (21° 48'), onde deixa o seu ultimo padrão.

Que razões teriam determinado, pela segunda vez, Diogo Cão a voltar atrás, abandonando assim os seus

inscrições, pelas quais nos é dado conhecer os nomes de alguns dos seus gloriosos companheiros: "Aqui chegaram os navios do esclarecido rei D. João II de Portugal. Diogo Cão, Pedro Anes, Pedro da Costa, Alvaro Pires, Pedro Escobar, João de Santiágo, morto de doença, Gonçalo Alves, Antão, Diogo Pedro e Gonçalo Alves." Juntamente com estes dizeres, estão gravadas na rocha uma cruz latina e o escudo de Portugal, posterior à sua reformação de 1485.

Dalí possivelmente cortou Diogo Cão por terra, direito a côrte do Manicongo, em Ambasse, onde hoje é S. Salvador, sendo recebido festivamente pelo potentado africano, que, em favoráveis disposições de acolher a doutrinação cristã, despediu com tôdas as honras o navegador português. Em sua companhia mandava o embaixador *Caçuta*, fidalgo da terra, com um presente de marfim e panos de palma para D. João II, a quem pedia para lhe enviar sacerdotes, mecanicos e lavradores. Com o embaixador iam também alguns rapazes das

melhores famílias para serem instruídos em Portugal.

Este embaixador Caçuta foi mais tarde (1490) solenemente baptisado em Beja, tomando o nome de *D. João da Silva*; João, nome do rei; Silva, de Aires da Silva, camareiro-mor de D. João II).

* * *

Como consequência das viagens de Diogo Cão, deve ser considerada a expedição enviada ao Congo em 14 de Dezembro de 1490, sob o comando de Gonçalo de Sousa, na qual ali regressaram os negros levados a Portugal, que haviam sido educados em letras e religião no convento de Santo Elói, indo também muitos padres franciscanos, com materiais para construção de templos e alfaias para o culto.

Nesta fase decisiva das descobertas, quando já o Cabo das Tormentas havia sido montado, grande importância devia atribuir-se à evangelização do Congo, para distraír para este reino navios, gente e haveres!

Esse interesse acentuou-se em todo o reinado de D. Manuel, que chegou a encarar a possibilidade de fazer-se a ligação com a Abissínia, navegando pelo Zaire até ao lago central africano, de que com tanta insistência falaram os exploradores portugueses no século XVI.

Do Congo se estendeu também para sul a acção dos portugueses, de tal forma que já antes de 1526 haviam atingido o coração do reino de Angola e, sessenta anos depois, penetravam no reino de Benguela.

As viagens de Diogo Cão costumam ser com justiça consideradas como marcando o início da história da nossa grande colónia de Angola, pois que a história do Congo com ela se foi pouco a pouco fundindo, a ponto de ser hoje já impossível e até inconveniente procurar desligar as

duas histórias, tal como seria inconveniente destruir a admirável unidade política de Angola, na qual se englobaram por nossa acção, os quatro antigos reinos indígenas do Congo, Angola, Matamba e Benguela.

A figura de Diogo Cão avulta, pois, de entre todos os precursores de Bartolomeu Dias, com notável destaque: por sua acção as navegações atingiram um momento de patético interesse, saindo da fase de nebulosa esperança, para alcançarem o instante de definida certeza; por sua acção se desvendou a existência de um grande Império, abaixo do Equador, descoberta que, atrahindo guerreiros, exploradores e missionários, veio a ter como consequência imediata a organização da *capitania de Angola*, base da nossa actual província da Africa Occidental.

Não deve caber a Diogo Cão a glória de ter dobrado o Cabo, como Luciano Cordeiro um momento suspeitou; mas as consequências dos seus feitos são suficientes para chamar sobre a figura do grande navegador trasmontano a curiosidade, o interesse, digamos o amor de quantos, por bem do seu país, alargaram a sua vida até onde elle conseguiu impelir as caravelas daquele príncipe — *rex altissimi vir cordis* — que, abrindo as portas do Oriente, lançou a humanidade numa nova época de heroísmo, de cultura e de prosperidade, como nunca mais se repetiu no mundo!

Sá da Bandeira.

Justo Sousa Dias

“Em Portugal não está somente a dar-se o “fenómeno de obscura reconstituição” de que duvidava ainda Oliveira Martins. Aquêles que têm podido palpar a vida nacional dos últimos trinta anos não somente na Metrópole, mas, sobretudo, nas colónias, fortemente sentem que alguma coisa de maior que uma reconstituição se está produzindo.

NORTON DE MATOS

COMPANHIA ALLIANÇA DA BAHIA, de Seguros Marítimos, Terrestres e Fluviaes

Com Agencias e sub-agencias em todo o Brasil.

e na America, e reguladores de avarias no Brasil, na Europa e na Africa.

Capital realiado Rs. 9.000:000\$000 } Rs. 41.198:088\$830
Reservas " 32.198:088\$830

Incontestavelmente A PRIMEIRA companhia de seguros contra fogo e riscos de mar, no Brasil, em capital, reservas e receita, e assim é a que maiores garantias offerece.

Procurem-n'a, portanto, de preferencia.

Agencia geral no Rio de Janeiro: RUA DO OUVIDOR 68, 1.º andar (Edificio Proprio)

Teleph.: 4-3883 e 4-4032

AGENTE GERAL: ALEXANDRE GROSS

PORTUGAL E AS SUAS COLÓNIAS

POR RODRIGO DE ABREU E LIMA

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

ANTIGO DEPUTADO DA NAÇÃO, EX-SECRETÁRIO PROVINCIAL DO INTERIOR,
EM ANGOIA E SÓCIO CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

A acção dos portugueses no ultramar, desde os anos mais recuados, desde quando os homens da Europa viraram pela primeira vez as velas das suas náus para outros continentes, vem merecendo comentários e *cuidados* que deixam transparecer significativos e reservados intuitos, já-mais justificados, com quaisquer razões sérias, em leis do mundo que possam merecer designação de leis morais...

Para afirmar os nossos incontestáveis direitos, para concluir que o esforço lusitano merece, pelo menos, o respeito dos povos, basta recuar à época de quinhentos e, a partir dela, compulсар as páginas da História que, quasi sem interrupção, de todas elas sobresai a grandiosidade da obra que levantamos. Não é necessário repetir o que é demasiadamente conhecido, aquilo que só não é visto pelos *cegos de vontade de não ver*...

Embora de estatura meã, aparentemente, têm de nos sentir no mundo — que nas suas cinco partes andam espalhados cerca de desenove milhões de habitantes nascidos em nossos domínios, a que poderemos juntar mais de quarenta milhões de brasileiros, ao todo cincoenta e nove milhões de indivíduos que se exprimem e compreendem na formosa língua de Camões, que entre nós também foi nado.

A ciencia colonialista, sem quebra dos seus incontestáveis progressos, não se apoia, nem apoiará, em fórmulas rígidas, imutáveis e únicas, comuns e obrigatórias para todos mas, ao contrário, na sua eficiência influi e ha de influir sempre, além de um sentido consciente das oportunidades, uma razão do tempo e do lugar, como das condições próprias de cada povo donde, necessariamente, resultam métodos, aptidões e conclusões diferentes.

Quem se detivér no estudo comparado da política das diferentes nações coloniais, ás primeiras tentativas, depressa se encontra em frente dessa incontestável verdade que ressalta, nitidamente, logo ao tratar das duas principais

potências, Inglaterra e França, inteiramente diferentes nos seus processos de governar domínios ultramarinos.

A êste respeito é concludente e interessante, pela competência e meticulosidade com que é feito, o estudo do sábio professor doutor A. Gonçalves Pereira, em *As Novas Tendências de Administração Colonial*.

Os territórios que constituem o *Império Português* — e empregamos acintosamente a designação *Império* traduzindo o pensamento de unidade política a que, com felicidade, veem dando relêvo os nossos mais notáveis coloniais, como ainda recentemente o fez o senhor general Norton de Matos na sua conferência de Antuerpia — são extensos e cobrem uma periferia de 2.175.410 quilómetros quadrados, excluido o Continente, as ilhas dos Açores e da Madeira, e, se atendermos, sem paixões nem ambições, à obra realizada nesses territórios, fôrça é reconhecer que não pôde ser incondicionalmente apoucada a acção dos portugueses...

E' certo que o nosso plano não se vem afirmando, duma maneira geral, pela concentração de grandes núcleos populacionais, pela formação das grandes cidades à europeia, onde, ao lado de edificios monumentais, campeiam e progridem as magnas exigências, com vantagens e vícios, das nossas civilizações, o que nem sempre pesa numa política de conjunto, mas seria falsear a verdade esquecer, negar, a nossa política de penetração dos interiores sertanejos, pacificando-os, colonizando-os de ponta a ponta, cortando-os de caminhos de ferro, de estradas, de linhas telegráficas e telefónicas, colmeando-os de menores aglomerados que, sem constituirem grandes cidades, resultam em portuguesíssimas vilas de eficaz occupação, traduzindo inconfundíveis características de influência metropolitana, atestando, à nossa maneira, um esforço colonizador que, se não é único nos resultados, embora o seja nos processos, não nos diminui e, ao contrário, nos eleva para uma airosa posição internacional!

E, na realidade, se admiramos as grandes cidades que estranhos edificaram nas zonas marítimas, onde também não é apagada a nossa influência, porque os portos de Luanda, Lobito, Lourenço Marques e Beira, têm incontestável relêvo, não podemos deixar de nos extasiar perante o que temos feito pelo sertão, que temos dominado inteiramente, afirmando um tacto e uma adaptação que se não excede, apresentando uma rede de estradas e caminhos de ferro, em Angola, respectivamente, de 35.000 e 2.360 quilómetros e em Moçambique, respectivamente, de 22.528 e 1.969 quilómetros, tudo, como se disse, semeado de pequenas povoações e vilas, bem significativo e revelador duma técnica política de ocupação, de conjunto, que a História do Mundo tem, por força, de assinalar e marcar como profícua, notável e exclusivamente nossa.

E... se isto é assim, porque o é, para que certo alarido, certo jôgo de frases feitas, com fundamentos em faltas de capacidade, em prática menos rigorosa de certas leis humanitárias, que os acusadores não têm nem cumprem melhor do que nós, como era fácil demonstrar, eloqüentemente, ¿para que o alarde duma inferioridade que não existe?!

Não andam os portugueses espalhados pelo mundo — e tantos são, como vimos — fornecendo prova constante e viva da sua fama e do seu mérito?!

Que bem o diz, e tive o prazer de o ler, Julião Quintinha no seu patriótico livro, *Terras do Sol e da Febre*, quando passa pelo Congo Belga, pela Africa Equatorial Francesa, pela Africa Inglesa, etc., porque, em toda a parte, no passado, como no presente, se marca a acção eficiente do esforço individual e colectivo dos portugueses, como povo fadado para civilizar e colonizar o mundo, embora outros, menos fieis à verdade revelada, queiram convencer incautos que nos precederam, ou nos dêram a mão...

A nossa apresentação na Exposição de Paris, deve ter provado, internacionalmente, a positiva realidade colonial dos portugueses, como, por outro lado, a posição que tomamos na Grande Guerra, fieis aos princípios de Liberdade, como à letra dos tratados, falam bem mais alto do que o espírito mesquinho de torvas ambições!

Dentro das antigas, como das modernas leis da Humanidade, que caminha célere numa estrada difícil, mas lógica de transformação, a gente lusa, embora tenha, como todos tem,

de sentir os efeitos da grande convulsão, deseja cumprir, como sempre o fez, a sua missão histórica, e, por isso mesmo, seria negar a própria verdade, viver alheado dos acontecimentos nacionais, não reconhecer patentes sintomas da atenção, da disposição, que o Povo denuncia no sentido de encarar as responsabilidades do dia de Amanhã...

Nós bem sabemos que temos sempre, como dever indeclinável de patriotismo, necessidade de lêr e relêr a história política do passado, de mais a mais esclarecidos pela acção do tempo que, com frequência, nos abre páginas inéditas de ensinamento, proporcionando-nos a interpretação verdadeira de certos textos que, embora plenos de doutrina vil, encerram preciosos desenganos da psicologia política de alguns povos...

Hoje já não falta quem conheça e interprete lúcidamente os escritos dos *Von Kuhlmanns*, como também não é estranho o pensamento ambicioso de determinados *arrazoados* do jaez daquêlê que, em 1913, foi publicado por certa Embaixada Alemã, sôb a epígrafe *Política Externa da Alemanha sem guerra...* como, também, em português de Lei, houve quem se dêsse à tarefa dolorosa, mas útil, de compilar e traduzir vários e ilucidativos comentários e artigos em referência ás nossas possessões, da índole daquêlê que Sir Harry H. Johnston, em 1912, fez estampar na revista *The Nineteenth Century...*

Não podemos nem devemos ignorar os instintos gulosos com que, de tantos lados, se fitam as riquezas alheias, de preferência as nossas e as belgas, dois povos sempre escrupulosos, capazes de merecer o respeito do mundo, que alguma coisa lhes deve em sacrificio e trabalho no advento das altas conquistas da Civilização, mas, por isso mêsmo, nesta hora soleníssima em que nas assembleias magnas dos povos se fazem eco as grandes teses humanitárias, como a dêsse imortal paladino que se chamou Briand, precisamos de afirmar que conhecemos o nosso lugar, inconfundível na História, que se enxerga de todos os cantos e de todos os tempos, não declinando as nossas responsabilidades integralmente irmanada: com os nossos incontestáveis direitos.

Dentro dos seus moldes, sem celeridades que provoquem vertigens, mas sem tibiezas que nos obriguem a perder a meta, Portugal vai caminhando e, passado o *barranco* da Grande

Guerra, como do difícil minuto presente, no seu posto, sem dúvida, fará rumo a novos destinos, para fecundas iniciativas, e, vencida a hora da convulsão, em que todos se abraçam, mas de que o Povo, necessariamente, reage, temperado no sofrimento, infiltrando-se das mais puras e fortes energias, ganhando condições de saúde, calcaremos a estrada do Futuro com a mesma firmeza com que a soubemos calcar no Passado...

A Humanidade, que não este ou aquêlo povo, debate-se numa dúpla *crise*, económico-social, que a sacode de cima a baixo, até ao mais fundo das suas raízes, mas esta verdade, incontrovertida, é tão patente ás nações poderosas como ás pequenas nações e a vida dos povos das duas Américas, como da Europa e até da Asia, o comprovam eloquentemente...

Portugal, pela sua própria razão de ser, sofre as consequências dessa *crise* e, mercê delas, momentaneamente, se lhe erguem complexas as suas situações económico-financeiras mas, sóbrios como são os seus meios de agir, em tudo, mesmo no campo da sua administração pública, tem todas as condições para reagir, como reagiu depois da Guerra, pois em 1926, como o diz a voz autorizada do Doutor Marques Guedes, no seu livro *Cinco meses de governo*, "a situação financeira do Tesouro era desafogada" e "o nosso crédito lá fóra não fóra atingido de fôrma alguma; antes se robustecera sensivelmente com os depósitos intactos e crescentes nos nossos banqueiros e com o convénio feliz com os portadores das obrigações dos empréstimos dos tabacos de 91 e 96. Com todos estes elementos, atingido o equilibrio orçamental, para onde subiria o escudo?" O equilibrio orçamental atingido estava na gerência seguinte...

A nossa política colonial, mais do que de outros factores, está dependente de uma organização que estabeleça certos métodos de intercâmbio prático das forças metropolitanas e ultramarinas, procurando, simultaneamente, a metrópole ir ao encontro das conveniências das províncias do ultramar e estas ao encontro das conveniências daquela, caminhando no sentido desta fórmula desde as esferas do poder central até ás dos próprios corpos administrativos, como seria fácil de demonstrar.

E quanto vale, quanto é proveitosa, uma persistente actuação organizadora, depressa se reconhece...

A acção notabilíssima que o sr. General Norton de Matos, em quatro anos de governo, desenvolveu em Angola, deve muito mais do seu triunfo ao método, ao saber e ao poder de organização, do que a outras quaisquer razões.

Vejamos:

Naquêlo vasto território do nosso ultramar, de 1.260.000 quilómetros quadrados, nessa rica e bela província portuguesa da Africa Ocidental, aquêlo estadista — homem que a uma consciência profunda, prática e culta, dos problemas coloniais, alia o mais apurado sentido de um organizador, competente, tenaz e animador, como poucos — consegue, naquêlo curto prazo, realizar uma obra que nos honra, cujo valor se sente mesmo fóra das nossas fronteiras.

Constróem-se cêrca de mil prédios, entre habitações e casas de serviço público; eleva-se em centos de quilómetros a rede ferro-viária, contando hoje mais de 2.300 em toda a província; aumenta-se e melhora-se consideravelmente o sistema das estradas carreteiras, magníficas para o trânsito de automoveis, que hoje corre por mais de 35.000 quilómetros; criam-se extensos percursos de linhas telegráficas e telefónicas e montam-se mais de uma dezena de estações rádio-telegráficas, que hoje põem em contacto os polos mais distantes de Angola, comunicando esta terra do continente negro com todo o mundo, tudo dotado com material moderno e do melhor.

Atende-se, com entusiasmo e saber, ás necessidades de comunicações marítimas, dotando os portos com materiais e procedendo aos estudos e melhoramentos urgentes, dando-se um avanço notável nas obras dos portos de Luanda e Lobito, deixando delineado um plano de política de portos e caminhos de ferro que é tão indispensável como urgente cumprir.

Os serviços de iluminação da extensa costa marítima, de 1.600 quilómetros, são dotados com boa farolagem, não só melhorando a existente mas montando outra nova, atestando com o brilho desses focos luminosos, ainda mais, o pendão da nossa ocupação e da nossa independência.

A agricultura e a pecuária são auxiliadas, tanto quanto possível, quer no fornecimento de sementes e reprodutores, quer no abono de créditos, de elementos de ensino e consulta e os Serviços de Saúde intensificam-se e aperfeiçoam-se em todos os sentidos, não só crescendo os quadros médicos, mas aumentando

os hospitais, formando-se as brigadas de saúde, de ataque ás moléstias tropicais, operando um progresso considerável nas condições sanitárias da colónia, o que teve um controle eloquente e condigno no Primeiro Congresso de Medicina Tropical, realizado em Luanda, entre as maiores notabilidades médicas da especialidade.

E, em abôno e defesa do meu raciocínio, preciso é notar-se que esta obra, tão eficiente como desenvolvida, que apênas em resumo esboçamos, como demonstração, foi levada a efeito em comedidas circunstâncias financeiras, como nenhum outro povo a levaria, embora o louco alarido em contrário, porque acrescida de outras que já vinham do antecedente, sem suprimentos metropolitanos, nessa altura, as dívidas da colónia pouco poderiam exceder 260.000 contos, em moeda continental, o que era inquestionavelmente pouco, para um território vastíssimo, abundante de recursos de toda a ordem, e que, ao tempo, tinha inteiras garantias orçamentais para os encargos consequentes, se a vida colonial continuasse a animar-se de harmonia com o programa traçado.

E, para ver que é assim, recordemos que, na mesma época, no vizinho Congo Belga, a dívida subia a uns 650.000.000 francos, mais de 600.000 contos da nossa moeda, vivendo-se na negociação de novos empréstimos.

A França e a Inglaterra, duas grandes potências coloniais, subvencionam anualmente as suas colónias com somas avultadas, dependendo com simples colonização anual mais do que o montante daquela nossa dívida...

Tudo isto vem apênas em abôno do nosso critério de que *muito com pouco* fazemos quando nos assistem horas normais de trabalho.

Outro tanto poderíamos dizer de outras nossas possessões, principalmente de Moçambique, a nossa outra grande e rica colónia, onde — após a obra de integral ocupação, a que Mousinho e seus companheiros deram o maior impulso e realidade, obra que teve um duplo alcance, porque também venceu *duplas resistências* — além das terras do litoral, servidas por portos admiráveis, alguns magníficos e bem dotados como Lourenço Marques e Beira, apresentamos uma ocupação notável pelo interior, quer em zonas de povoamento, quer em vias de comunicação de toda a ordem.

E, assim, sempre insuspeita e flagrante, ressalta a injustiça dos que desfavoravelmente nos comentam, porque tanto na nossa acção material, como na moral e educativa, do que a nossa legislação é um fiador, nós não desmerecemos do nosso alto e justificado conceito histórico...

Seria interessante alargar e documentar esta tese mas... se tal se não comporta dentro das proporções dum artigo desta ordem, também não é indispensável fazê-lo escrevendo para o Brasil — terra irmã, onde bem conhecidas são as virtudes e possibilidades da raça lusa.

Francisco Gavicho de Lacerda

A PORTUENSE

JOALHERIA E RELOJOARIA
COM OFICINA PROPRIA

Jóias, Relógios e Bolsas de prata — Artigos para presentes

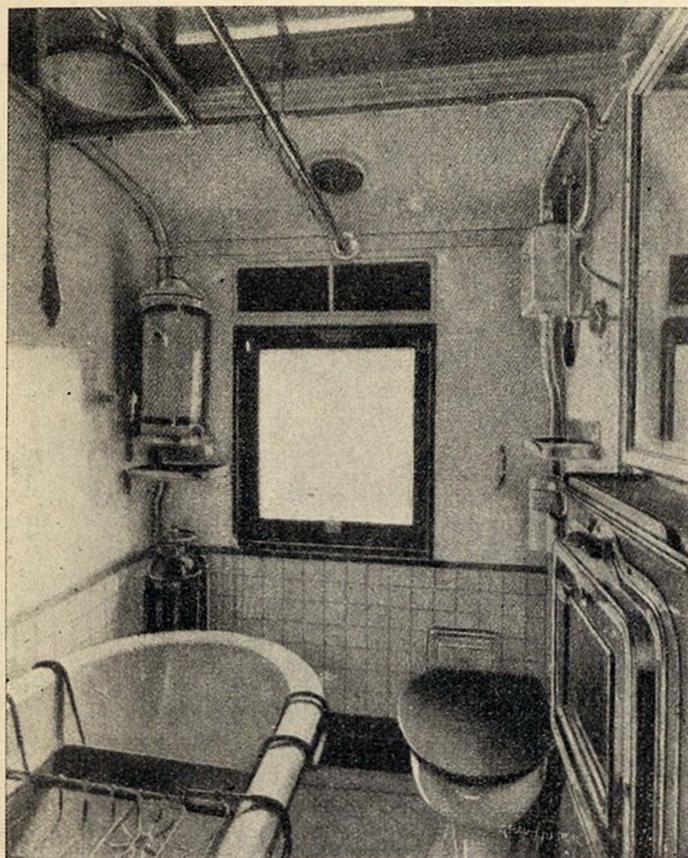
ALMERINDO GOMES & IRMÃO

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

Rua Uruguaiana, 133 — Telef. 3-5642

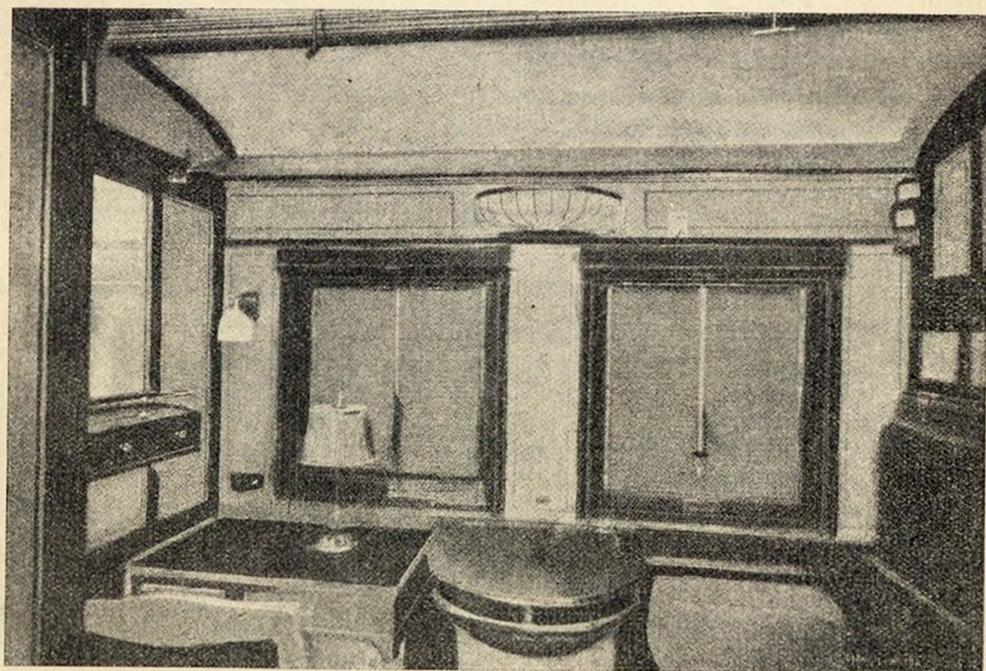
RIO DE JANEIRO

Caminho de Ferro Transafricano



CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA — CASA DE BANHO

Em Agosto do ano de 1931 realizou-se a inauguração das viagens transafricanas em caminho de ferro, entre Lobito-Lourenço Marques, Lobito-Beira, e vice-versa. Trata-se de um acontecimento do mais alto significado e por isso desejamos que êle aqui fique consignado. Não vamos, porém, dizer o que isso representa como esforço civilizador e dos resultados que podem advir da ligação das duas costas do Continente Africano, nem tampouco do orgulho e da satisfação que como portugueses sentimos ao verificar que sôbre território nosso assentam, dessa linha, *rails* numa extensão de 2.500 quilómetros, e que ela serve a três portos nacionais — Lobito, Lourenço Marques e Beira —, dos melhores da Africa. Isto basta para explicar muitas das cubiças que nos rondam... Mas não é disto que tratamos agora: o nosso intuito nêste lugar é tão sômente apresentar a fotografia de duas carruagens do Caminho de Ferro de Benguela, como prova de que o material empregado nessa linha férrea é do mais moderno e que, por conseguinte, se pôde hoje em dia atravessar a Líbia ardente com a mesma comodidade que se vai de Nova-York a São Francisco, do Rio de Janeiro a São Paulo ou de Lisboa a Paris...



CAMINHO DE FERRO DE BENGUELA — COMPARTIMENTO CAMA

INTERESSES DA LUNDA

POR VIRGILIO SARAIVA

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

SOCIO CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA

MUITO se tem escrito sobre as vantagens, mais económicas que políticas, que se espera advenham do prolongamento do caminho de ferro de Luanda. Esta velha aspiração traduz igualmente uma velha necessidade mais uma vez contrariada por diversos motivos de ordem material.

Mas sendo Angola, no acertado dizer daqueles que sabem medir todo o seu valor, o maior e mais legítimo orgulho dos portugueses, não comporta a nossa inteligência que a Lunda espere indefinidamente por essa obra de fomento, a unica capaz de a valorizar e pôr em contacto com o comércio do litoral. Não se diga que o Estado tem relegado a um plano de baixa concepção colonial a crescente e de cada vez mais justificada aspiração.

Adiante se verá como êle tem pretendido converter em realidade o sonho de tantos anos e como o fio dessa realidade tem sido embaraçado por obstáculos de toda a natureza. O nosso espírito, hontem como hoje, liberto das paixões que obscurecem o entendimento, desvirtuam os factos e diminuem os governos, não querendo participar daquele silêncio a que se pôde attribuir qualquer propósito menos louvavel, vem acerear-se da acção, embora intermitente, desenvolvida pelo Estado em volta do problema que se tem procurado resolver por estagios. Para tanto, contamos com o perdão do leitor ao deparar a impertinência duma estirada transcrição de considerações que nós não podemos acomodar no apontamento rápido. Transcrevemos sem o emprego das usuais aspas que constituem uma obrigatoriedade de autoria, porque concatenando e extratando argumentos e considerações, intimamente ligados, umas e outros recebemo-los por via de publicidade, dos altos conhecimentos e divulgada sciência de Lopes Galvão, figura de relevo a quem a colónia muito deve e nós ratificamos a legitimidade do texto — essência deste escrito.

A' Lunda — começa o illustre colonial — o que mais interessa é o prolongamento do antigo caminho de ferro de Ambaca, que se

constituiu para rasgar o continente africano. Esta tentativa já perdeu muito do seu caracter de grande empreendimento nacional. Em virtude de haverem surgido inúmeras dificuldades e outros problemas considerados de maior urgência e necessidade, entre eles o caminho de ferro de Benguela e Mossamendes, Malange, que não goza fama de salubridade, continúa sendo a testa do caminho de ferro de Ambaca. Já por duas vezes se tentou proseguir no seu avanço até junto da bacia do Congo, mas o propósito sossobrou. Em 1914 foi aberto concurso para a construção de mais 50 quilómetros. A Grande Guerra veio contrariar a intenção. No regime dos Altos Comisariados, outra vez fallhou a tentativa, já porque o assunto não estava suficientemente esclarecido, já porque a directriz não estava devidamente justificada. Desde a concessão, pois, vários inconvenientes se opuseram ao seu avanço. Ao tempo, eram ainda inacessíveis muitas regiões a atravessar, e não foi possível fazer-se um reconhecimento de conjunto para assentar no delineaamento do traçado. E perdido de vista o grande objectivo, aquele que inspirou êste caminho de ferro, começou êle a avançar norteadado por objectivos próximos: Vale do Cuanza, Oeiras, Ambaca, Lucala, Mateta, etc., sendo parte dêles criados até pelo proprio avanço, que seguiu paralelo a uma via de penetração comercialmente definida: a linha Dondo-Malange. Surgiu, enfim, a imperiosa necessidade de lhe ser assignalada uma orientação geral. Mas, insubmisso ainda muito território da Lunda, definiu-se a orientação do traçado pelas povoações marcadas no mapa da colónia e pela orografia que este imprecisamente desenhava. Naquele momento a teoria viu-se seduzida pelo traçado de leste, que serviria as duas linhas de penetração já marcadas: a de sudeste, seguindo por Monaquimbundo, e a de nordeste que ia a Camexilo e Cuflo. Ao tempo, não se podiam determinar as possibilidades agrícolas e mineiras. Os estudos feitos, eram apenas de caracter técnico, e não foram muito além do Lui, cujo objectivo era fixar o ponto de descida para a bacia do Congo. Armindo de An-

drade, trabalhador infatigável e técnico recomendado não foi mais adiante. Aquele engenheiro defendia a ideia do traçado seguir por Cappenda-Camulemba e Tabango. Mas sendo a região central da Lunda dificilmente transitável na época das chuvas, criou raízes a opinião de que a directriz devia antes encaminhar-se para nordeste, pela divisória da água do Cassai e seus afluentes. Trazendo a directriz para as cabeceiras dos afluentes do Cassai, a linha ultrapassava o paralelo 10, receando-se entrar na zona de influência do caminho de ferro de Benguela, cuja directriz havia sido assinalada pelo paralelo 12. E assim sucederia, visto que este caminho de ferro se veio chegando para norte, já próximo do paralelo 11, com o seu fito em Katanga. Houve temporização? O artigo primeiro do Decreto de 22/11/902, era explícito. Desta sorte não se valorizou o nosso Barotze. Parece que não houve, quer da parte do Governo, quer do Sr. Roberto Williams, intenção de interferir com o prolongamento do caminho de ferro de Malange. Entre as duas directrizes existia a distancia de 350 quilómetros correspondentes a 3 graus de latitude de afastamento e as esferas de influencia não colidiam.

Deslocada a de Benguela para o paralelo 11, a distancia ficou reduzida a cerca de 100 quilómetros, modificando as condições. Haverá ainda possibilidades de se prolongar o caminho de ferro do Malange até a fronteira leste, fazendo-o compartilhar do tráfego do Congo Belga?

Não se deve pôr de parte a ideia deste prolongamento. Na Sociedade de Geografia foi defendida a ideia, aliás reprovavel, de que a Lunda estava dentro da zona de influencia económica do caminho de ferro de Benguela, e consequentemente o caminho de ferro de Malange não devia prolongar-se para leste, nem aspirar a ligação com o Congo Belga. O tráfego da Lunda devia ser feito pelo Lobito. Ligado o Saurimo e Vila Luso por uma boa estrada de facil construção, ha muito a lucrar com esta medida. Saurimo dista de Vila Luso 340 quilómetros e o Dundo uns seiscentos, o Cassai constitúe um fôssô separando as duas sédes distritais, Minungo e Cassange nada aproveitariam, e a Lunda tem 150 quilómetros quadrados de superficie.

Nós teriamos que rectificar algumas distancias, mas elas, pelo pouco que sofreriam dessa rectificação, tambem pouco ou nada alterariam o valor dos argumentos aduzidos.

Entre Vila Luso e Vila Henrique de Carvalho, existem extensas anharas improduttivas, cujas areias movediças não permitem a tal estrada que um tecnico do caminho de ferro de Benguela preconizou.

Poderiamos tambem contar expendidas razões a que falta o cunho da sinceridade. Isso, porém, fica na alçada do tecnico.

Lancemos — continua Lopes Galvão — o olhar para a carta do Congo. Depara-se-nos a região da Urua, tendo por centro Bukama, testa de navegação do rio Lubaba, que bem pôde dar o tráfego para o prolongamento de leste. Bukama fica pouco abaixo do paralelo 9 S. E' certo que, ligado o Lobito a Katanga, a drenagem dos produtos se pôde fazer por este porto. Porém, reparemos no percurso deste trafego. Em primeiro lugar, tem de caminhar em sentido contrário até Kambove, numa extensão de mais de 300 quilómetros, para depois entrar na linha de leste e ir ao Lobito. Entre Bukama e Kambove levantam-se os montes Mitumba que dificultam a exploração da linha. Kambove está na bacia hidrográfica do rio Lufira; Bukama está nas margens do Lubaba, ao sul do lago Upemba. Um caminho de ferro de Bukama para leste, cortando os montes Hakannsaon por Muenda, mostra-se tão fácil como o de Kambove por Dilolo. Geograficamente, pois, a existência do caminho de ferro a norte, correndo paralelamente ao caminho de ferro de Benguela, é defensável. Evenepoel, Max Delpoort e Jean Jadot, dizem-nos que os belgas estão de pleno acôrdo. Extractando: O prolongamento do caminho de ferro de Malange através da Lunda, no sentido exposto, constitúe uma exigencia política. A Lunda tem valor real suficientemente definido. Interesses estrangeiros estão já na posse da sua maior riqueza, e nós, donos do território, precisamos convertê-lo em campo aberto a todas as iniciativas, tornando-se acessível e exploravel. A occupação da Lunda será sempre precária enquanto não fôr rasgada por um caminho de ferro que terá ainda a vantagem de fixar as raças nómadas.

Vertemos aqui, sem outra intenção além de arquivarmos autorizadas opiniões, a sùmula dum pensamento de humanidade, de progresso e de patriotismo. Convém ainda salientar a ponderável circumstancia de aqui se não repetir o caso da Suazilandia, em matéria de tráfego. O Natal e o Transvaal, mesmo, chegaram-se á razão dos interesses colectivos, por reconhecerem

que só êles fazem a riqueza dos povos na sua constante permuta de iniciativas traduzidas em empreendimentos que beneficiem a Sociedade em geral, e os Estados em particular.

Norton de Matos, absorvido por um programa grandioso em que estava incluído o prolongamento do caminho de ferro de Malange, teve a justa compreensão do valor político e econômico que para Angola e para Portugal representava essa obra de fomento. Arrancado á colônia, quando a sua maior acção procurava abranger o seu vasto território e imprimir-lhe o traço forte das realizações perduráveis, sucedeu-lhe um márasmo em parte devido á curteza de vistas administrativas, mas talvez mais atribuível á falta de recursos materiais exigidos por um programa dilatadissimo, e complexo como poucos, que se não era duma profunda e irrefutável actualidade, era duma necessidade e urgencia que se impunham. Podia estar fóra das possibilidades do erário público, mas estava dentro da aspiração colonial e do direito que Angola tem a um sacrificio que ela retribuiria largamente e num futuro próximo. Nem todos pensaram assim, e daí essa critica que acumulou tôda a porcaria anónima, veio para a rua, de fralda suja e rôta, o cortejo dos pseudo-esbanjamentos, o sumptuoso palacio da Humpata, o material ferro-viário, e tudo o mais que a fértil inventiva dos seus detractores quis arremessar á cara de quem soube deixar, em cada canto da provincia, um inapagável e seguro indício da sua passagem e da sua obra de progresso e de civilização.

Passado pouco tempo, sofremos as amargas consequências de tal desatino. Se alguém pretender descobrir um caloroso elogio ao homem, Angola responderá por nós, porque ela, melhor que ninguem, saberá dizer de quem a despertou duma longa atonia e a elevou ao nivel de colonização e civilização em que se encontra, sem obliterar — compreende-se — as demais parcelas de esforço de que tantos outros portugueses têm recebido em favor das suas prosperidades.

Norton de Matos — é conveniente acentuá-lo — não escapou, em dado momento, a reparos que fizemos a certa legislação sua, fermentadora de descontentamentos escusados e fraccionadora de elementos vitais duma nação. Representaria uma mentira afirmar-se o contrario, sabido é ter acirrado, com medidas que não beneficiaram duma transição adequada ao fim, o ódio que se não explica e nunca os portugueses sentiram, de parte a parte, ao falar-se de pretos e brancos.

Dum a outro extremo de Angola ainda hoje se admira e se tem fé em Norton. Com a sua cumplicidade nunca se promulgariam leis que dalgum modo pudessem afectar a soberania colonial, e a Lunda já hoje respiraria direitos e civilização, feliz por ser violada, em toda a sua extensão, por um caminho de ferro orgulhoso de ser genuinamente português.

217, Rua S. Pedro, 221

CANTO DA AVENIDA PASSOS

CASA GARIBALDI

Telefones: 4-0741 e 4-2837

END. TELEG. "GARIBALDI"

GRANDE FABRICA DE ESPELHOS BISAUTÉS

J. P. DOS SANTOS & C.

Bizota-se em todos os estilos, lapidam-se vidros para todos os fins e ATELIER de gravação e musselina.

VIDROS PARA VIDRAÇAS, VITRINAS, CLARABOIAS E MOLDURAS PARA QUADROS

Grande sortimento de cristais franceses e espelhos BISAUTÉS para todas as dimensões e feitios. Metais modernos para vitrinas.

Fábrica: 60, Rua Visconde da Gavea, 68 — Telefone 4-0740 — Rio de Janeiro

LEIAM "UMA VIAGEM ATRAVÉS DAS COLÓNIAS PORTUGUESAS"

POR ANTÓNIO PEREIRA CARDOSO E ARMANDO MORAIS E CASTRO

GENERAL NORTON DE MATOS

POR JÚLIO DE LEMOS

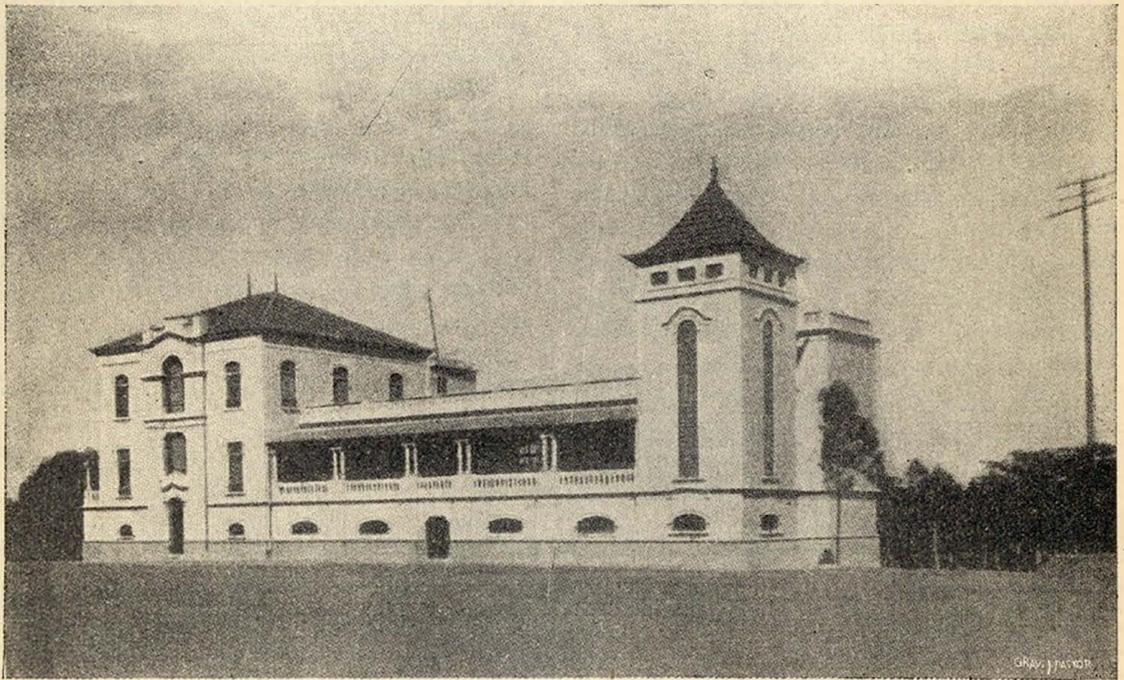
ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

SECRETÁRIO-PERPETUO DO INSTITUTO HISTÓRICO DO MINHO,
SÓCIO DA REAL ACADEMIA GALEGA, DA ACADEMIA DE ESTUDIOS HISTÓRICO-SOCIAES
DE VALLADOLID E DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO.

BAIRRISTA indefectível, há longos anos que eu cumpro o dever cívico de apontar e exaltar todos os valores mentais e morais da minha terra, fazendo-o com aquêlê puríssimo carinho que me merecem as coisas de família, pois-que em verdade sempre considerei o meu lindo rincão natal como um prolongamento do meu amado lar.

dar perante os nossos compatriotas do Brasil a grande, a formidável, a imorredoura obra político-administrativa e social de tam preclaro limiano.

Pelo Memorandum de 10 de Outubro de 1914, dois meses apenas sôbre a odiosa hora em que deflagrava a Guerra, era o nosso país convidado pelo govêrno inglês a enfileirar ao lado dos Aliados.



LUANDA — DIRECÇÃO GERAL DOS SERVIÇOS DE AGRICULTURA

Tenho, por isso, escrito inúmeras vezes o nome aureolado do Sr. General Norton de Matos, referindo-me na imprensa, em insignificantes crônicas e despreziosas notícias, aos trabalhos do eminente homem público, — indiscutível glória de Portugal e ornamento máximo da nossa vilazinha pátria, a encantadora “Infanta do Lima”, como com tamanha felicidade lhe chama o meu querido amigo e distinto camarada em letras António Amorim.

De novo sinto hoje êsse vivo prazer, em recor-

As estipulações diplomáticas, a nossa secular aliança com a Gran Bretanha, a obediência à estirpe, o culto da Democracia, tudo inelutavelmente impunha à honra nacional correremos a sorte dos exércitos que combatiam o truculento imperialismo germânico. As vozes sectárias logo se ergueram em grita, de Norte a Sul, de Leste a Oeste, condenando e hostilizando a nossa intervenção no mostruoso prélio. Apesar disso, o acrisolado patriotismo dos que, a êsse tempo, dirigiam os negócios da República, a

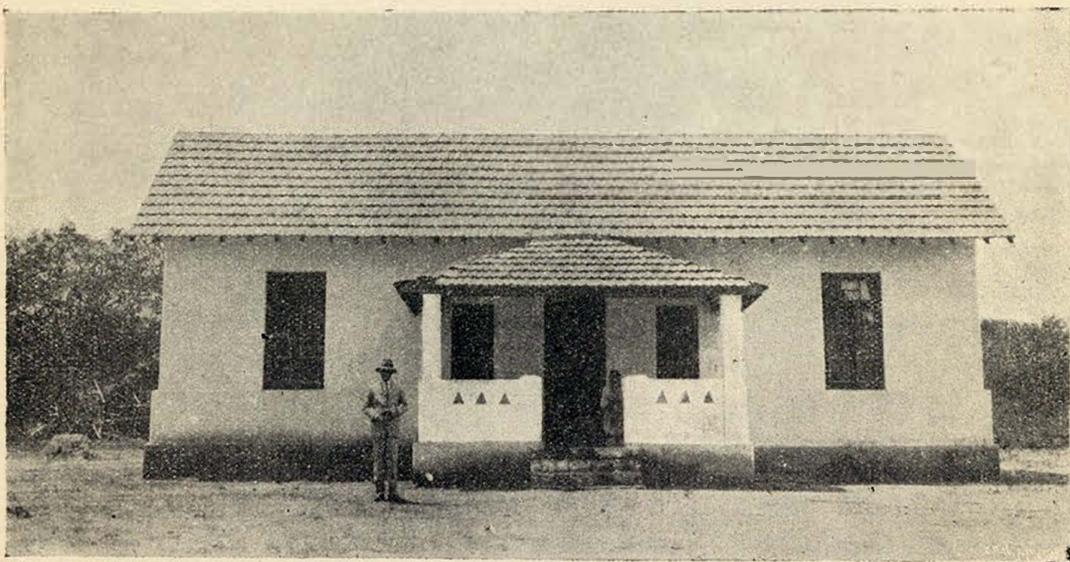
sua acuidade intelectual, a sua larga visão política souberam produzir o esforço indispensável — e foi colossal! — para não faltarmos ao Dever, sendo consolador confessar que o povo, no seu seguro instinto, soube reunir-se galhardamente em torno dos que o conduziam à vitória.

Discursando num banquete oferecido em Paris, em Agosto de 1919, à Delegação Portuguesa à Conferência da Paz, disse o Sr. Dr. Afonso Costa — que “a República Portuguesa haveria traído a sua origem espiritual e as idéas que são a mesma razão da sua existencia, não procedendo assim”.

Que o fulgurante estadista interpretava

valor moral e a nossa capacidade militar, “facto culminante que — no dizer irrefragável do honradíssimo escritor Mayer Garção — marcou o maior gesto da Pátria no decurso de todo um século e a cuja frente estava a organização política mais profunda e mais elevada que entre nós existe, o Sr. Dr. Bernardino Machado.”

Houve, porém, um cérebro excepcionalíssimo servido por uma energia hercúlea, a quem coube delinear e executar todos os planos atinentes à nossa entrada no terrível conflito mundial, assegurando-nos a honrosa posição que tomávamos. Esse homem extraordinário — a plena confirmação do assêrto de La Bruyère,



CIRCUNSCRIÇÃO CIVIL DE LEPI—TIPO DE RESIDENCIA DE COLONOS

vigorosamente a verdade, demonstram-no as solenes palavras do Ministro dos Negocios Estrangeiros de Inglaterra, no banquete ao seu colega português, em Londres, em Outubro de 1920, não sómente ao salientar as razões nacionais que, além da Aliança, justificavam a atitude de Portugal na Guerra, senão também ao declarar que o govêrno da nação amiga ardentemente desejava a estabilidade das Instituições Republicanas no nosso país.

E' que lord Curzon conhecia de sobejo a orientação germanófila da esmagadora maioria dos nossos monárquicos, sabendo a demais que, se o regime deposto em 5 de Outubro de 1910 existira ainda, evidentemente não teria sido respeitado o pacto que nos une à Inglaterra.

Fomos à Flandres e à A'frica defender a soberania do Direito e a integridade do nosso património colonial, afirmando de passo o nosso

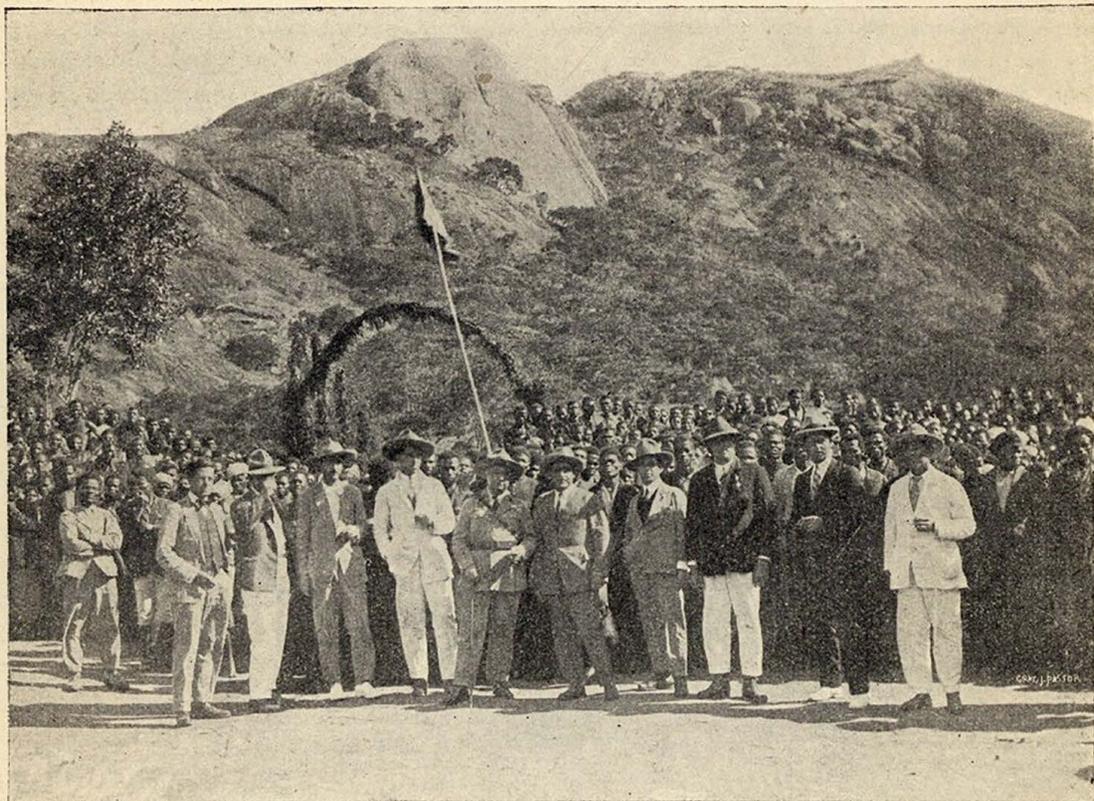
ao conceituar que “é das dificuldades que nascem os milagres” —, êsse homem insigne e raro, êsse *português à antiga*, foi o Sr. General Norton de Matos.

Declinar o seu nome é rememorar todo um periodo de lúcida e febril actividade, de preparação metódica e minuciosa, de espantosos *milagres*, desde a Paulona até ao embarque das nossas tropas para o *front*, constituindo-se assim o famoso C. E. P.

Num editorial do órgão do excelso tribuno Dr. Antonio José de Almeida, relia eu há pouco as impressões da visita do saudoso vianense Dr. João da Rocha aos acampamentos de Tancos. O primoroso estilista descreve o que viu, apreciando o empreendimento de Norton de Matos nestes termos, cuja transcrição o leitor de certo me agradecerá, até pelo encanto de tal prosa:

“Com uma acuidade e largueza de vistas que perfeitamente se amoldam ao objectivo que o preocupa, uma tenacidade e constância de esforços que vence e domina todos os obstáculos e uma inquebrantável energia de pensamento criador capaz de tirar do que parece impossível realidades concretas, o nosso ministro da guerra, snr. Norton de Matos, está levantando para honra e glória de Portugal uma obra tão elevada e forte que marcará época e muito tempo palpitará na lembrança das gerações que agora surgem como um belo e nobre exemplo de criteriosa inteligência e acendrado patriotismo. Na mente do ilustre militar foi ela matemática-

e a importância da sua obra, porque nenhum grande artista (e o snr. ministro da guerra, nesta conjuntura, não é só um patriota e um homem de ciência, mas um artista também) pôde realizar as suas concepções sem o concurso de bons operários que o compreendam e executem, minuciosamente, nos seus mais pequenos detalhes, a obra vasta do seu labôr mental. Não há nenhum iniciador que não crie escola. O snr. Norton de Matos, para mais depressa levar a cabo o que concebeu, tem já à volta de si os seus discípulos. Mas a justiça da história, quando a lição se tornar completa e fecunda, saberá colocar no seu lugar de honra o mestre distintíssimo.



ANGOLA — BAILUNDO — O MORRO TOMADO DE ASSALTO PELOS SOLDADOS PORTUGUESES EM 1903, SOB O COMANDO DO ENTÃO CAPITÃO E HOJE CORONEL ROMEIRÃO DE MACEDO QUE É O OFICIAL QUE ESTÁ NO GRUPO. NA BASE DO MORRO FESTEJA-SE COM OS VENCIDOS DE HA 28 ANOS O FEITO MILITAR PORTUGUÊS.

mente concebida com um talento profundo, no seu conjunto e nos seus detalhes, e é digna da maior admiração a clareza demonstrativa do seu valor e da sua oportunidade quando a estudamos nos seus diversos aspectos, pelo menos naqueles que nos é lícito por enquanto contemplar.

Todavia, os formidáveis planos do snr. Norton de Matos não poderiam ser postos em prática com a presteza e a segurança com que se realizam, se o ilustre ministro da guerra — e esse também é um dos seus méritos mais evidentes — não tivesse a providência de escolher e agregar a si um grupo de homens cujas aptidões o servem e cujas especialidades técnicas tão maravilhosamente se integram no seu esforço colossal e dominador. Isso não diminui de nenhum modo a originalidade e a resistência do poderoso reorganizador do nosso exercito. Pelo contrário, mais realça o brilho da sua inteligência

A *Paulina* é o corpo, ou antes, o tronco da grande obra que o snr. ministro da guerra iniciou. Descrevê-la, para que essa obra desde já ressalte e sobressaia, límpida nas suas claras linhas de beleza e nos seus gestos de esperança e conforto, na expectativa unisona em que a sociedade portuguesa se volta para um futuro ainda indeciso mas decerto bem prometedor, afigura-se-me uma obrigação a que não fujo, embora o meu depoimento seja desvalioso e inutil.”

Aspei estes periodos do artigo de João da Rocha com manifesto prejuizo do mais que tinha a dizer da prodigiosa acção do Sr. General Norton de Matos num periodo imemorável da nossa história contemporânea.

Vou agora ocupar-me do Mestre de colonialistas, — de aquêlê que é, “acima de tudo, um *Homem*” com H grande, como o definiu Lieppens, o prestigioso Administrador do Congo Belga; de aquêlê “organizador sem par”, como lhe chamou Cristian de Carters; de aquêlê tam caluniado obreiro do ressurgimento da nossa melhor provincia ultramarina; do autor do milagre de Angola, êsse milagre que, na insuspeita opinião do Sr. Cunha Leal, “é absolutamente de entontecer”.

Norton de Matos foi Governador Geral daquela colônia desde 1912 a 1914 e seu Alto Comissário desde 1921 a 1924. Durante meia dúzia de anos, corporizou um sonho cheio de beleza, construindo ali uma obra grandiosa, genuinamente lusíada, de que nos desvanecemos, e que é motivo de constante admiração da parte dos estranhos, alguns dos quais nos invejam tamanha personalidade. Nunca poderei esquecer os autorizados encômios do já invocado colonialista, ministro do seu país, Lieppens, quando disse que “o Sr. General Norton de Matos não é só um notável estadista, uma grande figura europeia; é também, e acima de tudo, um *HOMEM*. A Bélgica sentir-se-ia orgulhosa, se êsse homem lhe pertencesse.”

Nas gerências do egrégio estadista, sobretudo quando Alto Comissário, fez-se a completa ocupação administrativa de Angola, fomentou-se o seu desenvolvimento material e económico, liquidaram-se as dívidas antigas, defendeu-se e civilizou-se o indígena, acabou-se com as suas revoltas, tornou-se próspera, moderna e pacífica a pérola do Ocidente africano, — deu-se ao mundo o paradigma dos novos métodos de colonização portuguesa.

Deve-se a Norton de Matos o 1.º Congresso Internacional de Medicina Tropical, meritório empreendimento a que o ilustre catedrático portuense Sr. Dr. J. A. Pires de Lima consagra algumas páginas do seu interessante volume *Fora da Aula*, tecendo-lhe os maiores elogios.

Segundo o sábio anatomista, aquela iniciativa foi “considerada uma empresa temerária... numa terra que ainda ha pouco era quási só habitada por pretos e degredados”. Comparceram em tam brilhante assembleia — reporto-me ao citado Prof. — “alguns dos mais notáveis cultores da Medicina Tropical, tanto nacionais como estrangeiros... como Aires Kopke, Carlos França e Froilano de Melo... e o prof. Brumpt, da Faculdade de Medicina de Paris...

e também médicos das colônias da França, Bélgica e Inglaterra.”

“Além do seu real valor científico, pelo que respeita à hygiene e patologia exóticas” — continúa o Sr. Dr. J. A. Pires de Lima — o Congresso “constituiu ao mesmo tempo uma patriótica manifestação da nossa capacidade de colonizadores.”

Tudo isto, tôda esta obra estupenda, a acusar um pulso de gigante, viria a merecer um galardão inexplicável: — furibundas arremetidas na Imprensa e criminosos ataques no Parlamento! Não houve pigmeu que não rejubilasse com estas contencções, — inexplicáveis, mas lógicas. Já o Pe. Antonio Vieira dizia que — “é difícil luzir português entre portugueses”.

Caluniado, menosprezado, odiado na metrópole — a desmesurada estatura dêste político fazia sombra a outros políticos, seus adversários, — o Sr. General Norton de Matos era aquilatado com justiça na parte ultramarina do império português, que o venerava, tributando-lhe gratidão, e não havia estrangeiro que passasse por Angola que não dissesse a sua admiração pelo insigne estadista. Ruten, Governador Geral do Congo Belga, conversando com o meu estimado amigo e colega Sr. Rodrigo Abreu, então Secretário Provincial de Angola, emitiu êste juízo: — “Norton de Matos é um grande Governador; é das figuras coloniais mais salientes que as potências têm a administrar domínios africanos”.

Podia o emérito colonialista afoitamente escrever, como escreveu no seu extenso e documentado relatório “A Provincia de Angola”, estas palavras epilógicas — verdadeiro espelho de um carácter inconsútil:—

“Talvez as páginas que acabam de lêr-se lancem alguma luz sôbre as intenções dum homem que tantos anos trabalhou pelo desenvolvimento e pela civilização de Angola. Se assim fôr, os homens de boa fé e clara razão que as meditarem, verão a pureza e o alto intuito de todo o agir e todo o proceder do Governador Geral e Alto Comissário e terão o direito de desejar conhecer os motivos que o levaram a deixar a outros a tarefa ingente, à execução da qual com tanto denôdo e com tanto entusiasmo se abalançara”.

Consumido por desgostos, devorado de tristeza, quiçá dominado de desalentos invencíveis, o grande e austero cidadão recolheu-se à tranquillidade do seu lar e ao remanso do seu berço

pátrio, como querendo apagar-se, deixando as competições aos inúmeros insignificantes audaciosos que lhe não perdoaram nem o talento, nem o saber, nem o efeito dinâmico dos seus actos.

A êsse retiro querido o foi buscar a República, confiando-lhe o posto de Embaixador de Portugal em Londres. Aí estava Sua Ex.^a, nobremente servindo os superiores interesses do nosso País, quando a Ditadura do exército sobreveio. Teve de regressar a casa — e umas vezes entre nós, outras vezes lá fóra, sempre o seu espírito devotamente lida pelo engrandecimento da Pátria e do Regíme.

Depois disso, a todos os seus amigos, conterrâneos e admiradores foi dada a íntima consolação de verem soar a hora da justiça reparadora para o intrépido republicano. Sem que Sua Ex.^a dêsse o mínimo passo nesse sentido, surgiram as homenagens mais vibrantes e expressivas, as aclamações mais frementes e entusiásticas, os testemunhos mais inequívocos de admiração e simpatia, a coroar uma vida que pôde servir de exemplo, a consagrar uma existência que é legítimo orgulho de todos nós, — os que vêmos no leal português o Chefe inconfundível, cheio de autoridade e de prestígio, cada vez mais crescentes e erguidos, até mesmo

além fronteiras, como se viu quando o governo belga o convidou a ir fazer uma conferência no Palácio de Festas da Exposição de Antuérpia, honra altíssima, só concedida a três homens de Estado da Europa!

Podia ainda salientar os relevantes serviços que o Sr. General Norton de Matos prestou na Índia, quando alto funcionário de Nova Gôa e de Satary. Podia pôr em relêvo os seus trabalhos de publicista, alguns de êles preciosas monografias que esgotam o assunto versado, como aquela que Sua Ex.^a elaborou sôbre "O Estado Corporativo". Podia focar muitos outros aspectos da sua gloriosa personalidade. Mas êste já vai longo e urge remetê-lo ao seu destino, não me ficando tempo sequer para o reler e castigar, como tanto desejava.

O Sr. General Norton de Matos é, indiscutivelmente, honra e lustre da nossa Raça. E são os homens como Sua Ex.^a que alentam a nossa fé nos destinos da Pátria e da República.

23 — Abril — 1932

J. S. de Jesus

Companhia Inglesa de Seguros

"PEARL"

Fogo — Accidentes de Automoveis

Reservas £ 70,000,000

AGENTES GERAES: FRISBEE & FREIRE L.^{TD}

Rua Theophilo Ottoni, 34

RIO DE JANEIRO

A INDEPENDÊNCIA DO BRASIL

A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA

PELO GENERAL NORTON DE MATOS
SOCIO HONORÁRIO DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

(Trecho final da Conferência realizada por S. Ex.^a em 1930, na cidade de Antuerpia)

... **E** sei que se fazem comparações entre as Colónias que chegam a um alto grau de civilização, e as crianças que atingem a maioridade: Uma especie de lei fatal, lei de emancipação que conduz um dia ou outro á separação. Li num livro francez "*Os nossos Grandes Problemas Coloniais*", do Snr. Georges Hardy: "*Será preciso conduzir uma obra colonial que está irremediavelmente votada a uma ruína mais ou menos rápida, sem compensações apreciáveis para a metrópole?* Isto seria ali um destino singularmente falaz, e sem dúvida de via abster-se de generalizar".

Todavia estou de acordo com o que contem esta interrogação, se se trocar a palavra "metrópole" pela de "nação".

Os portugueses jamais admitiram a doutrina da separação das colónias, e foi por isto que analizaram cuidadosamente as causas da separação do Brasil para evitar a repetição do mesmo feito histórico nos territórios de Africa.

A obra colonial dos portugueses no Brasil era já tão grande em 1580, data da anexação de Portugal com a Espanha, que poudé resistir ás 2 consequências da perda da independência portuguesa que mais a afectaram. A Espanha preocupada pela exploração das suas rias colónias mineiras, sul-americanas, não ligou grande importancia ao Brasil agricola. Abandonado pelo Govêrno central, o Brasil habituou-se durante 60 anos a fazer face ás necessidades e a viver dos seus próprios recursos.

Esta foi a primeira consequência da deplorável situação política de Portugal. O contacto entre a metrópole e o Brasil perdeu-se; o govêrno português não podia continuar a consolidação da sua obra colonial, pois que tinha cessado de existir.

Por outro lado a anexação de Portugal com a Espanha ocasionou em todos os territórios portugueses lutas com os inimigos dos hespanhois.

Os recursos enviados da Europa ao Brasil para defender esta colónia dos ataques dos inimigos da Espanha, e sobretudo dos holandeses, não eram suficientes, e quasi sempre os portugueses do Brasil pediam em vão a ajuda a uma metrópole escondida. A resistência heroica oposta aos ingleses de 1586 a 1595, aos franceses de 1612 a 1618, e aos holandeses de 1624 a 1654, pelos portugueses do Brasil com os seus escravos negros e algumas vezes aliados a tribus indianas, os seus enormes sofrimentos, o abandono forçado das suas cidades, os seus éxodos funestos, os longos anos de privações foi para os brasileiros, brancos, negros e vermelhos, uma escola de novo nacionalismo que produziu os seus frutos.

A acção do Governo português nos primeiros anos depois da restauração, (1640 e 1654) foi tambem uma das origens de afastamento entre o Brasil e Portugal. D. João IV, preocupado pela consolidação da independência, mau politico, e peor colonial, mal aconselhado, ordenou por razão política aos brasileiros em revolta contra os holandeses, de deporem as armas, e de abandonarem Pernambuco. Os brasileiros não obedeceram, e salvaram assim a integridade do Brasil, para Portugal durante mais de dois seculos, para a nação brasileira depois da separação.

O espirito nacional era tão forte nos territórios portugueses que estas calamidades e estes erros não foram suficientes para destruir as cadeias morais tão solidamente estabelecidas. Como acabo de dizer, o Brasil ficou, ainda depois de tudo isto, território português durante quasi dois séculos.

Uma outra coisa que provocou o enfraquecimento do poder central no Brasil foi a obra missionária dos jesuitas. Não é ocasião para discutir esta obra, onde há, sem duvida, alguma cousa de atraente para um experimentado colonial como eu, que passou uma grande parte da sua vida a proteger raças indigenas e a faze-las progredir. Mas a organização nas aldeias das missões, onde a autoridade portuguesa não tinha nenhuma intervenção, a intromissão dos missionarios no emprêgo da mão dobra indiana pelos portugueses, e ao mesmo tempo a impotência dos governadores diante dos jesuitas, fortes da protecção da metropole, eram uma causa de descontentamento. Deixar crear um "Estado" no Estado é um erro muito grave de administração colonial.

Uma outra razão do despeito do Brasil para com a metropole era a applicação das suas riquezas naturais.

Durante o período agrícola o Brasil recebeu de Portugal em funcionários, soldados e colonos, mais do que o que deu á nação. Mas depois das descobertas das minas de ouro o Brasil assistiu, descontente, á dissipação das suas riquezas. A metrópole não soube seguir o juizo político de aplicar aos progressos dos territórios nacionais a maior parte das riquezas que elas produziam. Deixou-se tomar pela vertigem do ouro...

*

A separação do Brasil produziu-se não obstante a politica de unidade que sempre guiou os destinos coloniais de Portugal. Estes são os acontecimentos históricos e os erros de administração que conduziram á separação, e nunca de forma alguma, a obra de ocupação, de colonização e de progresso que Portugal soube edificar sobre o território brasileiro.

A CIVILIZAÇÃO DA ÁFRICA

Quasi no meio do século XVI toda a costa de África, desde o estreito de Gibraltár ao estreito de Bad-el-Mandeb, passou para o Cabo da Boa Esperança, tendo sido descoberta, explorada em quasi toda a sua totalidade e ocupada uma grande parte pelos portugueses.

Portugal julgava que todas as terras descobertas pelos seus navegadores lhe pertenciam pelo direito da conquista. O principio dos "hinterlands" tinha sido, praticamente, posto em vigor pelos portugueses na África. Logo que o occupador se fixava sobre uma parte da costa, o interior do território correspondente a esta base pertencia-lhe sem limites. Mas devo dizer que o sentido pratico da nação portuguesa não poderia jámais permitir a eclosão dum projecto de império formado com toda ou quasi toda a Africa.

A divisão da África foi por vezes muito penosa para Portugal. Conhecia-se a principal razão da intervenção de Portugal na grande guerra. Mas tudo isto é da história que certamente não se renovará jámais.

A descoberta, o reconhecimento e a exploração da costa da África começou em 1412 e proseguiu até meio do século XVI. Durante este longo periodo os portugueses não somente occuparam a costa, mas entraram tambem nas muitas regiões africanas, até ao coração do continente africano, que atravessaram de lado a lado várias vezes.

Não devo fazer nesta conferencia a história desta occupação nem desta entrada. O que eu disse já é sufficiente para mostrar a orientação de Portugal e o seu firme propósito de constituição e consolidação duma nação unica com as partes da nação descoberta ou conquistadas no além-mar. Os métodos de colonização applicados a Marrocos, á India, ao Brasil foram tambem applicados á África, com adaptações, restricções e innovações que não cessaram amda. Os portugueses inauguraram nos seus territórios todos estes métodos; a feitoria militar ou somente commercial, pertencente ao Estado ou aos particulares; a adoção; as concessões territoriais; a companhia; o monopólio; as colónias de plantações (fazendas) e as colónias de povoações.

Inauguraram mesmo a colonização indígena de regiões productivas, sobretudo em África, fixando no sólo, por introdução de costumes agricolas, populações inteiras, transformando raças nómadas em raças fixas, transferindo duma região para outra, mais sã ou mais productiva, um grande numero de indígenas.

Para terminar esta conferência, consideramos quasi são as terras portuguesas de além-mar que, do vasto domínio que o génio e o esforço português soube juntar ao território nacional, restam hoje a Portugal.

TIMOR — No extrêmo oriente, para lá do meridiano mais oriental da China, no arquipélago de Sonda, Timor, com Macau, é tudo o que ficou a Portugal do Império Oriente nestas paragens. Metade duma ilha. Uma superficie de cerca de 19.000 km. quadrados; uma população de 420.000 habitantes, constituido na sua quasi totalidade por malaios. População de agricultores, que o desenvolvimento agrícola da colónia aumentou nos ultimos anos, vivendo de agricultura e de criação.

Exportação muito pequena: 1.500 toneladas de café, 900 toneladas de copra. Importação: 150 toneladas de tecidos de algodão, 700 hectolitros de cerveja e de vinho.

A possessão de Macau é formada por uma ilha quasi unida á China por 2 ilhas pequenas. A superficie total é de 10 km. quadrados. A população de Macau é de 157.000 habitantes. O numero de vapores e de navios entrados cada ano no porto de Macau é, em média, nos 7 últimos anos, de 6.000.

Em 1929 a importação foi de £ 1.785.000 e a exportação de £ 812.000. Há duas industrias importantes em Macau: a dos artificios e a da pesca. A exportação de peixes salgados é, em média e anualmente, de £ 250.000.

Mas o que ha de mais vantajoso para a Nação portuguesa em Macau é o grande numero de "macaístas" (naturais de Macau europeizados) que não somente foram sempre duma grande utilidade para o govêrno português, mas também para o govêrno inglês. O primeiro secretário geral do govêrno de Hong-Kong foi um macaísta, e os portugueses asseguram dar a muitos chineses convertidos e ás crianças de europeus e de chineses uma instrução muito avançada e sobretudo uma educação moral muito forte. Os "macaístas" formam colónias importantes em muitos sitios da China e são muito procurados pelos estabelecimentos bancários e comerciais. Os "macaístas" são considerados pelas leis portuguesas e por todos os portugueses como cidadãos portugueses sem a menor distincção entre europeus e asiáticos.

Se se visitar a parte portuguesa da cidade de Macau as suas ruas, os velhos antigos nomes portugueses, as suas velhas igrejas; se se olhar a arquitectura das casas, compreender-se-há a enérgica vontade de transportar para regiões tão longínquas, em tempos tão remotos, a pátria portuguesa.

INDIA. Os territórios portugueses da India são constituídos pelos 3 distritos de Góa, Damão e Diu, situados sobre a costa ocidental da peninsula do Hindostão. 3.806 km. quadrados por Góa, 384 por Damão, 64 por Diu. A população é de 508.000 habitantes para Góa, 49.000 para Damão e 14.000 para Diu.

Metade da população da India Portuguesa é constituida por familias indígenas, convertidas ao cristianismo e europeizadas. Ha alguns descendentes de antigas familias portuguesas, algumas "half-castes", indios que seguem as antigas religiões da India, (quasi 45 % da população total) e dos muçulmanos.

A exploração dos três distritos é quasi exclusivamente agrícola. A instrução publica é muito vulgar na India Portuguesa: quasi todos os homens sabem ler e escrever.

Em 1929 a exportação foi avaliada em £, 346.000; e a importação em £ 1.117.000.

Produz-se muito arroz mas não o sufficiente; importa-se em média 32.000 toneladas anualmente. A principal exportação é composta de frutos de mangueira, de frutos e produtos de coqueiro e de sal.

O grande "déficit" do balanço commercial é combatido pelos envios de dinheiro dos emigrados. Os indianos (os christãos sobretudo) emigram em grande numero para a India Inglesa e para a Africa Oriental. Eles falam o português, fazem o seu exame de instrução primária em Góa, onde aprendem tambem o Inglês. Encontrei alguns em Elisabethville e em Victoria Falls.

O que eu tenho dito relativamente aos "macaístas" tem uma inteira applicação nos indianos europeizados ede Góa. Espalham-se em todo o Oriente, em Africa e em Portugal e gozam da melhor reputação. Encontrá-

mo-los nos liceus, nos institutos técnicos, nas faculdades e universidade da metrópole onde elles estudam; encontramos-os nas melhores situações da Administração, das finanças, e da justiça, e muitas vezes tambem em officiais da armada.

Nas cidades de Góá, Damão e Diu encontram-se as mesmas características da parte portuguesa da cidade de Macau.

ORQUIPÉLAGO DE CABO VERDE tem muito valor sobretudo pela sua situação geográfica. Compreende duas ilhas com a superficie total de 3.480 km. quadrados. A população é de 148.000 habitantes, cujos 4.000 brancos, 89.000 mestiços e 55.000 negros. A percentagem dos analfabetos é muito fraca. A principal importação do arquipélago é o carvão e as hulhas combustiveis que fornecem os barcos que entram no porto de S. Vicente. O resto da importação é quasi nula; quasi nula é tambem a exportação: 10.000 toneladas de sal, 2.800 toneladas de grãos de rícino.

GUINE'. Foi no meio do seculo XV que se fundou na Guiné a primeira companhia colonial que o mundo tinha conhecido, a "Companhia de Lagos".

A população da Guiné portuguesa é de 350.000 habitantes indígenas e de 1.000 europeus. A superficie é de 33.000 km. quadrados.

A exploração é exclusivamente agrícola.

A exportação em 1929 foi principalmente de couves-palmeiras (11.000 toneladas), de amendoim (22.000 toneladas), Oleo de palma (356 toneladas), couro (188 toneladas). A importação principal foi de generos alimentares (1.500 toneladas), de materiaes de construção (3.300 toneladas) de cervejas e vinhos (14.000 hectolitros).

No mesmo ano o valor da exportação foi de £ 450.000; o valor da importação £ 408.000.

As duas ilhas de São Thomé e Príncipe tem uma população de 54.000 habitantes e uma superficie de 1.043 km. quadrados.

As quantidades de mercadorias exportadas em 1929 foram as seguintes: Cacau 18.500 toneladas, Couves de palmeira 3.400 tonel.; Café 350 tonel.; Oleo de palma 340 tonel. A importação foi exclusivamente de generos alimentares. O valor da exportação no mesmo ano foi de £ 740.000; o valor da importação de £ 450.000.

ANGOLA. Uma superficie de 1.250.000 km. quadrados, com uma população de 5 milhões de habitantes negros: uma densidade média de 4 habitantes por km. quadrado. Uma população de 45.000 brancos.

Mais de 25.000 km. quadrados de estradas pelas quais podem passar 2 automoveis, 2.318 km. de vias férreas; os melhores portos do lado occidental da Africa: 9.400 km. de linhas telegráficas, 410 de linhas telefónicas, 17 estações de telegrafia sem fios.

Os rendimentos públicos montam a £ 2.000.000. O movimento comercial foi em 1929 de £ 3.124.000 por exportação, e de £ 2.801.000 por importação. Possibilidades agricolas quasi inexgotaveis; possibilidades mineiras muito importantes; enormes possibilidades industriais, sobretudo nas quedas de agua.

MOÇAMBIQUE. Uma população de 3.488.000 habitantes, e uma superficie de 788.000 km. quadrados; densidade média da população 5 habitantes por km. quadrado. Há em Moçambique mais de 18.000 brancos, 8.000 indios e 9.000 mestiços.

Uma boa réde de estradas; uma réde de caminhos de ferro de 1.277 km.; o admirável porto de Lourenço Marques; os portos da Beira, Inhambance Porto Amélia; 13.000 km. de linhas telegráficas e 3.500 km. de linhas telefónicas; 22 estações de telegrafia sem fios.

Há grandes possibilidades agricolas, mineiras e industriais. Os rendimentos públicos de Moçambique montam a £ 4.000.000. Em 1928 o valor da importação foi de £ 2.935.000; o valor da exportação foi de £ 2.639.000.

Tendo apresentado êste quadro dos territórios portugueses posso repetir palavras que escrevi numa outra occasião: "Depois de ter consolidado pela proclamação da República no seu regime democrático parlamentar, os portugueses mauguraram a sua vida de renascença nacional; não se desencorajaram em face das perdas territoriais sofridas, consequências de fraquezas do passado.

— A Nação Portuguesa tem uma superficie de 2 milhões e 200 mil km. quadrados e uma população de 16 milhões e meio de habitantes".

"A idéa de unidade nacional, absoluta, integral, indestrutível resultante da adjunção á metrópole de territórios separados por mares ou por extensões imensas, mas durante 2 séculos cheios dum sentimento de que elles formam uma só Pátria, começa de novo a dominar a alma da nação".

Êste principio de unidade territorial, que as reformas de Pombal tinham já posto em dia, aparece através de algumas leis de govêrnos e parlamentos liberais. Em 1834 o ministério das colónias desapareceu praticamente. O ministério dos trabalhos públicos tornou-se comum á metrópole e a tôdas as colónias portuguesas; foi o mesmo para os ministérios da justiça, da guerra e da marinha. Isto foi sem dúvida um êrro de administração colonial, que de resto, não durou muito tempo, mas êste êrro não se teria dado se não fôsse o costume que os portugueses tinham de considerar os territórios de além-mar como um prolongamento do território metropolitano, formando com êle um todo único.

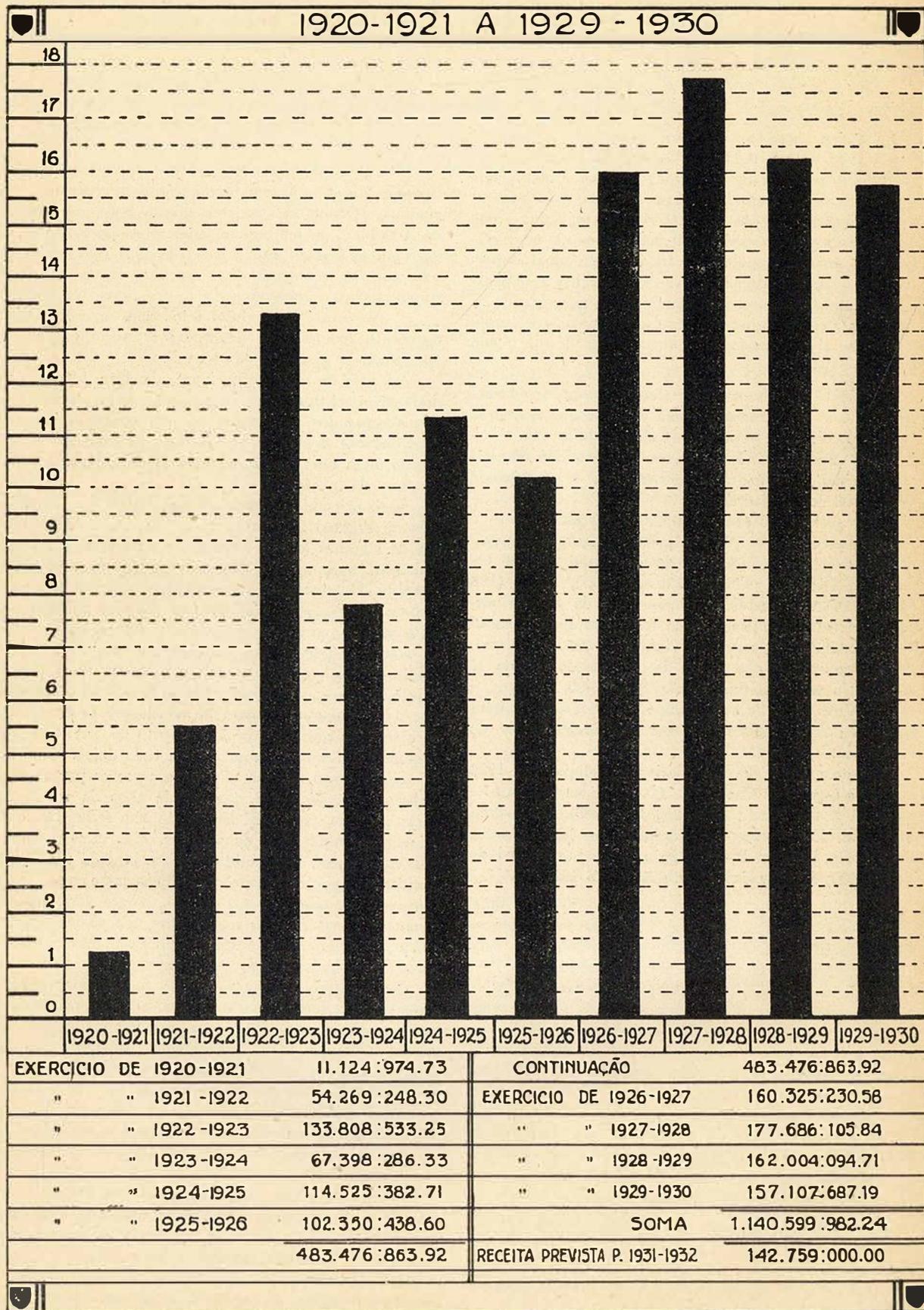
Seria muito feliz em dizer-vos como os portugueses trabalham depois de 2 dezenas de anos da realização desta unidade, pela qual elles tanto têm feito desde as primeiras conquistas e descobertas. Mas devo terminar esta conferência. Esta unidade existe já; é já uma forte realidade; e nas combinações pacíficas entre os povos da Europa e do mundo, seria preciso sempre vêr Portugal como um território único que cobre não somente o pequeno rectângulo da península ibérica, mas também regiões consideráveis e extensíssimas, sobretudo na África.

Nesta África onde nós tivemos tão grandes glórias e tão grandes sofrimentos e na qual a nação portuguesa está em caminho de fazer uma obra de civilização, de grande tolerância moral e económica, de respeito e de generosidade em face de indígenas de cultura inferior, os portugueses têm a boa fortuna de têr por vizinhos os belgas, que num meio século de colonização de vastos territórios revelaram que possuíam qualidades essenciaes aos colonizadores, aos creadores de civilizações e de impérios.

A obra dum lado da fronteira deve seguramente beneficiar a obra do outro lado. E o resultado final será sem dúvida uma esplêndida civilização de futuro, nas duas partes da Africa tropical, a parte belga e a parte portuguesa, concorrerão as duas outras nações para o equilibrio pa cífico e o progresso do Continente Africano.

PROVÍNCIA DE ANGOLA

ESTATÍSTICA DAS RECEITAS COBRADAS NAS ÚLTIMAS DEZ GERÊNCIAS DE 1920-1921 A 1929-1930

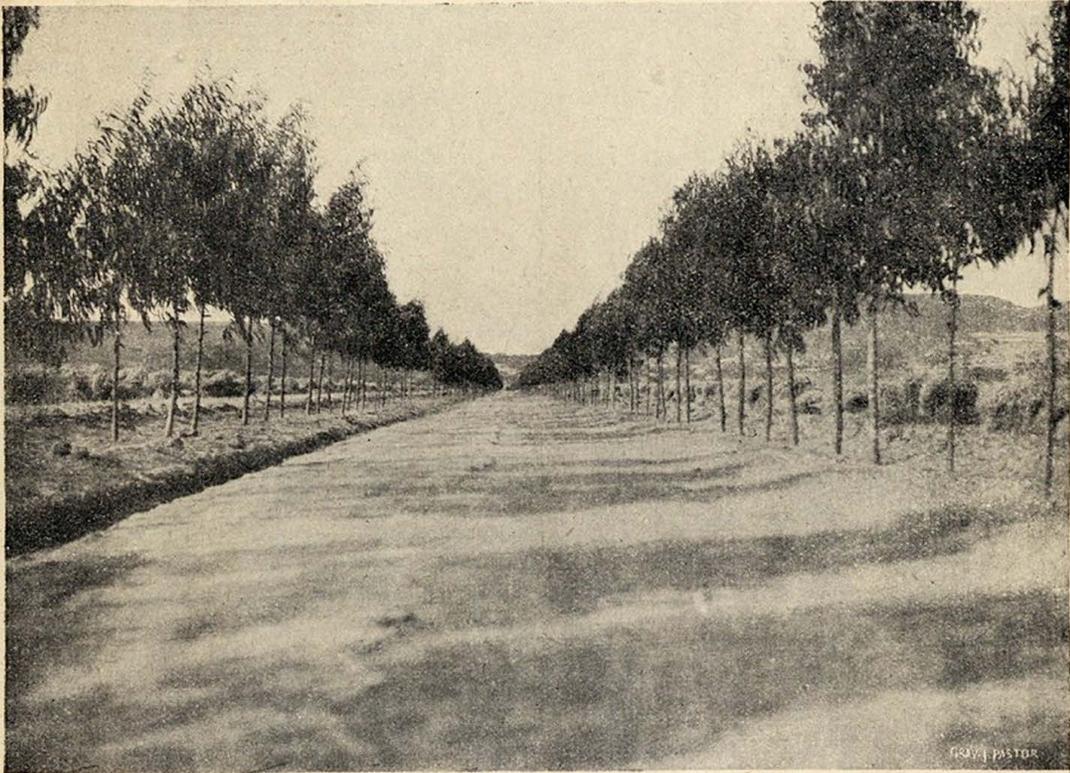


ESTRADAS

Um dos mais valiosos elementos do desenvolvimento que a Colónia de Angola atingiu foi, sem dúvida, a política das estradas, iniciada pelo major Snr. Norton de Matos, quando Governador Geral, seguida pelos seus sucessores e depois mais largamente impulsionado pelo mesmo ilustre homem público, então

general Norton de Matos, quando Alto Comissário de Angola.

Tal política tem sido continuada e hoje Angola possui mais de 30.000 quilómetros de estradas, das quais só podemos dar aqui a relação exacta de 25.636 quilómetros por não haver ainda, oficialmente, notas da quilometragem de outras que existem:



ANGOLA — ESTRADA DE AUTOMOVEIS EM HUMPATA

| DISTRITOS | CIRCUNSCRIÇÕES | Quilómetros | Total por distritos | DISTRITOS | CIRCUNSCRIÇÕES | Quilómetros | Total por distritos |
|------------------------|--------------------------------|-------------|---------------------|------------------------|-----------------------------|-------------|---------------------|
| LUANDA | Luanda | 369 | 764 | CUANZA NORTE | Cazengo | 290 | 1.859 |
| | Ambriz | 395 | | | Pongo Adongo | 244 | |
| ZAIRE | S. Antonio de Zaire | 425 | 887 | | Ambaca | 323 | |
| | Ambrizete | 371 | | | Dembos | 424 | |
| | Nóqui | 91 | | | Encoje | 152 | |
| INTENDENCIA DE CABINDA | Cabinda | 230 | 327 | | Icolo e Bengo | 308 | |
| | Landana | 97 | | Cambambe | 118 | | |
| CONGO | Maquela do Zombo | 203 | 1.633 | MALANGE | Malange | 650 | 1.906 |
| | Damba | 379 | | | Duque de Bragança | 527 | |
| | S. Salvador do Congo | 258 | | | Songo | 503 | |
| | Sanza Pombo | 403 | | | Bondo e Bangala | 236 | |
| | Bembe | 390 | | | Cambo (b) | — | |
| | Cuango (t) | — | | LUANDA | Saurimo | 672 | |
| | | | | | Camaxilo | 500 | |

| DISTRITOS | CIRCUNSCRIÇÕES | Quilómetros | Total por distritos | DISTRITOS | CIRCUNSCRIÇÕES | Quilómetros | Total por distritos |
|-------------|-----------------|-------------|---------------------|--|-------------------|-------------|---------------------|
| LUANDA | Cassai-Norte | 337 | 3.985 | HUÍLA | Lubango | 253 | 2.971 |
| | Cassai-Sul | 771 | | | Chibia | 422 | |
| | Cuilo-Chicapa | 464 | | | Humpata | 175 | |
| | Mínungo | 423 | | | Alto Cunene | 793 | |
| | Chitato | 818 | | | Gambos | 245 | |
| CUANZA-SUL | Novo-Redondo | 183 | 1.777 | FRONTEIRA DO CUBANGO | Humbe | 633 | 473 |
| | Porto Amboim | 160 | | | Baixo Cunene | 450 | |
| | Quibala | 965 | | | Baixo Cuito | 473 | |
| | Gabela (a) | — | | | Quando (b) | — | |
| | Libolo (a) | — | | | Baixo Cubango (b) | — | |
| | Seles | 469 | | | — | — | |
| BENGUELA | Quissama (c) | — | 3.475 | As estradas recapitulam-se deste modo por distritos e intendencias: | | | |
| | Benguela | 267 | | Luanda | 764 | | |
| | Lobito (a) | — | | Zaire | 887 | | |
| | Huambo (a) | — | | Cabinda | 327 | | |
| | Bailundo | 1.402 | | Congo | 1.623 | | |
| | Caconda | 656 | | Cuanza-Norte | 1.859 | | |
| | Ganda | 265 | | Malange | 1.906 | | |
| | Lepi | 464 | | Luanda | 3.985 | | |
| Quilengues | 412 | Cuanza-Sul | 1.777 | | | | |
| BIÉ | Silva Porto (a) | — | 2.364 | Benguela | 3.475 | | |
| | Andulo | 798 | | Bié | 2.364 | | |
| | Ganguelas | 654 | | Moxico | 22.74 | | |
| | Alto Cuanza | 454 | | Mossamedes | 941 | | |
| | Menongue | 192 | | Huíla | 2.971 | | |
| | Cuito Canavale | 266 | | Fronteira do Cubango | 473 | | |
| MOXICO | Moxico | 466 | 2.274 | 25.636 | | | |
| | Luchazes | 499 | | Não estão mencionadas neste numero as estradas das circunscrições civis da Gabela, Libolo, Quissama, Lobito, Huamba, Silva Porto e Mossamedes, que podem computar-se em mais de 5.000 quilómetros. | | | |
| | Lungué-Bungo | 523 | | Todas estas estradas dão circulação a automoveis e a maior parte delas são excelentes, permitindo velocidades médias de 60 a 70 quilómetros á hora. | | | |
| | Alto Zambeze | 380 | | (a) Não ha numeros officiais. | | | |
| | Dilolo | 226 | | (b) Não tem estradas. | | | |
| | Búndas | 180 | | | | | |
| MOSSAMENDES | Mossamedes (a) | — | 941 | | | | |
| | Porto Alexandre | 200 | | | | | |
| | Bibala | 741 | | | | | |

“Na vida, o essencial é fazer-se alguma coisa. Os erros corrigem-se. A inacção não tem correcção possível.”

JULES HÉVÉ

A' MUSICAL

RÁDIOS E VITROLAS DE TODOS OS FABRICANTES

DISCOS DE TODAS AS MARCAS

SECÇÃO DE CONCERTOS

Optima selecção de Fados Portugueses

L. G. ANTUNES

Rua Uruguaiana, 107 — Telefone 4-4650

RIO DE JANEIRO

A MISSÃO DO IMPERIO

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

PELO TENENTE HERIQUE GALVÃO

Só teem direito a possuir colónias aqueles povos que, na ordem internacional, teem uma finalidade a atingir.

Para Portugal — e nós entendemos por Portugal não só os elementos materiais de território metropolitano e ultramarino, mas também o mundo espiritual e moral de nacionalismo português que se estende a todos os pontos do globo onde existem agregados portugueses ou recordações vivas do nosso génio colonizador — para Portugal, as colónias são exactamente as determinantes da sua finalidade internacional.

E essa finalidade não corresponde na nossa História a acasos ou combinações políticas, pois resulta do movimento duma evolução histórica profundamente característica e ligada ás origens da Raça.

Observemos, realmente, como a História de Portugal reflecte sucessivamente, com a formação do reino, uma Finalidade Peninsular; com a luta contra os Moiros o elemento anti-europeu, luta que é nitidamente uma defesa da Europa, uma Finalidade Europeia; finalmente, na expansão dos nossos domínios ultramarinos, uma Finalidade Mundial.

Foram as primeiras inteiramente alcançadas. Nada nos permite crer que não tenhamos as virtudes de alcançar a última.

Um inglês que escreveu sobre Portugal um livro cujas observações são verdadeiramente admiráveis de imparcialidade e nitidez e que não deixou passar em claro, a par com as nossas mais altas qualidades, os nossos mais evidentes defeitos — o sr. Aubrey Bell — no seu livro "PORTUGAL OF PORTUGUESE", diz, no capítulo em que se refere ás nossas colónias:

"Contra a idéa dos que afirmam que Portugal está morrendo aos poucos, deve opôr-se um vigoroso protesto. Se por ventura se fala no futuro de Portugal, não fallam cétricos que perguntam: Mas tem Portugal um futuro? Ora, o que devemos responder é que Portugal não só tem um futuro mas também que esse futuro é grandioso. A sua afortunada posição é a duma Nação que tendo realizado grandes feitos, outros maiores tem que levar

a cabo. E não é de fórma alguma "un peuple qui s'en va", é antes "un peuple qui revient". Efectivamente no Século XVI podia dizer-se que Portugal, tendo conquistado o mundo inteiro, acaba por perder a propria alma.

Mas que se inicie o desenvolvimento e a prosperidade do país e que a sua expansão se sinta entre extranhos e ninguém mais poderá contestar que elevar Portugal até á posição dum país florescente e feliz não seja uma empresa digna de tantos louvores como a que realizou outrora o Portugal das descobertas e das conquistas".

Estas palavras foram escritas por um inglês que nos observou e estudou.

Esse inglês viu melhor que muitos portugueses, o sentido da nossa finalidade internacional, pois que enquanto muitos de nós ainda não compreenderam que a verdadeira política nacional deve correlacionar Portugal e as suas colónias, internacional e internamente, como um todo imperial ele não só compreceu como também extranha que os Portugueses o não tivessem compreendido, quando mais adiante escreve: "*Os Portugueses contudo não pensam dum módo imperial*".

Deve notar-se que depois do livro, já antigo, de Aubrey Bell, a mentalidade Portuguesa se tem transformado ligeiramente sob este ponto de vista, graças á propaganda colonial feita nos ultimos anos.

*

Temos, por consequencia, uma Missão; uma Finalidade Mundial a alcançar na ordem internacional. E o seu cumprimento desenvolve-se dentro duma concepção imperial, que não tem o significado militarista que tantas vezes anda ligado ás idéas de imperialismo, mas sim o da constituição pacífica duma unidade política, moral e económica, entre o Portugal da Metrópole e o imenso Portugal de além-mar.

Esse Pensamento Imperial que se formou, não só por motivos de ordem geográfica mas também por meio duma acção política que os limites da nossa finalidade europeia tinham imposto, esse Pensamento Imperial que Aubrey Bell estranhava não ter sentido entre nós, é pois, não

uma força a criar, mas apenas um movimento a proseguir.

E é absolutamente indispensavel que prosiga. E' a nossa Missão, é o nosso Dever—é ainda o nosso Interesse!

E Missão, Dever e Interesse que teem neste caso um significado que vai mais além das nossas fronteiras Metropolitanas, mais além das nossas fronteiras, que não são europeias, mas sim mundiais.

O nosso caso é, guardadas as devidas proporções entre interesses de extensão diferente, o caso da Inglaterra, o caso da França. Simplesmente nós, e um pouco a França, ao contrário do Reino Unido, não temos ainda nem uma Política nem um Pensamento Imperial como o tem a Inglaterra.

E por isso mesmo julgamos ingenuamente, muitas vezes, que é apenas dentro do xadrez europeu que se jogam os nossos interesses e os nossos destinos.

O antigo Ministro das Colónias da França, Albert Sarraut, numa conferência realizada em Paris em 1924, depois de descrever a surpresa da França em face da atitude da Inglaterra, depois de terminada a Grande Guerra, classifica de candida a aflicção do seu País e a sua surpresa, que não seriam tão grandes se a França tivesse compreendido mais cedo, que os interesses primordiais da Inglaterra, uma vez terminada a guerra, estavam muito menos na Europa do que para lá da Europa. E conclue: *“A política geral das grandes Nações, como a Inglaterra, esteve parcialmente interessada pela situação europeia, em seguida á guerra, mas essa política foi e ha de ser sempre dominada pelas preocupações predominantes dos seus interesses fóra da Europa.*

Esta devia ser tambem a nossa situação.

Isto não quer dizer que não tenhamos uma Missão Europeia e uma Missão Continental a cumprir. Têmo-las, evidentemente, mas essas mesmas estão condicionadas pela nossa posição de Nação Colonial.

De facto, a falência da Europa perante a América, exige uma reorganização espiritual e económica da Europa, que se fará pela constituição dum novo continente económico Euro-Africano, em opposição ao continente economico Americano. A nossa posição geográfica e a extensão dos nossos domínios em Africa, marcam-nos um lugar que não é, evidentemente, pouso

dourado para exhibir grandêsas passadas, mas sim logar de acção e emprego das nossas energias racicas do presente, como parcela dum Todo Europeu.

Finalmente, temos um território continental em crise, um Passado de Heroismo e Civilização a honrar, um património espiritual de língua, de cultura e de génio cristão, a defender e manter, e seis milhões de almas que precisam viver, não degredadas á condição servil duma Colónia de mestiços, mas reerguidos ao nivel moral dos homens europeus. E' a nossa Missão Continental.

Tinha sobejas razões o escritor inglês para estranhar que em Portugal se não pensasse dum modo Imperial!

Ora, esta idéa imperialista, que deve dominar de muito alto os nossos destinos e que é a própria razão da existencia de Portugal como Nação, é uma idéa de Todo, de unidade admiravel. Nesta unidade se compreendem todos os territórios extra-continetais como parcelas indissociaveis da Nação.

Afasta-os de nós a extensão dos Oceanos e a sua dispersão por 4 partes do Mundo—é necessário que os aproximem o génio português (que não é uma abstração nem uma utopia, mas tambem um Todo cujas parcelas andam desagregadas) pela acção de todos os elementos tendentes a converter e manter as Colónias na situação de componentes dum grande Todo Nacional.

F. Moraes Alves

F. MORAES ALVES

Representações, consignações e conta própria

Artigos de papel em geral, pintura e desenho.

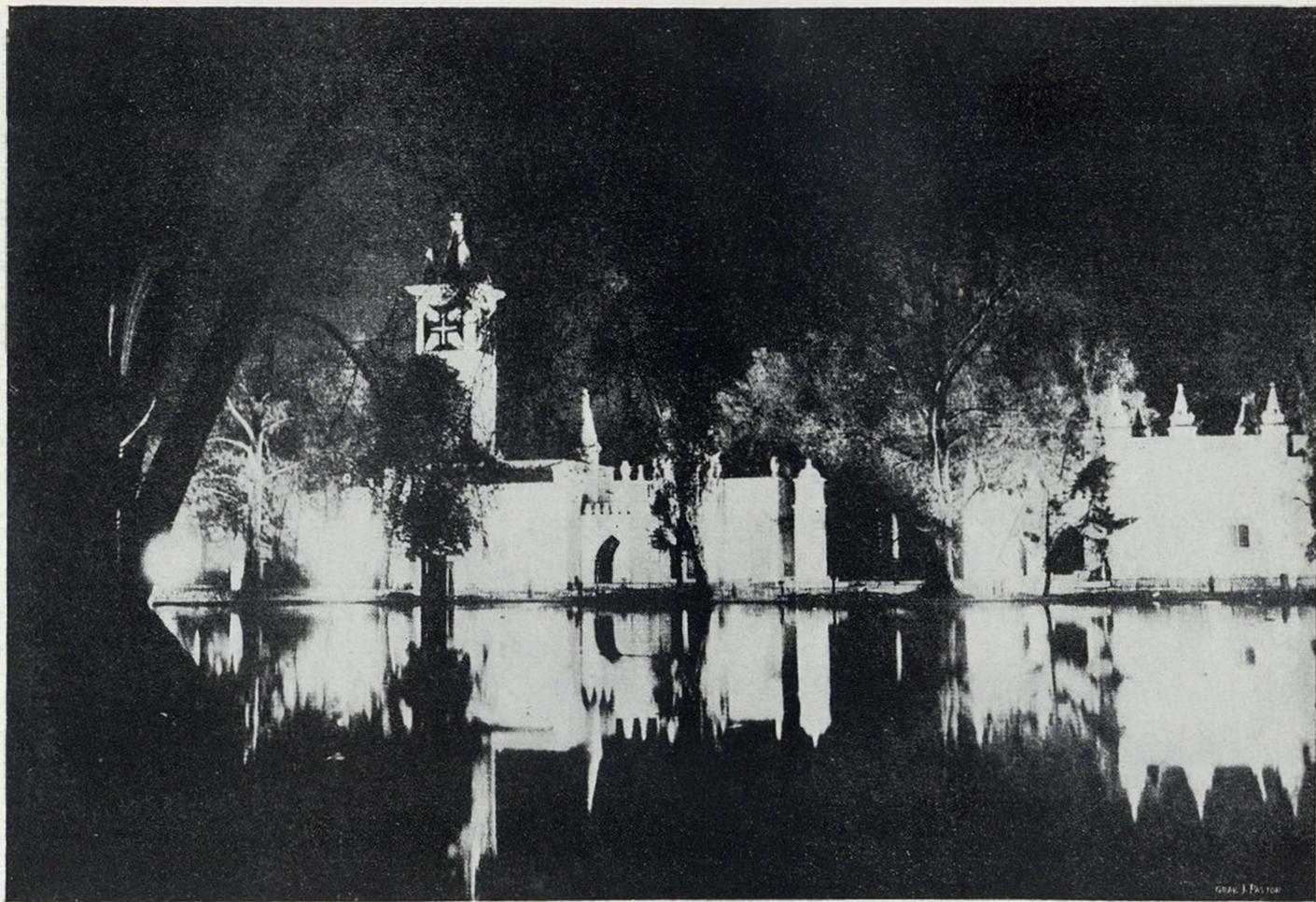
Grande variedade de

artefactos de madeiras do Paraná.

Completo sortimento de artigos dentários.

Rua do Carmo, 34 — Tel. 4-2400

RIO DE JANEIRO

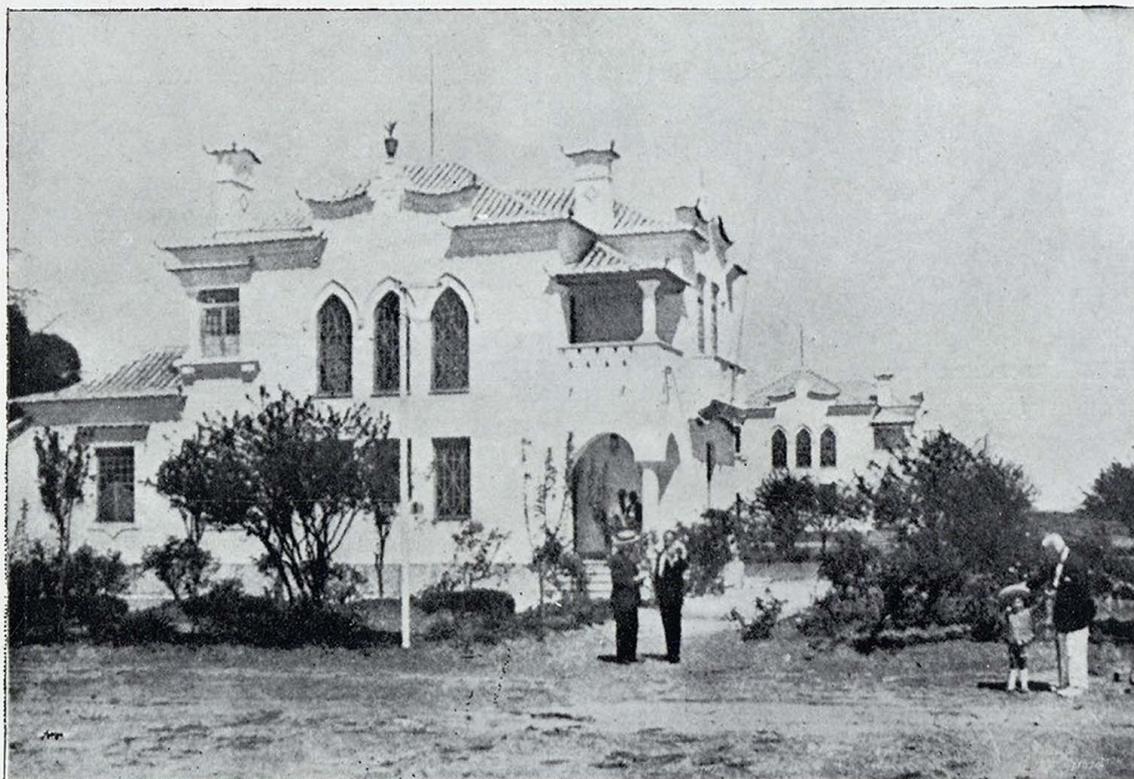


O PAVILHÃO DE PORTUGAL NA EXPOSIÇÃO INTERNACIONAL DE PARIS REFLETIDO NA ÁGUA DO LAGO DAUMESNIL

ANGOLA



NOVA LISBOA — ESTAÇÃO DO CORPO DE BOMBEIROS



NOVA LISBOA — CASAS PARA HABITAÇÃO DE OFICIAIS NO CAMPO DE AVIAÇÃO

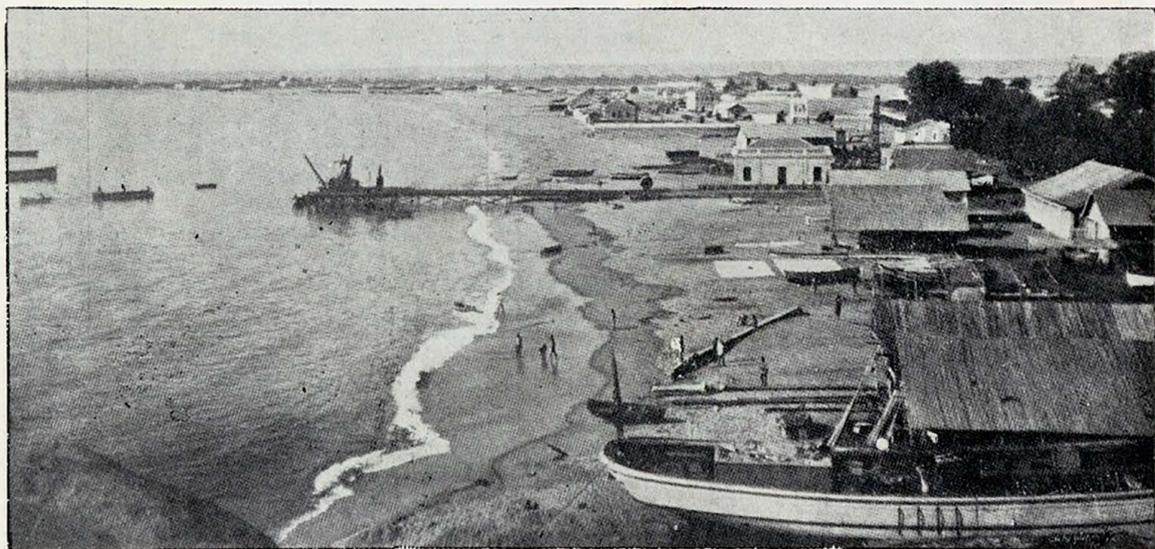


GENERAL JOSÉ MENDES RIBEIRO NORTON DE MATOS
SÓCIO HONORÁRIO DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO

ANGOLA



MOSSAMEDES — PAINEL DE AZULEJOS
EXISTENTE NA "COMPANHIA DE PESCARIAS DE ANGOLA"



MOSSAMEDES — UMA VISTA DA BAÍA

UM HOMEM E UM LIVRO

“PORTUGAL E INGLATERRA” — DE *Cunha Leal*

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

POR SARMENTO PIMENTEL

SOCIO CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO AFRICANA

N ESTES tempos de mentalidade *hitleriana*, este português de rija ténpera e altíssimo valor intelectual, pôde ainda ser apontado aos seus patricios e á gente culta de todo o mundo como *um Homem*.

Os outros que vejo incensar — ídolos da violência, que é bruteza, da força, que é estupidéz — ha que pô-los na escala zoológica do “*stactus erectus*” com acentuada tendencia de regressão, extraviados sempre da familia do “*homo sapiens*” que tornou a vida um facho de luz e a existência inteira uma nobre aspiração de beleza.

Cunha Leal é, com efeito, um Homem. Talento fundido no cadinho das sciencias positivas, do trabalho intenso, da inquietação das ideias, da revolta contra todas as tiranias, da guerra, do desterro, do exilio, havia de suportar as criticas mais apaixonadas e ter na sua vida de intrépido lutador altos e baixos que só não compreende quem anda de má fé ou viveu apenas dentro do âmbito mesquinho duma moralidade burgueza e ajesuizada.

A sua intelligencia é viva, ousada, e duma perspicácia que tem lampejos de génio e as incoerencias desta epoca tormentosa cheia de injustiças e prenhe de rancores.

Orador e parlamentar, engenheiro e economista, politico e escritor, teve as situações mais proeminentes da Republica Portuguesa: — Reitor da Universidade de Coimbra, Chefe de Partido, Presidente do Conselho de Ministros, ministro das finanças, director de Bancos — ainda hoje tem um lugar no Conselho da Sociedade das Nações.

Umaz vezes no Poder, outras deportado para as Colonias, conserva sempre aquélle bom humor dum espirito educado na escola do patriotismo que não pôde confundir os Governos com a Nação, e assim mantem um aprumo e superioridade dentro do seu feitio combativo, ora sarcástico, ora apocalítico e violento, aquelle aprumo e superioridade intelectual que lhe dão direito á admiração dos maiores adversarios.

E a sua opinião tem de ser escutada, porque orienta, ilucida, porque fica acima das paixões, das conveniências, dos interesses partidários, visando sempre, na cousa pública, os altos destinos de Portugal.

Heis de dizer que, por isso mesmo, foi preso, deportado e hoje está no exilio...

Os do grupo contemporaneo da Escola do Exército, nos alvares da República, vimos andando por esse mundo além, e sempre nos encontramos juntos nas horas decisivas da nacionalidade.

Um ou outro ás vezes se retarda, mas ao chegar lê-se-lhe na alma o verso de Camões:

“... á pressa um pouco vim,

“Por me lembrar que estaveis sós sem mim!”

Os mesmos na fronteira contra a invasão couceirista, os mesmos na Africa, na Flandres, e agora nostalgicos daquelle “*jardim á beira mar plantado*”.

Dêsse grupo, que teve herois como Humberto de Ataíde e Viriato de Lacerda, soldados como Ribeiro de Carvalho e Francisco Argão, escritores como Aquilino Ribeiro e António Sérgio, politicos como José Domingues dos Santos, Tamagnini Barbosa, Nuno Simões, o expoente maximo é, sem favor, Cunha Leal.

Faltava-lhe a escola do exilio para retemperar o seu feitio impulsivo e apaixonado, sarcástico e amesquinhador, indiferente a preconceitos e á opinião alheia que lhe trouxe inimizadas terriveis e invejas e odios aos centos.

A sua palavra que fôra rijo montante a escachar celebridades balofas; a sua pena, lanceta afiada rasgando tumores de escândalo nos conchavos da politica de regedoria, vão perdendo actualmente em agressividade e ganhando em equilibrio, persuuação, análise crítica serena. Este estado de alma é bem o prólogo das grandes realizações num próximo futuro.

Já no seu penultimo livro — “Ditadura, democracia ou comunismo?” — nós encontramos o político, o sociólogo, o economista olhando o problema português com a calma, a realidade e a intelligencia de quem ausecultou até ao

fundo deste momento de muitas incertezas, uma probabilidade capaz de marcar o rumo melhor para o nosso povo. Até pecará por excesso de prudência, supondo acertado irmos em etapas suaves de evolução, desta burguesia egoísta e retrograda, para um socialismo pousão e justiciero!

Melhor que aquele volume, onde o chefe de partido apresenta aos portugueses o seu programa de Governo, e que pôde não ser, como não é, a vontade de outros muitos republicanos e liberais avançados, este livro — “*Portugal e Inglaterra*” — traduz a aspiração lusiada e enfronha o leitor na alta politica colonial das nações do ocidente europeu.

Não vou fazer a critica do oportunnissimo e valioso estudo de Cunha Leal. Chamo apenas a atenção dos portugueses que vivem àquem Atlântico para um livro que focaliza com muita nitidez, sem erudições fastidiosas, os problemas máximos de Portugal como nação livre e independente, que no concerto internacional quiere manter a sua liberdade e o seu patrimonio fóra das tutelas que de seculos nos trazem amarrados aos caprichos da ganancia inglesa e sob a ameaça constante de arranjos internacionais para nos roubarem o resto do nosso Imperio Ultramarino.

Na primeira parte de “*Portugal e Inglaterra*” ha um interessantissimo bosquejo historico acerca da evolução do conceito de Estado.

No capitulo II, falando do Imperio Português, diz o autor: “Depois da derrocada romana, o primeiro grande Imperio tipicamente colonial e mercantilista foi formado pelos portugueses, cuja trajectoria histórica diferiu muito da dos espanhoís. O Imperio Espanhol de tão vastas dependencias na Europa e na America, mas tão diferente do português, divergia dêste até nas características da sua política colonial. Ao critério da estricta ocupação da zona costeira e da monopolização do comercio externo das colonias opunham os reis católicos o princípio da conquista integral dos territórios descobertos pelos seus navegadores. O português tratava de fazer colaborar consigo, embora á força, as massas populacionais de regiões dilatadas, explorando-as economicamente, é certo, mas sem tentar modificar, de fórmula profunda, o seu carácter original a não ser por acção de contacto, quase insensível, ao passo que o espanhol procurava submetê-las a ferro e fogo, destruindo as suas instituições particulares,

“alterando os seus usos, costumes e religião, fazendo, em suma, tabua rasa do seu passado”.

Esses portugueses não iam ás Descobertas só com mira na riqueza, mas impulsionados pela “propria poesia da aventura. Um comerciante ávido, mas trovador e boémio, tal era o português das descobertas e conquistas”.

Os ingleses vêem depois que Portugal se liberta, espoliado e fraco, da dominação rapace de Castela. E, “*sem lhe modificar os métodos, a Inglaterra prolongou a acção de Portugal, realisando aquele sonho do grande Afonso de Albuquerque, sonhado três seculos antes, mas que nunca pudemos efetivar porque não tinhamos “capacidade populacional, energia metódica e senso pratico”.*

Segue-se no livro de Cunha Leal um resumo da transformação por que foi passando o sistema economico inglês, indo, com o crescimento da população, da agricultura em que chegou a ser um dos fornecedores de cereais da Europa, para a industria. A vitoria sobre Napoleão e a maquina a vapor incrementaram a tal ponto as suas usinas que lhe permitiram o livre cambismo. Começa ahi o seu açambarcamento definitivo do comercio do mundo, modelo cartaginez e “*aproxima-se insensivelmente do conceito romano de IMPERARE, que estende a um quarto da superfície da Terra e a todos os mares*”.

O periodo aureo é com a rainha Vitoria.

Depois surge a competição alemã, a grande guerra e suas estupendas e apocalípticas consequências.

Se Junqueiro fosse vivo teria sentido a realidade do seu anátoma do “*Finis Patriae*”, 42 anos depois do Ultimatum:

“... já se desenha em arco de aliança

“A porta triunfal do seculo que vem,

“Devorará teu peito um cancro aceso, a Irlanda”.

O capitulo IV — “*Sua Majestade a Libra*” — é uma notavel lição de Economia. Nela perpassa a traços fortes a historia da Banca e seus planos maquiavélicos e seus formidaveis poderes ocultos. Estudam-se os dois seculos de prosperidade do Banco de Inglaterra e mostra-se o mecanismo do capital de todas as Nações, que afluindo a Londres, de lá voltava, transformado em papeis de crédito, para os países depositantes, ou sob a fórmula de empréstimo aos seus Governos.

Assim imperou, descricionariamente, mais de dois seculos, “sua majestade a Libra, Rai-

nha do Universo”, até que “mais tarde, o espirito, revoltado, acabou por destronar sua majestade a Libra, seguindo-se, desta feita, a decadencia da Inglaterra”.

Veio a concorrência alemã, americana, francesa, o motor de explosão, a hulha branca, o aeroplano, o radio.

Veio aquela greve negra que foi a ultima pá de terra no colosso carvoeiro. Veio a revolta da Esquadra, o pânico, o levantamento dos grandes depositos, o *duping* sovietico, a crise mundial e o exercito dos desocupados.

E aquela maquina, solida mas pousôna, aquela engrenagem, forte mas ronqueira, viram-se suplantadas por um aparelhamento todo dinamismo e velocidade, todo fabricaçãõ em série, cheio de preços infimos e facilidades de venda quasi impossiveis. A guerra levou os Dominios e outros mercados ingleses a industrializarem-se. As pautas alfandegarias vedaram a concorrência inglesa.

Numa série de quadros de estatística de produção resume o autor os seus consideranduns sobre a decadencia inglesa e acaba por dizer que ela foi tão brutal nestes ultimos 16 anos que, se não fôr retardada, a desagregação do Imperio está muito proxima.

O capitulo seguinte trata da decadencia financeira da Inglaterra, e comparando a tributação do Estado ao inglês e ao yankee, os depósitos nos Bancos dos dois países, e examinando a divida publica, despesas e receitas, conclue: — “a Inglaterra começa hoje a reconhecer que foi ela a grande vencida da guerra — no campo economico pela diminuição da sua potencialidade industrial e do seu poder de produção e expansão comercial, no campo financeiro pela exagerada multiplicação das suas despesas improdutivas”.

Do livre-cambismo veio agora a Inglaterra para o proteccionismo, do padrão ouro para a Libra papel, de prestamista que fôra do dinheiro a todo o mundo para devedora de bilhões á França e á America do Norte.

Sic transit gloria mundi, como termina este capitulo o capitão Cunha Leal!

Estamos na segunda parte do livro.

Os três primeiros capitulos tratam da Historia das relações de Portugal com a Inglaterra desde D. Diniz até á Republica.

Vê-se ali claramente o interesse inglês de nos separarmos, na politica internacional, do rumo espanhol. E' claro que fômos muito rou-

bados, algumas vezes esquecidos, e sempre prejudicados. Mas recebemos, em momentos decisivos, da aliança inglesa, por suas conveniências, é certo, precioso auxilio como seja o prestado a D. João I e para a Restauração, embora a pretexto dela nos levasse os olhos da cara — a India, Tanger, 2 milhões de cruzados e a Infanta D. Catarina, para aquele Judas, que era Carlos II, trazer “*sempre no intimo do seu coração as conveniencias de Portugal e de todos os seus dominios, defendendo-os dos seus inimigos com as maiores forças do seu reino, assim por mar, como por terra*”.

Seguem-se a esta aliança ruinosos tratados de comercio, miserias da nossa decadencia, as guerras napoleónicas, sendo o pobre e talado Portugal campo de treino para maiores empresas bélicas.

Que recompensa imediata?

A perda de Olivença e a morte de Gomes Freire e seus 11 companheiros, fina flor da tropa portuguesa mandada enforcar pelo poder oculto dos britânicos.

No constitucionalismo chegou a haver interferência directa da Inglaterra no Governo de Portugal por intermédio do célebre Howard, uma especie de alto Commissario dos actuais Dominios que pelos *valiosos* serviços nos apresentava contas de agiota e quando nos negávamos a pagar o *quantum* de tais serviços punha a pata de leopardo sobre as nossas colonias.

Varias tentativas de rapina foram frustradas pela arbitragem que decidiu a nosso favor (Bollama e Lourenço Marques). Outras se consumaram em troca da solicitada protecção aos governos e á Monarquia (Fontes parece que resuscitou em 1927), até que chegámos ao Ultimatum de 1890 que apagou aquele sonhado *mapa cor de rosa* de que Serpa Pinto, Capelo e Ivens haviam feito reconhecimento nas suas viagens pelo interior de Angola e Moçambique.

Ali se consumou o derradeiro tributo que pelos Braganças houvemos de pagar á Corôa de Inglaterra.

O povo apelou para a República, mas os seus dirigentes não souberam desde logo marcar posição de nação independente para nação independente e, se não fôra a grande guerra em que soubemos pôr-nos com os aliados, teriamos visto novo atentado ás nossas Colonias já *camouflado* nas *zonas de influencia*.

Chegámos ao período da Ditadura.

Andou ela de mãos dadas com a de Primo e Afonso XIII, e como manifestação da tôrpe mancebia faziam-se manguitos á Inglaterra e á Sociedade das Nações!

Mudou-se, porém, repentinamente o cenário político espanhol, e vá de cair outra vez nos braços dos ingleses com visitas de esquadras, *encomendas de navios de guerra* e a infame acusação de que os pobres emigrados planeavam o que os actuais esteios do carmonismo fizeram com Couceiro (invadir Portugal com tropas armadas na Espanha) e a própria ditadura levou a efeito tempos atrás — a aliança peninsular.

O livro aqui é, talvez propositalmente, omissivo. Contesta apenas a infâmia lançada aos republicanos, quando devia historiar o que foram os vergonhosos e traidores entendimentos políticos das duas ditaduras que nós pagámos com a rectificação de fronteiras, onde até os romantismos dos direitos sobre Olivença receberam a ultima pá de terra. Seguiu-se a venda do caminho de ferro de Salamanca, a venda do caminho de ferro da Beira Alta e o tratado das quedas de água do Douro.

A censura não permitiu qualquer apreciação a essa *obra* de aproximação luso-espanhola.

Ali não havia interesse directo ou mesmo afastado da nossa fiel aliada. . .

Já não acontece o mesmo quanto aos portos de Lourenço Marques e Beira que a União Sul africana ambiciona e por isso mesmo vamos vivendo despreocupadamente!

Nos ultimos dois capitulos estuda Cunha Leal o que foi e o que deve ser a politica internacional portuguesa:

No passado uma passividade mórbida, aquele fatalismo árabe que nos vai resignando no meio dos desastres sem uma tentativa inteligente e ordenada de reacção.

Entre os dois males — a aliança inglesa com sua gula sempre renovada nos apetites de maior dominio, e a aliança espanhola de que nos ficou a tristíssima memória filipina, o instinto

evou-nos para a Inglaterra que abusivamente tem explorado em proveito proprio a nossa fra-quesa.

Não podemos continuar a encolher os ombros e a deixar correr os acontecimentos e o tempo com a indiferença de gente que julga findada a sua missão histórica ou com esse patriotismo doentio, basófia e epilético, cheio de adjectivações apocalíticas e falho de obras que nos garantam na pratica vantagens seguras, e horizontes desanuviados.

Não devemos armar em valentões e dizer aos ingleses: — passem por lá muito bem! — caindo de cócoras deante da Espanha republicana para irmos ambos aos vivas á União Iberica reivindicar Gibraltar, Tanger e *muchas cosas más!*

“A aliança luso-britanica — sim. O humilhante protectorado inglês — não, mil vezes “não”.

Temos de viver com dignidade — “*aquela dignidade que tão necessaria é aos povos como “aos homens!”*”

Não é possivel, no espaço que permite o Boletim da Sociedade Luso-Africana, respigar em todos os pontos importantes dum trabalho como este, em que Cunha Leal focalisa com a clara lente da sua inteligencia agudissima o nosso problema internacional.

Cada capitulo do seu livro, analisado e bem meditado, daria um artigo cheio de interesse sobre as coisas mais palpitantes da nossa historia e dos problemas momentosos da nossa epoca. Falta-nos para tanto o tempo e o engenho.

Que o autor nos releve a pálida ideia que aqui deixamos do seu notavel trabalho de verdadeiro Homem de Estado, e illustre e nobre patriota.

O — “*Portugal e Inglaterra*” foi ditado por um coração lusfada e escrito pelo talento forte e sonoro de todo o condutor dos altos destinos dum povo.

São Paulo, 9 de Abril de 1932.

Sarmiento Pimentel

A RAÇA NEGRA

PELO TENENTE CORONEL SALUSTIANO CORREIA

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

A raça negra, contando cêrca de 400 milhões de individuos, ocupando quasi toda a Africa, a maior parte da Oceania, uma parte da Asia e povoando com a branca algumas regiões da America, tem só por esses factos uma importancia muito grande.



TIPO DE MULHER DE S. TOMÉ

Porém, se atendermos a que só ela pôde viver em certas regiões da zona tropical, regiões insalubres, mas das mais férteis do globo, essa importancia cresce de ponto, e não pôde deixar de ser tomada na devida consideração por todas as nações que se propõem a resolver o importante problêma da civilização da Africa.

Esta questão tem para nós um interesse capital.

A Inglaterra pôde povoar algumas das suas colónias d' Africa, especialmente as do Cabo

da Boa Esperança, com gente sua ou da raça branca.

Nós não podemos fazer o mesmo nas nossas. Ainda que tivéssemos um excesso de população que pudessemos desviar para ali, ou dinheiro com que a pudessemos introduzir de fóra, o Branco nunca poderia substituir inteiramente o Negro em qualquer das nossas províncias das duas costas africanas.

A nossa politica é, pois, quanto ao Negro, fatalmente de conservação.

E não falo senão dos principios de utilidade. Outros ha mais elevados e que não são para desprezar.

Que os ingleses no Cabo repilam a raça indígena que podem substituir e que lhes levaria muito tempo a civilizar, comprehende-se ainda que se não justifique; o mesmo e por idêntico motivo se fez na America, e se repetiu na Australia; mas nas nossas Colónias d' Africa, semelhante conduta além de iniqua seria insensata.

Repelindo ou aniquilando o Negro, só teriamos feito o deserto em torno de nós, só teriamos criado... a esterilidade.

Diz M. Hackel na sua *Historia da criação natural*, querendo demonstrar que a raça branca tende a estender-se e a dominar sobre todas as outras, vê-se obrigado a reconhecer que os Negros, os Cafres, os Nubios, os Malaioes, e os Dravidianos entre os trópicos, e nas regiões polares as raças arcticas, são protegidos contra a invasão de estranhos por uma melhor e mais antiga adaptação, uns a um clima quente, outros a um clima frio.

Essas raças são, pois, o elemento natural para a civilização que se pôde desenvolver nesses lugares. São uteis e necessarios; não são uma excrecência, um membro inutil no grande corpo da humanidade; não as podemos supôr deserdadas das mesmas aptidões com as quais se elevaram as raças hoje mais adiantadas.

Se permanecem mais atrasadas, é esse um facto que se pôde explicar sem que seja preciso considera-las absolutamente inferiores.

Abril de 1932

Salustiano Correia
Tenente Coronel

A INDUSTRIA DO PEIXE NO SUL DE ANGOLA

MAPAS EXTRAÍDOS DA CONFERÊNCIA REALIZADA,
SOB O PATROCÍNIO DA ASSOCIAÇÃO INDUSTRIAL PORTUGUESA, PELO CAPITÃO VIRGILIO PEREIRA DA COSTA,
NAS SALAS DA LIGA NAVAL, EM LISBOA.

| DESTINOS | 1928 | | 1929 | |
|---|----------------|------------------------------|----------------|------------------------------|
| | TONELA- DAS | VALOR EM MOEDA PORTUGUESA | TONELA- DAS | VALOR EM MOEDA PORTUGUESA |
| Provincia de Angola | 55 | 68.859\$00 | 114 | 171.740\$00 |
| S. Tomé e outras colonias portuguesas | 2435 | 5.044.873\$00 | 2095 | 2.891.784\$00 |
| Congo Belga | 3054 | 3.842.181\$00 | 3539 | 5.508.094\$00 |
| Colonias Francesas | 876 | 1.096.597\$00 | 743 | 1.094.022\$00 |

| QUALIDADES | A GRANEL (Malas de 30 quilos) em Mossamedes | | | MÉDIA DOS PREÇOS (Malas de 30 quilos) | | |
|--|---|---------------------------|------------------------|--|----------------------------|---|
| | Preço minimo obtido | Preço maximo obtido | Média dos preços | Em Matadi — Francos belgas | Nos portos de Angola | P. Noire e Libreville Fr. franceses |
| Corvina | 35\$00 | 70\$00 | 52\$50 | 109,30 | 62\$50 | 72,70 |
| Pungo sem espinha | 35\$00 | 70\$00 | 52\$50 | 109,30 | 62\$50 | 72,70 |
| Tainha grande | 35\$00 | 70\$00 | 52\$50 | 109,30 | 62\$50 | 72,70 |
| Tainha pequena | 25\$00 | 45\$00 | 35\$00 | 80,00 | 45\$50 | 53,30 |
| Sarração magro | 30\$00 | 60\$00 | 45\$00 | 90,60 | 55\$00 | 64,40 |
| Sarração gordo | 20\$00 | 30\$00 | 25\$00 | 63,00 | 35\$00 | 42,00 |
| PEIXE GROSSO DIVERSO: (Mero, Cherne e Palombeta). | 30\$00 | 60\$00 | 45\$00 | 90,60 | 55\$00 | 64,40 |
| Charro largo | 30\$00 | 60\$00 | 45\$00 | 90,60 | 55\$00 | 64,40 |
| Tubarão e Atum | 25\$00 | 60\$00 | 42\$50 | 92,50 | 52\$50 | 61,60 |
| Anchova magra | 30\$00 | 60\$00 | 45\$00 | 90,60 | 55\$00 | 64,40 |
| Anchova gorda | 25\$00 | 35\$00 | 30\$00 | 71,60 | 40\$00 | 47,70 |
| Merma magra | 25\$00 | 35\$00 | 30\$00 | 71,60 | 40\$00 | 47,70 |
| Merma gorda | 10\$00 | 15\$00 | 12\$50 | 42,50 | 22\$50 | 28,30 |
| Choupa grande | 25\$00 | 45\$00 | 35\$00 | 80,00 | 45\$00 | 53,30 |
| PEIXE FINO DE ESCAMA: (Mariquita, Ferreira, Ca- chucho) | 20\$00 | 40\$00 | 30\$00 | 71,60 | 40\$00 | 47,70 |
| Chicharro amarelo | 20\$00 | 35\$00 | 26\$50 | 67,50 | 37\$50 | 45,00 |
| Cavala | 15\$00 | 30\$00 | 22\$50 | 59,10 | 32\$50 | 39,40 |
| Carapau | 15\$00 | 30\$00 | 22\$50 | 59,10 | 32\$50 | 39,40 |
| Sardinha savelha | 10\$00 | 25\$00 | 17\$50 | 50,80 | 27\$50 | 33,80 |

ORÇAMENTO GERAL DE ANGOLA PARA O ANO ECONÓMICO DE 1931-1932

| RECEITAS | IMPORTANCIAS | DESPESAS | IMPORTANCIAS |
|--|-----------------|--|-----------------|
| RECEITAS ORDINÁRIAS | | | |
| Impostos directos gerais | 51.182.700\$00 | Divida publica | 3.770.082\$40 |
| Impostos indirectos | 47.767.000\$00 | Governo da Provincia e Represen- tação Nacional | 1.869.308\$80 |
| Industrias em regime tribut.º especial | 4.761.000\$00 | Aposentações, jubilações, pensões e reformas | 8.804.088\$49 |
| Taxas rendimentos de div. serviços | 6.163.500\$00 | Administração Geral e Fiscalização . . | 48.157.264\$94 |
| Dominio privado — Emprêsas e In- dustrias do Estado — Participação de lucros | 24.149.200\$00 | Serviços da Fazenda | 15.716.611\$36 |
| Rendimentos de capitais, acções e obrigações, Bancos e Companhias . . | 575.000\$00 | Serviços de Justiça | 3.804.253\$70 |
| Reembolsos e reposições | 1.208.600\$00 | Serviços de Fomento | 35.472.412\$25 |
| Consignação de receitas | 1.672.000\$00 | Serviços Militares | 16.213.811\$64 |
| Imposto de Salvação Publica | 5.280.000\$00 | Serviços da Marinha | 2.858.082\$42 |
| Total de Angolares | 142.759.000\$00 | Encargos Gerais | 6.093.084\$00 |
| | | Total de Angolares | 142.759.000\$00 |

Portugueses! Orgulhe-mo-nos do que somos e do que valêmos! O nosso idioma é falado em todos os continentes, notabilizando-se dia a dia a sua influência! A nossa bandeira cobre uma superficie de mais de 2 milhões de quilómetros quadrados, onde gravitam 16.860.000 portugueses! Tenhamos fé, pois!



ORÇAMENTO GERAL DAS COLONIAS PARA 1931 - 1932

EXPORTAÇÃO - IMPORTAÇÃO

| | | |
|------|-----------------------|-----------------|
| 1913 | 24.952.887\$00 | 25.764.878\$00 |
| 1928 | 747.481.086\$00 | 836.016.076\$00 |



PROVINCIA DE MOÇAMBIQUE

O ANO FINANCEIRO DE 1931

POR MANUEL PINHEIRO

DIRECTOR DOS SERVIÇOS DE FAZENDA

EMBORA a economia da Colónia esteja a ressentir-se da grande baixa na cotação dos productos coloniais, consequência da super-produção mundial e da diminuição da capacidade de compra dos mercados, certo é que a situação financeira vem melhorando desde 1925, podendo afirmar-se que a administração não tem encontrado dificuldades na solvência de encargos públicos, quer internos, quer externos.

A espantosa quebra que nos últimos três anos sofreram os productos de exportação, pôde avaliar-se pela cobrança dos direitos alfandegarios, que produziu naquella rubrica a seguinte receita, expressa em valores-ouro:

| | |
|-----------------------|-----------|
| 1927 - 1928 | £ 139.000 |
| 1928 - 1929 | £ 106.000 |
| 1929 - 1930 | £ 73.000 |
| 1930 - 1931 | £ 48.000 |

Para atenuar a crise economica, varias medidas foram postas em execução durante o ano corrente, dentre as quais devo salientar a da restrição imposta á importação de artigos considerados de luxo e o aumento dos respectivos direitos aduaneiros, medidas estas cujos efeitos benéficos se começaram a sentir no decorrer do ano economico findo. A cobrança desses direitos, que vinha produzindo uma receita sempre crescente, como se vê pelos numeros a seguir:

| | |
|-----------------------|-----------|
| 1927 - 1928 | £ 474.000 |
| 1928 - 1929 | £ 498.000 |
| 1929 - 1930 | £ 534.000 |

apresenta em 1930 - 1931 uma cifra de £ 528.000, ou seja uma diminuição de £ 6.000 em relação á do ano anterior, provocada pelas medidas de character restritivo postas em vigor no primeiro semestre deste ano.

Que a melhoria financeira da Colónia é um facto, provam-no os seguintes números, respeitantes á receita arrecadada nos últimos quatro anos economicos:

| | VALORES OURO |
|-----------------------|--------------|
| 1927 - 1928 | £ 2.206.000 |
| 1928 - 1929 | £ 2.350.000 |
| 1929 - 1930 | £ 2.398.000 |
| 1930 - 1931 | £ 2.494.000 |

Ao encerrar o ano economico que findou em 30 de Junho ultimo, as disponibilidades do Tesouro eram constituídas por £ 107.635 e 10.553 contos.

As contas do exercicio de 1930 - 1931, que termina em 31 do corrente mês, devem acusar os seguintes numeros, sujeitos a correcções:

| | VALORES OURO |
|-------------------------------|--------------|
| Receitas cobradas | £ 2.494.000 |
| Despesas efectuadas | £ 2.336.000 |

Por conta da divida da Colónia, que ascendia em 30 de Junho último a 62.354 contos, foi amortizada a importância de 4.046 contos.

As obras de Fomento e Assistência continuam a merecer o apoio do Governo da Colónia, estando-lhes consignadas no orçamento do ano corrente cerca de 20 por cento das receitas do Estado, como se verifica pelas verbas seguintes:

| | |
|---|---------------|
| Fundo de Fomento | 21.905 contos |
| Fundo de Estradas | 7.515 " |
| Construção de Caminhos de Ferro | 6.800 " |
| Assistencia Medica a Indígenas | 6.330 " |
| Protecção e assistencia a indígenas | 5.522 " |
| Assistencia agricola a indígenas | 913 " |
| Total | 48.985 " |

Lourenço Marques, Dezembro de 1931.

ANTIGUIDADES E OBJECTOS RAROS

A SALVAÇÃO DOMESTICA

AO FAZ TUDO

José Ramos Encarrega-se de todo e qualquer concerto em louças, porcelanas, terra cota, biscuit, etc. Especialidade em concertos de pias, estatuetas, marmores, etc.

Concertos e encarnação de imagens. Todos os concertos são á prova de agua e fogo.

Concertam-se com perfeição brinquedos de crianças, bonecas, leques, páu-marfim, madreperolas e tartaruga.

Grande exposição de antiguidades e artigos coloniais para construções.

RUA VISCONDE DO RIO BRANCO, 28 (Próximo á Praça Tiradentes) — Telefone 2 - 4415 — RIO DE JANEIRO

NOTA. — Todo processo usado nos concertos é o empregado nas principais fábricas alemãs, onde o proprietário desta casa adquiriu a prática precisa para isso. Não se iluda o respeitavel público com os COLAS TUDO que aparecem — propondo-se a fazer concertos sem que resistam á agua e ao fogo.

UMA FÁCIL VITÓRIA DIPLOMÁTICA

POR MANOEL TEIXEIRA GOMES

ANTIGO PRESIDENTE DA REPUBLICA PORTUGUESA

AINDA hoje me admiro da confiada serenidade com que eu parti para Londres a exercer o cargo de ministro da República, o qual aceitara por assim dizer obrigado (eu contarei um dia como isso foi) e cujas dificuldades e responsabilidades avaliava com seguro critério. E não era porque me movessem impulsos ou devaneios da mocidade; tinha então 50 anos, e um passado cheio de experiências feitas em países e povos muito variados, próprias a desfazer-me ou cercar-me quaisquer ilusões.

Mas o desejo de bem servir a República era intenso, como era ardente a fé nos seus destinos, e inabalável a certeza de que ela restituiria à Nação todo o esplendor passado; com tais sentimentos movem-se montanhas...

Uma das nuvens negras que mais escureciam o horizonte da minha missão, e a que em Portugal se ligava suma importância, provinha da situação e influência mundanas do meu predecessor, o Marquês de Soveral, a quem se atribuíam íntimas ligações na Corte, supondo até muita gente crédula que ele era o marido morganático da Rainha Alexandra. Porém, eu sabia de fonte incontroversa que isso não era exacto, e tinha da vida social e política em Londres o conhecimento suficiente para calcular que nas regiões parlamentares e governamentais, onde se é extremamente cioso de toda a casta de prerogativas, essa aura palaciana, essa cantata de firme apoio na Corôa, para resolver negócios internacionais, devia soar muito mal e resultar contraproducente.

Depressa me apercebi do acerto do meu juízo, com a frequência do "Foreign Office", o omnipotente ministério e aquele de que eu exclusivamente dependia. Com efeito, o Marquês de Soveral era ali citado com afectuosa simpatia aparente, nas referências às funções mundanas que vinham ao sabor da conversação, mas quando se

tratava de anteriores negociações diplomáticas lusobritânicas havia como que uma frase infalível e estereotipada: "o pobre Soveral, coitado, aí não foi feliz..."

No entanto, a sua situação mundana, longe de diminuir, fortaleceu-se com o empenho e diligência que os seus amigos punham em o consolar dos revezes da fortuna, e ele, naturalmente, aproveitava essa boa disposição da alta sociedade inglesa, para com eficiência maldizer da República e do seu representante. A presença do rei deposto, e o número e qualidade dos seus partidários, emigrados em Inglaterra, conspirando em plena liberdade e dispendo de capitais muito avultados (na maior parte de origem brasileira), não concorriam pouco para, também aparentemente, me embaraçar.

Acrescia que a revolução portuguesa viera (póde-se dizer sem exagero) vulnerar o tranqüilo equilíbrio da "época vitoriana", cujo fim se previa para breve mas que a Europa inteira desejava conservar intacta; fôra um desmancha-prazeres e um péssimo exemplo que sem dúvida frutificaria...

A meu favor tinha a viva curiosidade provocada pela representação material, em carne e osso, dêsse movimento atrevido, e que os jornalistas ateavam nas suas inúmeras entrevistas, embora muitos dêles com mostras de pouca simpatia; mas andava no galarim, o que numa cidade como Londres tem importância, chamando a atenção do público para as reformas de ordem social que se seguiram à Revolução, inci-

tando à discussão e angariando pouco a pouco bastantes ascensores, que procuravam conhecer-me e me davam festas, quando mais não fôsse para arreliar alguns dos meus inimigos, de quem tinham motivos de queixa pessoal.

O acolhimento no "Foreign Office" foi perfeito. Tratava então dos nossos negócios sir Walter Langley, cujo espírito de justiça e cuja paciência não posso encaecer. E refiro-me a paciência, pois era raro o dia em que o não procurava para largas conferências, sendo sempre



MANOEL TEIXEIRA GOMES

recebido prontamente e ouvido com a máxima atenção. Eu fôra para Londres esperançado em não ficar ali muito tempo, e partir tão depressa se fizesse o reconhecimento da República (estive lá 13 anos), porém ao fim de alguns meses já eu via que a demora seria grande, mas via também que ia “abrindo caminho” para uma situação desafogada, em que melhor pudesse servir o País, e isso me era compensação bastante aos transtornos que causa o abandono da casa e dos negócios — a quem tem casa e negócios.

No “Foreign Office”, com o andar do tempo, estreitei amizades, das quais algumas ainda subsistem, e as outras foi a morte que as rompeu; o inglês se é amigo é-o para sempre, de uma forma igual e inalterável, embora sem as manifestações excessivas que são habituais aos latinos.

Tinha passado talvez ano e meio; consolidara-se-me a posição nos meios necessários, quando, em seguida a uma das bernardas que agitaram a vida da República, me encontrei a jantar com um personagem de alta categoria a quem fui apresentado, dizendo-me, depois, a dona da casa que êle próprio lhe pedira para nos proporcionar o encontro.

Depois do jantar conversámos sôbre os acontecimentos pátrios. Tentei convencê-lo de que até ali as bernardas pouca ou nenhuma significação tinham, além da que exageradamente lhes attribuia a imprensa estrangeira, a qual, por uma razão ou por outra, nos era hostil. Ele atalhou para me dizer:

— “Sei isso muito bem e não creio que a República perigue. Mas vai-se criando uma atmosfera de instabilidade e incerteza que pode afectar as suas colónias.”

— “Ora essa; como?...”

— “Os Alemães não as esquecem...”

— “Mas temos a aliança inglesa que lhes garante a integridade...”

— “O que não impediu o tratado de 1898, feito nas barbas do pobre Soveral, a-pesar das suas relações na Côrte, e assinado a-pesar-de todos os protestos de muitos ingleses de importancia...”

— “Mas isso caducou...”

— “Está enganado; continua de pé, e neste momento o partido liberal (êle era conservador), que tão cedo abandonará o poder, deseja a íntima aproximação da Alemanha, a qual certamente aproveitará o ensejo para tentar a revisão dêsse tratado, na esperança de obter mais vantagens...”

— “¿ E supõe que se trama novo enrêdo?”

— “Eu não supponho nada; aconselho-o, porém, a que ande atento...”

— “¿ Mas que poderei eu fazer nêsse caso?”

— “Olhe: Portugal, e o senhor mesmo, têm no “Foreign Office” mais amigos do que presume, e a Alemanha muito mais inimigos do que imagina...”

E dito isto mudou de conversa, retirando-se pouco depois.

Por êsse tempo o pulcro chocolateiro Cadbury, e o seu jornal *Manchester Guardian* (o mais espalhado e lido dos jornais da provincia, e o único órgão importante que o partido liberal possuía na imprensa), de con-

côrto com a humanitária sociedade anti-sclavagista, e várias associações de missionários que exploraram a Africa negra, especialmente na parte que nos pertence, tinham intensificado a sua campanha de descrédito contra a administração colonial portuguesa.

Dois episódios lamentáveis, a morte no lago Nyassa de um missionario inglês por um nosso guarda da alfândega, e em S. Salvador do Congo a prisão e presumidos maus tratos, infligidos a outros missionários que incitavam o gentio a insurgir-se contra o nosso domínio, haviam motivado reclamações por parte do governo inglês, e eram aproveitados com vantagem pelos nossos inimigos, para mais o indisporerem contra nós.

Os principais fautores dêstes movimentos frequentavam com assiduidade nada oculta ou disfarçada a embaixada alemã; por seu turno os funcionários superiores da embaixada eram convivas constantes do sr. Harcourt, Ministro das Colónias.

(Entre parêntesis convém lembrar que o sr. Cadbury e os seus principais sequeazes nas campanhas contra as colónias portuguesas, foram os que mais alto e enérgicamente protestaram contra a entrada da Inglaterra na guerra à Alemanha.)

Sob a impressão que me deixára o meu espírito-santo-de-orelha, eu não perdia ocasião de assinalar êstes factos ao “Foreign Office”, sem, no entanto, obter espécie alguma de informação ou indício, âcereca das possíveis e novas combinações anglo-alemãs sôbre as colónias portuguesas, mas tornou-se-me visível que as minhas observações nêste campo influíam favoravelmente na marcha das reclamações sôbre os incidentes africanos, as quais pouco a pouco perdiam muito da sua primitiva e insistente aspereza.

Evidentemente a atmosfera do “Foreign Office” continha algumas correntes fortes, que não bafejavam as pretensões alemãs. Mas quem as ateava?

O Ministro dos Negócios Estrangeiros, Sir Edward Grey, individualidade aparentemente de grande relêvo, mas intelligência de acanhados vôos e cultura muito restrita, sob a influéncia do seu amigo lord Haldane (o mais alemão dos ingleses de então — e de sempre), impusera ao govêrno a política de aproximação com o Império germânico, e de todos os lados surgiam provas de que se trabalhava nêsse sentido. Ora o “partido colonial alemão”, que tomára enorme desenvolvimento e cujo apoio se tornára indispensável à estabilidade dos govêrnos, não queria ouvir falar de aproximações internacionais que não assentassem em concessões coloniais. Far-lhas-ia a Inglaterra nos seus próprios domínios?

De repente os nossos negócios, até ali a cargo de Sir W. Langley, passaram para as mãos de outro sub-secretário assistente, Sir Eyre Crowe, que eu mal conhecia de vista mas cuja reputação de germanófilo me inquietou. Sir Eyre era filho e neto de alemães, casado com uma alemã, e fôra educado na Alemanha.

Se nêste rápido relato coubessem retratos eu tentaria dar o de Sir Eyre, tão curioso e interessante êle era. Mas nas suas grandes linhas, a largos traços.

Muito alto, magro, ruivo, com grandes olhos azuis, pouco sonhadores mas inquisitivos; a face de marfim

coberta duma rêde de riscos, que podiam ser futuras rugas, e pareciam feitos com o gume de uma navalha de barba. De cultura universal, e com a arte de resumir sempre o assunto em termos precisos, exactos, definitivos, não fazia uma citação que não fôsse incontrovertida. Com tudo isto — quando queria — um ar constante de indulgência, de assentimento, que punha logo o interlocutor — se lhe era simpático — à vontade, e no decorrer da conversação, que sabia dirigir como se nunca houvesse reservas a guardar, repentes de veia cômica que não poupavam ninguém. Artrítico, já com um rim de menos, e músico até às raízes da alma; tocava piano lindamente e compunha peças dignas do Schumann.

O acolhimento que me dispensou, logo de começo das nossas relações officiaes, com grande surpresa minha (onde entrava uma ponta de desconfiança) foi de afável camaradagem, como a um velho amigo que se encontra após longa ausência.

Outro funcionário do "Foreign Office", de quem, necessariamente, muito dependiam os negócios de Portugal, era Sir William Tyrrell, secretário particular e de inteira confiança do Ministro. Irlandez típico, muito propenso ao gracejo e parecendo levar tudo a rir; com limitadas leituras mas uma das memórias mais vastas e infalíveis que se conheciam, sobretudo das pessoas e factos contemporâneos de que era a crônica viva, êle constituia para Sir E. Grey um precioso auxiliar, e daí sem esforço, lhe vinha a enorme influência de que dispunha e de que não fazia o menor alarde. Católico praticante, senão fervente, constava-me que criticara sem reboço a "lei da separação" e as medidas de carácter religioso tomadas pela República; não podia, pois, esperar do seu lado nem simpatia nem auxilio.

Como êste relato não leva intenções romanescas, nem prepara lances dramáticos, posso desde já dizer que sir W. Tyrrell (hoje lord Tyrrell e embaixador inglês em França) me assistiu sempre, sem que eu então o suspeitasse, nas minhas mais difíceis negociações, e que as nossas relações officiaes se converteram em sólida amizade, que ainda agora dura.

Quanto a sir Eyre Crowe tornou-se-me em verdadeiro irmão, e como tal me tratou até morrer. Foi êsse "germanófilo" que mais influiu na entrada da Inglaterra na guerra, mas isto soube-se somente depois da guerra terminar, pois enquanto ela durou, tão contrária lhe era uma parte considerável da opinião pública, que o governo foi obrigado a reduzir ao mínimo as suas funções. Todos os dias em Hyde Park, nos "meetings" ou comícios patrióticos, especialmente aqueles a que Mrs. Punkurst presidia, êle era apontado como o mais perigoso dos traidores, e todos os dias também, um jornal muito lido, o *Evening Standard*, em artigos furibundos, pedia que o fuzilassem.

Fizeram-lhe justiça depois da guerra, nomeando-o secretário permanente do "Foreign Office" (o que corresponde quasi à situação de Ministro inamovível dos negócios estrangeiros), logar que desempenhou ainda durante alguns anos e no qual morreu.

Quando a Alemanha exigiu, e conseguiu, da França a demissão do sr. Delcassé, teve o topete de pedir ao governo inglês o afastamento ou expulsão do "Foreign Office" de sir Eyre Crowe e de sir William Tyrrell, pedido que sir Edward Grey repeliu em termos cheios de energia e dignidade.

Era embaixador da Alemanha em Londres, quando eu lá cheguei, o conde de Metternich, cavalheiro pouco sociável, sem família, misógino e silencioso, o qual, embora não ofuscasse a glória do célebre estadista austríaco do mesmo apelido, gozava fama de avisado e sagaz. Após a entrega das credenciaes, na visita que lhe fiz, de cortesia protocolar, quasi não foi possível arrancar-lhe uma palavra, salvo quando eu esboçava o movimento de retirada, a que êle acudia com autoridade e insistência: — "Mas então já? Não o consinto... ainda não conversámos nada..." e recafia no seu habitual mutismo. Isto durou meia hora, até que me despedi de vez, e ao acompanhar-me à porta repetia: — "Não chegámos a conversar..., fica para outra ocasião..." Essa outra ocasião nunca veio.



MARQUÊS DE SOVERAL

A sua substituição pelo Barão Marschall de Bieberstein que não tardou muito, causou bastante surpresa nos círculos diplomáticos e políticos. Marschall era considerado o "ás" principal da diplomacia alemã; atribuíam-lhe uma situação formidável em Constantinopla, onde se dizia que armara uma meada, de que só êle possuía o fio indispensável à supremacia do seu país naquelas paragens difíceis.

— "Que grande endrômina não estará preparando o Kaiser que precisa dêle em Londres" — dizia alguém, num grupo de colegas europeus, por acaso reunidos no "Foreign Office", onde se comentava a notícia.

— "Certamente vem para comer as colónias inglesas..." — observou outro.

— "Com mólho à portuguesa" — ajuntou um terceiro, olhando para mim.

— "Se assim fôr não lhe hei-de faltar com a pimenta" — acudi prontamente.

Quando lhe fiz a visita obrigatória de cumprimentos, o Barão Marschall recebeu-me alegremente; aludiu à pimenta, confessando o seu fraco pelos pratos bem adubados que, por desgraça, o fígado lhe proibia de saborear;

contou várias anedotas turcas muito picarescas; consultou-me sobre certas praxes e usos da sociedade londrina como se eu dêles tivesse a prática de um velho leão mundano; enfim, tão à vontade me pôs que eu à despedida, com o tom da mais perfeita inoçência, lhe perguntei:

— “Mas, snr. embaixador, porque foi que deixou Constantinopla, onde tinha na mão todos os fios da política internacional e que é o pôsto mais interessante que existe?”

Ele olhou-me de relance, com uma rápida expressão de malícia, e muito repousadamente retorquiu:

— “Com efeito é um pôsto interessantíssimo, e cada vez se fazia mais interessante, e tão interessante se tornou que eu tive de me vir embora...”



SIR EDWARD GREY

O Barão Marschall andaria perto dos sessenta anos; era de enorme corpulência; a tez terrosa — plúmbea em redor dos olhos —; as pálpebras papudas e a esclerótica amarela. Icterícia, albumina, artério-sclerose, pensava eu já na rua (com certa pena porque o achára simpático); não é inimigo para muito tempo. Quando cheguei à legação disse aos secretários: — “O Barão Marschall não dura seis meses” — e não durou.

Mas nas poucas vezes que nos encontrámos êle mostrou-se-me amabilíssimo, e conservei das nossas relações pessoais a mais grata lembrança.

Despedimo-nos no último baile da Córte. Tinha-me cabido por sorte (que o Mestre de cerimónias, meu amigo, torcia sempre um pouco a meu favor) conduzir para a ceia a filha do Barão, menma encantadora, na fisionomia e nas maneiras, reunindo todos os predicados raros, que tornam as verdadeiras senhoras prussianas exemplares sem rivais de afabilidade e distinção. Quando

o Mestre de cerimónias nos apresentou, logo ao começo do baile, perguntei-lhe se me podia conceder uma valsa.

— “Tôdas, se quiser; — replicou, mostrando-me o ‘carnet’ completamente vazio — ainda não conheço ninguém em Londres”. Eu então ainda dançava menos mal e era incansável. Peguei-lhe na palavra; dançamos e conversamos a noite inteira.

Quando estávamos ceando, vimos de repente a mole do Barão largar lá do canto das Princesas, onde se estabeleciam os embaixadores das grandes potências, atravessar a sala, e vir direito a nós. No uniforme, coberto de bordados de ouro, ainda parecia mais volumoso, e as pregas que, sem dúvida, as abas da casaca haviam tomado mal acomodadas na mala, reviravam-nas de ambos os lados das pernas, com um geito tão cómico que a própria filha, ao reparar nelas, desatou a rir.

— “Take care, she is my only daughter” — gritou êle, ao accear-se, com um risonho e falso gesto de ameaça. Depois participou-me que partia, daí a três dias, com a família, para a Alemanha, na idéa de descansar algumas semanas, e pôr as suas coisas em ordem para vir instalar-se definitivamente em Londres...

Não voltou mais.

Ao Barão Marschall sucedeu o Príncipe Lichnowsky, polaco opulentíssimo que o Kaiser julgava capaz de deslumbrar, encandear, a sociedade inglesa, para melhor a seduzir.

Era êle, no entanto, uma figura pouco atraente, especialmente quando aparecia fardado, de calção e meia. De feições duras, e a cabeçorra coberta de espessa grenha negra, movia-se em pernas de esqueleto, de magresa inverosímil. Lembrava logo uma rôlha de champanhê em cima de dois palitos. E tinha a voz de falsete. Um autêntico personagem do Hoffmann, em suma. Com tudo isto muito presumido da sua pessoa, ignorante e desdenhoso.

Mas teve acolhimento soberbo, como só o snobismo britânico sabe dispensar a um príncipe, mesmo polaco. Espalhará-se também que, embora embaixador do Kaiser, a sua acção consistiria particularmente em conciliar os interesses ingleses com os da Alemanha!...

Durante a missão do Marschall chegaram-me rumores de que se ia mexer no tratado de 1898, sendo sir Ed. Grey favorável a algumas modificações pedidas pelos alemães, às quais, no entanto, se opunha parte do Ministério.

Nesta altura convém, para melhor entendimento dêste relato, traçar o perfil, muito de leve que seja, dêsse poderoso — que o foi — Ministro dos Negócios Estrangeiros; a-final estou a ver que isto me sai mais galeria de retratos do que outra coisa. Já estou arrependido até de os não tratar com mais apuro...

Sir Edward Grey (hoje lord Grey of Fallodon) não tinha então ainda — ou pouco mais teria — 50 anos, e os correspondentes dos jornais estrangeiros, quando lhe descreviam o físico, haviam adoptado uma espécie de cliché onde entrava “o perfil de medalha antiga e o corpo de um atleta grego”. Era o que os ingleses chamam uma forte “personalidade”, e os seus discursos na Câmara (que geralmente não iam a mais de dois ou três por ano), sobre política internacional, muito meditados e equilibrados, recitava-os com tanta confiança e altivez que lhe

davam uma autoridade mundial incontestável. Os efectivos da armada inglesa faziam o resto...

Parece porém que era ainda mais hábil nas manobras eleitorais internas, e a forma como "cozinhava" o próprio círculo não lhe desmentia essa fama.

Viuvo de uma senhora que adorava e morrera num acidente de automóvel, votava à sua memória culto ardente. Dizia-se mesmo que conservava e conservava intacta a virgindade, caso não infrequente na Inglaterra, onde a sensualidade represada produz tanto idealismo extravagante... Prometeu à mulher, na hora da morte, pugnar sem descanso pela causa das "sufragistas", e isso trouxe-lhe maus bocados, mais tarde, quando o Ministério de que fazia parte se recusou a patrocinar o projecto de lei que lhes concedia o voto... e ainda por cima as perseguiu e torturava. Intimado a demitir-se, no que não concordou, as "sufragistas", que não eram para graças, ameaçaram-no com a morte, e durante muitos meses o "Foreign Office" conservou-se em pé de guerra e de mais difícil acesso que uma praça forte.

A sua cultura literária, filosófica e científica, era bastante acanhada; tinha um autor favorito, o Fielding, e asseverava-se que sabia o "Tom Jones" de cor. O seu sport predilecto consistia na pesca ao salmão e à truta, a respeito da qual, se me não engano, publicou um livro — filho único das suas lucubrações. E tão apaixonado por esse divertimento, que em Julho de 1914, já quando a temerosa trombeta da guerra soava por todos os cantos da Europa, foi quasi à força que o arrancaram às piscosas ribeiras da Escócia, para o trazerem ao "Foreign Office", onde o famoso Lichnowsky dava uivos de fera e arrepelando a gaforina reclamava a sua presença em nome do Kaiser. Por sinal foi interessantíssima a primeira entrevista. Sir Ed. Grey, ainda arreliado com a interrupção da pesca, dizia muito friamente ao embaixador:

— "Francamente não percebo que pressa é essa. O que se passa então?"

— "O imperador ordena-me..."

— "Meu caro Príncipe, eu queria que visse um salmão que pesquei: pesava 22 arráteis..."

— "Mas, senhor Ministro, o meu augusto amo..."

— "E olhe que pesquei uma truta que lhe não era inferior..."

— "Eu não estou aqui para falar de trutas nem de de salmões, senhor Ministro — atalhou o Príncipe, louco de ira — e se V. Ex.^a me não dá atenção vou-me embora para nunca mais tornar a pôr aqui os pés..."

Sentia-se-lhe ainda então o Kaiser no papo, e isso lhe dava grande energia e pêso. Após êste rompante, sir Ed. Grey consentiu em ouvir o recado do Kaiser...

No fundo sir Ed. Grey era o tipo do puritano, atenuado pelas necessidades políticas e o contacto da Córte. Animava-o um grande espírito de justiça, que o obrigava a repontar mesmo quando as endrôminas políticas eram preparadas para lhe fortalecer o partido. Uma consciência, em suma, com a qual se podia contar.

Essa consciência, porém, adormecera perante a necessidade, aliás contestável, de mais estreitar as relações com a Alemanha, e seguindo o caminho iniciado em 1898, era à custa das colónias portuguesas que o tentava conseguir.

Já não restava dúvida que se mexia no tratado de 1898, para assegurar ainda mais vantagens à Alemanha, tanto nas "esferas de influência", onde as duas nações cessariam quaisquer rivalidades comerciais, como na sua partilha, caso Portugal se resolvesse a desfazer-se das suas colónias. Porém tanto o governo alemão como o inglês, respondiam às nossas representações que o facto "não tinha importancia".

Mas geralmente anunciavam-se estas modificações como se constituíssem um novo tratado, e porque me tivessem informado que sir Ed. Grey, antes de ser ministro, por várias vezes afirmara em público e raso que nunca assinaria tratados secretos, aproveitei a próxima audiência para voltar ao assunto, insistindo em que pelo menos nos comunicasse o texto dessas modificações, visto serem anodinas como asseverava.



PRÍNCIPE LICHNOWSKY

Respondeu-me, com bastante secura, que o não podia fazer; e eu retorqui com vivacidade: — "E' verdade então o que tôda a gente diz: a-pesar do que publicamente jurara, sir Ed. Grey prepara-se para assinar um tratado secreto."

Estou ainda a vê-lo vermelho como uma papoila e enleado como criança apanhada em flagrante delicto. Embutiu; gaguejou; e por fim já quasi com ar vitorioso: — "Mas o que se negocia não é senão a continuação do que já existia, e portanto não constitue novo tratado..."

Perante esta dialética jesuítica fiquei calado, e sem tocar em nenhum outro assunto despedi-me e saí. Soube, no entanto, que êle ficara muito impressionado e desgostoso com a minha observação.

Todavia, e mau grado êsse rebate da consciência do seu principal responsável, as negociações seguiam, e em fins de 1913 chegou-me a informação de que estavam terminadas, e em breve seriam assinadas as modificações ao tratado de 1898, que, sem grande favor, poderiam considerar-se matéria de um novo tratado.

Era material e moralmente um grande desastre!

Materialmente, porque a circumstancia de terem as duas maiores potências do mundo decidido acêrea do futuro destino das nossas colónias, lhes tirava ou cerceava o valor que para nós representavam: ficava Portugal esbulhado de um património cujo direito de posse ninguém lhe contestava.

Moralmente, por ser justamente a nossa aliada, aquela mesmo que tomara a obrigação de manter a integridade dos nossos territórios, quem perpetrava a iniquidade.

E que golpe no prestígio internacional da República! Repetia-se-lhe a cutilada que a Monarquia recebera em 1898, mas agravada com a particularidade de parecer clerogar o principal do tratado de 1899 (chamado de Windsor), no qual novamente a Inglaterra assumia o dever de velar pela integridade dos nossos territórios, atenuando assim de algum modo a culpa do ano anterior.

Na Alemanha o "partido colonial", de quem o govêrno dependia e que dispunha de enorme influência e popularidade, exultava mas já não sofria demoras na assinatura do tratado, e sabendo que o seu texto não podia ser publicado, exigia que o govêrno dêsse uma prova clara e manifesta que garantisse a sua importancia e eficácia.

Aprasara-se a assinatura do tratado para o comêço de 1914, quando o embaixador alemão, Lichnowsky, voltasse de umas curtas férias que tomara, indo respirar os ares pátrios, e tão seguro, tão certo, tão confiado estava na palavra de sir Ed. Grey, que convenceu o govêrno de que nada poderia já impedir a conclusão do tratado.

Foi então que o chanceler do Império, cheio de prosápia, tino e tacto germânicos, para tranquilizar e satisfazer o partido colonial, declarou terminantemente, no discurso de abertura do Parlamento, que a Alemanha ia assinar com a Inglaterra um tratado que representava a divisão, entre os dois países, das colónias portuguesas.

Fiquei profundamente consternado ao ler nos jornais a notícia destas declarações positivas, e fiz a única coisa que me restava fazer: fui ao "Foreign Office" representar e protestar contra o que elas significavam.

Então, clamava eu, o govêrno inglês afirmava que nenhum prejuizo poderia advir para Portugal das modificações introduzidas no tratado de 1898, e o govêrno alemão declara pública e oficialmente que elas estipulam a divisão das nossas colónias! Porém o que diz êsse tratado? o que dizem essas modificações? Porque é que nos não mostram, ao menos, êsses textos? Onde está a lealdade da Inglaterra para com Portugal, o seu velho aliado? Quando isto se souber quem é que se fiará mais da sua palavra? Em suma: tanto bradei e barafustei e tanta era a razão que me assistia, que sir Ed. Grey prometeu-me categoricamente que não assinaria as modificações sem a condição expressa de que seriam imediatamente publicadas bem como os tratados de 1898 e 1899.

DECORAÇÕES MODERNAS

Guarnições de Madras

Guarnições de Brim

Cortinas de Renda

Cortinas de filó

Stores

Bandeaux

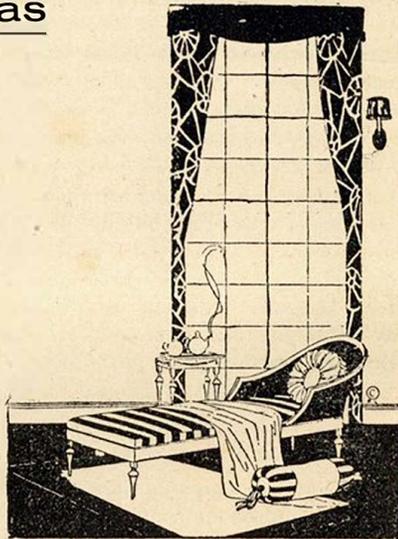
Sanefas

Reposteiros

Panneaux

Doceis, etc.

Peça no nosso orçamento, sem compromisso



ASA
MARCA

UNES
REGISTRADA

65 - RUA DA CARIOCA, 67 - RIO

Reflectindo sobre esta decisão eu concluía: a assinatura não se faz. Após as declarações terminantes do chanceler, o governo alemão certamente nega o seu consentimento à publicação, com receio do "partido colonial", que se julgará enganado e ludibriado, quando vir os termos em que tudo está redigido...

Se sir Ed. Grey mantém a promessa, a assinatura não se faz...

No "Foreign Office", todos os altos funcionários que conheciam o assunto juravam que sir Ed. Grey não faltaria de modo algum à promessa feita. Disso me convenci também, e sentia-me com uma alma nova, mas embora animadíssimo, a pontinha da dúvida persistia, e monologando dia e noite, sobre o caso, o meu estribilho era sempre: "Até ver... até ver..."

Três dias depois, indo jantar ao "Carlton", onde tomava habitualmente as refeições, dou com o Lichnowsky, que estava sentado no hall e parecia aguardar alguém. Mas apenas me viu levantou-se e veio para mim, risonho e afável, de mãos estendidas, êle que de ordinário mal correspondia às minhas chapeladas com um leve acêno de dois dedos.

Num relance medi a situação: fôra logo avisado da resolução de sir Ed. Grey; corraera a Londres na esperança de conjurar a borrasca; e aguardava-me no Carlton para ver se na minha conversa "pescava" alguma novidade ou indício aproveitável.

Terrível diplomata!

— "Então, Príncipe, já de volta?"

— Chamaram-me por causa das obras na embaixada, que não adiantam. E é já uma vergonha: não há meio de dar uma festa em termos. Mas pouco me demoro. Espere alguém para jantar?

— "Não."

— "Então jantemos juntos..."

Foi um dos jantares mais alegres da minha vida. De repente entrou-me a "certeza" de que sir Ed. Grey cumpria a sua promessa, e gozei a pleno a inquietação, digamos as torturas daquele pássaro bisnáu colhido na rede.

Durante a refeição, que foi longa, tentou várias vezes levar a conversa para as colónias, e pedia-me informações sobre as nossas, como se a tal respeito nada soubesse. Eu fazia-lhe descrições sumptuosas de Angola e Moçambique, e tão minuciosas que dir-se-hia tê-las palmilhado tôdas; e sem lhe dar ensejo a que soltasse as perguntas que lhe sentia na ponta da língua, mudava de assunto.

Ao separarmo-nos inquiri:

— "Já esteve com sir Ed. Grey?"

— "Eu, não. Cheguei esta tarde; mas tenciono vê-lo amanhã. Isso interessava-o?"

— "A mim? Não... Mera curiosidade. Boas noites; estou caindo de sono..."

Ao dia seguinte Ed. Grey, na audiência que lhe deu, mostrou-se inabalável; só assinaria com a condição de se publicarem conjuntamente os três documentos: aquele que iam assinar e os tratados de 1898 e 1899 (de Windsor).

— Comecemos por assinar — dizia com esperteza de rato o Lichnowsky — e depois logo se trata da publicação..."

Quando percebeu que não havia modo de mover o seu obstinado interlocutor, fez-se insolente, saccou da mochila e espectro ameaçador do Kaiser e soltou tão agudos gunchos que se ouviam no corredor.

Mas sir Ed. Grey, honra lhe seja, impassível.

Vencido estava pois o pleito — se cabe tal designação á tramóia que se planeava; mas seria vitória para sempre? Não viria outro Ministro, outro Governo, que lhe gorasse os efeitos? Porém oito meses depois, quando rebentou a guerra, sir Ed. Grey persistia na sua resolução, e a guerra teve a vantagem de acabar com todos os tratados anglo-alemães, inclusive aquele de 1898...

IN — "SEARA NOVA"

LITERATURA COLONIAL

Obras premiadas, que todos os portugueses devem ler, propagar e recomendar:

| | |
|---|---|
| Cartas de Angola | por Gastão de Sousa Dias |
| Africa Portentosa | " Gastão de Sousa Dias |
| O Caminho do Oriente | " Jaime do Inso |
| O Velo de Ouro | " Henrique Galvão |
| Cartas da Zambesia | " Francisco Gavicho de Lacerda |
| Timor | " Teófilo Duarte |
| Uma viagem através das Colónias Portuguesas | " António Pereira Cardoso e Armando Morais e Castro |
| Moçambique perante Genebra | " Eduardo de Almeida |
| A Província de Angola | " Norton de Matos |
| Paulíla | " Augusto Casimiro |
| A Nova Largada | " Augusto Casimiro |

A' venda nesta cidade na LIVRARIA H. ANTUNES — Rua Buenos Aires, 133

A SUPERFICIE DO TERRITORIO PORTUGUÊS

| | Km. ² |
|-----------------------------|---------------------|
| Continente..... | 88:740,30 |
| Arquipélago dos Açores..... | 2:565,72 |
| Arquipélago da Madeira..... | 815,00 |
| Cabo Verde..... | 3:927,59 |
| Guiné..... | 36:125,00 |
| S. Tomé e Príncipe..... | 943,72 |
| Angola..... | 1.255:775,00 |
| Moçambique..... | 771:133,00 |
| India..... | 3:806,50 |
| Macau..... | 14,04 |
| Timor..... | 18:980,00 |
| | <u>2.182:825,78</u> |

RAÇAS

Os povos que habitam Moçambique pertencem á raça Bantu, a qual se divide em varios grupos, a saber:

| | |
|----------------------|--|
| Rongas ou Landins... | Lourenço Marques |
| Tongas..... | } Gaza e Inhambane |
| Chopes..... | |
| Sengas..... | Comp. ^{ia} de Moçambique. |
| Angonis..... | Tete |
| Macuas..... | Quêlimane, Moçambique, Cabo Delgado e Niassa. |
| Iaus ou Ajaus..... | Cabo Delgado e Niassa. |

AUTOMOBILISMO

Em 31 de Dezembro de 1930 estavam registados em toda a Provincia de Moçambique (administração direta do Estado) 2.456 veículos automoveis, sendo 1.088 carros de turismo, 806 caminhões, 111 tractores e 451 motocicletas.

As marcas mais representadas eram Chevrolet, com 594 carros; Fiat, com 178; Ford, com 276; Buick, com 98; sendo os restantes veículos distribuidos por 98 marcas.

No distrito de Lourenço Marques estavam áquella data registados 1.440 veículos automoveis de todas as espécies, sendo 733 carros de turismo; em Inhambane, 201, sendo 76 carros de turismo; em Quêlimane, 317, sendo 103 carros de turismo; em Tete, 48, sendo 19 de turismo; em Moçambique, 266, sendo 91 carros de turismo.

A importação de automóveis elevou-se em 1930 a 558 veículos, sendo 288 automoveis e 270 camiões.



CALÇADO



O melhor do mundo

Para sua garantia

exija na sola,

estampado a fogo,

este carimbo



Algumas palavras acêrca das ilhas do Arquipélago de Cabo-Verde

POR MÁRIO LEITE

SOCIO CORRESPONDENTE DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA

ESPECIAL PARA ESTE BOLETIM

ESTE arquipélago compõe-se de dez ilhas, formando dois grupos: o de Barlavento, a que pertencem as ilhas de Santo Antão,—que é a maior e mais fértil ilha de Cabo-Verde, depois de Sant'Iago,—S. Vicente,—cuja séde—a cidade do Mindelo—é o mais importante centro urbano da provincia, e cujo *Porto Grande* é um dos melhores portos naturais do orbe,—S. Nicolau, Sal, Bôa-Vista e Santa Luzia,—pequena ilha deshabitada que pertence ao concelho da ilha de S. Nicolau e serve apenas para criação de gado,—e o de Sotavento, que se compõe das ilhas de Sant'Iago,—a mais importante do arquipélago e na qual está instalada a capital da colónia (cidade da Praia),—Brava, Fogo e Maio.

SITUAÇÃO ECONÓMICA

A provincia de Cabo-Verde não reúne, infelizmente, condições que a habilitem a ser uma colónia rica, como são já, por exemplo, as de Angola e de Moçambique. Para tanto hão concorrido e continuam concorrendo diversas causas, como são a sua divisão territorial em ilhas, a sua area muito limitada, a sua população pouco densa, o estar sujeita a contínuas crises agrícolas, o não possuir as regiões vastíssimas e produtivas que tornam susceptíveis de grande opulencia outras das nossas colónias, a condenável indiferença da maioria dos seus naturais e o abandono a que ha sido votada pelas camadas dirigentes da Mãe-Pátria.

Se, portanto, não houvessem concorrido para a pobreza deste arquipélago as causas aludidas, o aumento da sua riqueza pública seria, hoje, um facto, e sê-lo-ha amanhã se a sua população perder o mau hábito de indiferença para com os seus próprios interesses, se a iniciativa particular se desenvolver, se os terrenos se aproveitarem convenientemente, se os senhores governantes olharem para estas pequenas ilhas com carinho, se, finalmente, modificando-se

as condições meteorológicas de Cabo-Verde, cessarem ou se tornarem raras as esterilizadoras estiagens.

Uma das mais importantes origens da riqueza pública nesta provincia reside na privilegiada situação geográfica da ilha de S. Vicente, que está no cruzamento das linhas de navegação entre a Európa e os portos da America do Sul e da costa ocidental da Africa, e cuja Alfandega arrecada anualmente receitas na importancia de seis mil contos.

No *orçamento da receita e tabelas da despesa ordinária e extraordinária da Colónia de Cabo-Verde para o ano económico de 1931-1932* diz-se:

“A situação económica, que tem sensível reflexo nas finanças dum país, pôde ser aferida pela balança comercial, que, infelizmente, não oferece resultados muito animadores, desenhando-se no horizonte uma sombria perspectiva por um conjunto de factores que vou referir e cuja influencia funesta cumpre a todos—governantes e governados—esforçar-se por atenuar, se não de todo vencer, procurando valorizar os recursos com que a Natureza dotou a terra e o mar do arquipélago.”

“O movimento dessa balança no ano económico de 1929-1930 foi, segundo os elementos fornecidos oficialmente:

| | |
|-------------------------|-----------------------|
| Importação..... | 76.700.066\$29 |
| Exportação..... | 4.285.650\$16 |
| Reexportação..... | 2.128.727\$58 |
| Volume total do tráfego | <u>83.114.444\$03</u> |

“No ano económico anterior (1928-1929) esse tráfego era o seguinte:

| | |
|-------------------------|-----------------------|
| Importação..... | 69.316.172\$88 |
| Exportação..... | 3.290.452\$44 |
| Reexportação..... | 1.586.692\$15 |
| Volume total do tráfego | <u>74.193.317\$47</u> |

“Do simples confronto dos algarismos dos dois anos vê-se que o tráfego comercial aumentou em todas as suas três modalidades no ano eco-

nómico de 1929-1930, em relação ao ano económico anterior”.

“Mas esse aumento não significa que a nossa riqueza económica se tenha desenvolvido. Para que tal facto se desse, seria preciso que as saídas do nosso numerario em pagamento de mercadorias de consumo local fossem inferiores ás entradas ou ao menos iguais. Infelizmente, porém, essas saídas vão de ano para ano aumentando, como se vê do seguinte quadro nos anos de 1929 e 1930:

| | | |
|-------------------------|----------------|---------------|
| Importação..... | 76.700.066\$29 | |
| Exportação.... | 4.285.650\$16 | |
| Reexportação.. | 2.128.727\$58 | 6.414.377\$74 |
| Valor da importação.... | 70.285.688\$55 | |

AGRICULTURA

Em Lisboa disse, ha dias, um ex-ministro das Colonias — o engenheiro Bacelar Bebianco — que se tem a ideia de que as ilhas de Cabo-Verde são muito áridas e estereis, o que é errado. Disse, outrossim, que Cabo-Verde é a colónia de que menos se fala, a menos conhecida, e, — coisa curiosa, — nenhum dos seus problemas ou aspectos logrou interessar qualquer congressista do último Congresso Colonial Nacional.

A agricultura será a principal fonte produtora de riqueza nestas ilhas e ela é que, inquestionavelmente, sustentará o movimento comercial da provincia.

Infelizmente, porém, grande é ainda o atraso deste ramo da industria humana nesta colónia, após quasi cinco séculos de colonização.

A propósito de colonização em Cabo-Verde escreveu em 1911 o então secretário geral do governo da provincia o seguinte:

“Todas as pessoas que conhecem a passividade das populações de algumas das ilhas de Cabo-Verde, onde existem extensas regiões sem

aproveitamento — de que aliás são muito susceptíveis — tem preconizado tentativas de colonização nestas ilhas que, sendo aquelas onde o Estado possui maior extensão de baldios, reúnem também condições várias que facilitam o aproveitamento dos terrenos por cultivadores oriundos de climas temperados. Na ilha de Santo Antão ha largos terrenos de planície, a grandes altitudes, superiores mesmo a 900 metros, e onde a lavoura por meio de charrua é praticavel: ha ali clima saudavel e fresco e um solo cujas aptidões se prestam ás mais variadas culturas. Fica muito proximo do *Porto Grande* de S. Vicente, que lhe é fronteiro, do qual Santo Antão é o abrigo N. e sem o que o *Porto Grande* não teria valor. A população, sejam 26.000 almas ⁽¹⁾, acha-se mais concentrada na parte Norte da ilha. O Sul é pouco povoado e ainda menos aproveitado. Ali teria util collocação uma colónia experimental, de madeirenses, dirigida por um regente agricola. O centro e acantonamento dessa colónia poderia fixar-se na propriedade do Estado denominada *Meza*, cujos terrenos, na encosta Sul, tem um manancial importante de aguas (400^m3 — 24 horas —).

Esse manancial seria garantia da fixação e, em consideravel parte, das subsistencias da colónia, a qual as tiraria facilmente da terra com o aproveitamento daquela quantidade de agua, dirigido com orientação científica e com conhecimentos práticos, que convem não pôr de parte, por mais sábios conselhos que os livros da especialidade deem em abstracto. A outra ilha, que muito carece dum elemento estranho de actividade, é a da Boa-Vista. Ali dança-se mais do que se trabalha; explora-se mais a cabra do que se amanha os terrenos;

(1) Hoje é de 30.000 almas.

IRMÃOS AMARAL NOGUEIRA

MADEIRAS E MATERIAIS

Cimento, Cal, Telhas, Tijolos e Manilhas sempre em stock.

Tacos, Frizos, Forros, em madeiras nacionais, aparelhadas e para todas as applicações.

Rua Riachuelo, 168 — Tel. 2-4728

RIO DE JANEIRO

vive-se contemplativamente do gado, dos seus lactínicos e da miséria, e deixa-se enormes terrenos, cultiváveis, sem o menor esforço de trabalho. Ha aguas em sub-solos extensos, que ninguem explora. Os grandes proprietários não encontram gente que queira trabalhar na cultura dos seus prédios rústicos, alguns de muito favoráveis condições agrícolas. De resto, a população é pequena para a área do território — 613 quilometros quadrados e 2.700 habitantes.”

“Em tempo pensou-se em mandar para aquela ilha uma porção de portugueses que estavam descontentes em Demerara. Chegou a indicar-se ao governo um plano de instalações da colônia: creio que o governo recuou diante das despesas. Ora, elas são imprescindíveis, se não se preferir que fique tudo como está, e que os habitantes da ilha se notabilizem só compondo *mornas*, e dançando-as, numa serena expectativa de mais algumas crises de fome, sem a minima prevenção nem defesa.”

“A introdução, na ilha da Boa-Vista, dum nucleo de trabalhadores rurais, instalado e guiado em condições de poderem constituir ali um frisante exemplo do que vale a energia, a persistencia, e do que se pôde tirar, com metodo, ciencia e consciencia, duma terra que produz tão facilmente, quasi sem lavoura nem adubos; o confronto do que poderia esse labor convenientemente disciplinado com o que aqui faz estacionar tudo pela indolencia, pela teimosia rotineira e pelo desleixo: isso tudo dá razões de peso para que se faça um sério ensaio de colonização naquela ilha, com gente treinada no trabalho do campo e organizada em familia.”

Em 1816 houve uma tentativa de estabelecimento de espanhoes na ilha de Santo Antão, no sitio chamado *Agua das Caldeiras*, — solidão que rescende a rosmaninho e aonde por vezes me hão levado as sempre vivas saudades... duns dias passados debaixo de... outros... ceus...

O povo apresentou um requerimento aos juizes ordinarios, vereadores da camara, procuradores do conselho e aos homens “*de governança*”, no qual se dizia, textualmente, entre outras coisas, que:

“..... 6.º — *Sexto porque não se sabe qual o fundamento porque os suplicados querem es-*

tabelecer nesta ilha se é para ficar e ódepois de tomar conhecimento de tudo dar entrada a sua nação e ficarem senhores da dita ilha.”

O senado deliberou que nem nas terras pertencentes ao concelho nem nas pertencentes á “*real fazenda*” se fizesse aforamento, não só pelas razões expostas pelo povo, senão tambem porque.....

“.....pelos tempos futuros sem a crescer nesta ilha uns Povos pertencentes á nação Portuguesa, e outro á nação Espanhola, coisa inconsideravel de soceder em parte alguma do mundo; e mandaram apresentar este Acordão ao Capilão-Mór Comandante e feitor da Fazenda Real para que êle seja entendido e copiado seja remetido pelo mesmo Senado á Real Junta.”

Não pôde cultivar-se toda a área da provincia. Em todas as ilhas se encontram extensas superficies, em que a rocha nua não é capaz de qualquer produção vegetal.

Para o café, porém, é apreciavel e vasta em Cabo-Verde a área dos terrenos apropriados.

O cafezeiro foi introduzido pela primeira vez neste arquipélago na ilha de S. Nicolau em 1790 por António Leite. Pouco tempo depois foi semeado por Joaquim José Pereira na ilha de Sant'Iago e mais tarde passou a planta para a ilha de Santo Antão.

QUADRO DA IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO DO CAFÉ NOS ANOS DE 1918 A 1928

| ANOS | IMPORT. KIL. | VALOR | EXPORT. KIL. | VALOR |
|---------|--------------|-------------|--------------|---------------|
| 1918... | 2.480 | 1.013\$17 | 178.372 | 94.414\$10 |
| 1919... | 581 | 304\$80 | 372.432 | 256.228\$70 |
| 1920... | 2.374 | 2.694\$15 | 201.727 | 140.444\$45 |
| 1921... | 21.812 | 25.331\$20 | 7.296 | 10.708\$50 |
| 1922... | 11.055 | 25.340\$00 | 4.304 | 8.977\$50 |
| 1923... | 36.556 | 202.758\$07 | 13.391 | 132.878\$00 |
| 1924... | 16.257 | 78.847\$10 | 100.123 | 1.149.420\$00 |
| 1925... | 5.986 | 32.788\$00 | 211.832 | 2.516.673\$00 |
| 1926... | 7.194 | 48.007\$51 | 29.109 | 333.538\$00 |
| 1927... | 9.605 | 78.569\$31 | 65.341 | 655.210\$00 |
| 1928... | — | — | 14.236 | 143.270\$00 |
| | 113.900 | 495.653\$21 | 1.198.163 | 5.441.762\$25 |

INDUSTRIA

E' muito limitado o numero das industrias exercidas nesta provincia, as quais, se exceptuarmos o fabrico da aguardente, do sal, da cal

e do açúcar, teem proporções muito modestas e processos muito imperfeitos.

Na cidade do Mindelo ha uma fabrica de sabões e oleos e uma de telhas; na Brava existe a industria de chapéus e das charuteiras e cigarreiras de palha; em Sant'Iago ha uma fabrica que se dedica á desfibração de sizal e uma de conservas; no Tarrafal de Monte Trigo (ilha de Santo Antão) estabeleceu-se ha meses uma Sociedade que se dedica á industria de conservas de peixe, especialmente o atum.

Ha em Cabo-Verde uma industria que podia ter importancia, se a animasse algum capital. E' a do fabrico de louça de barro na ilha da Bôa-Vista, — industria que podia tambem exercer-se noutras da provincia.

Santo Antão de Cabo-Verde, Março de 1932

NAVEGAÇÃO

Infelizmente ha diminuido nos ultimos anos a navegação nesta colónia.

INSTRUÇÃO PÚBLICA

Além de várias escolas e postos de ensino, temos o Liceu "*Infante D. Henrique*", na cidade do Mindelo.

O ensino primário e secundário nesta colónia será o meio de adiantamento deste povo, que ainda muito mal defende os seus interesses, é muito descuidoso do seu bem-estar e é imprevidente com relação ao seu porvir.

OBRAS PÚBLICAS

Muitas obras se hão executado, havendo já na provincia boas estradas e vistosos edificios publicos.

Joaquim Machado Cunha

Joaquim Machado Cunha

Representante da Cia. Brunswick do Brasil S/A., do Rio de Janeiro e da Cia. Editora Americana (Revista da Semana, Eu Sei Tudo, Scena Muda e Almanack do Eu Sei Tudo).

COMISSÕES, CONSIGNAÇÕES E CONTA PROPRIA

○

Aceita ofertas para generos do Paiz :

Azeite de Dendê, Caruá, Resinas, Oleo de Mamona, etc.

Aceita Representações de qualquer ramo de comercio em geral, dando as melhores referencias dos Bancos ou Agencias Bancarias e das Firmas que representa.

○

Codigos: Mascotte, Ribeiro, Borges, A. B. C. 5.ª ed., Lieber

Caixa Postal 338

Telefone 4953

End. Telegr.: LIANO

Praça Conde dos Arcos 6, 1.º — CIDADE DO SALVADOR — Est. da Bahia

BRASIL — (America do Sul)

DISCURSO

PRONUNCIADO NA SESSÃO COMEMORATIVA DO SEGUNDO ANIVERSARIO
DA SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO
NO DIA 23 DE MAIO DE 1932.

Ex.^{mo} Senhor Encarregado dos Negocios
de Portugal

Ex.^{mo} Senhor Consul Geral de Portugal
Minhas Senhoras
Senhores

Depois de terdes ouvido a belíssima e por todos os títulos notável conferência, há instantes realizada pelo ilustre orador que me precedeu, Senhor Doutor Marcelo Matias, não sei se me é lícito ocupar esta tribuna, cometendo, quem sabe, essa falta imperdoável que será ofuscar na vossa memória o brilhantismo da palavra eloquente que acabais de ouvir. Mas eu apoio-me no seguinte conceito, que formulei: de que não há vitórias sem soldados, embora sejam muitos os generais... Tôdas as vozes de comando se perderão se não houver quem as oiça e execute. São imprescindíveis as hierarquias. E', portanto, na humilde posição de soldado que me encontro neste lugar, como soldado de uma causa sagrada por que é eterna; como obscuro soldado que não sabe desertar dos postos para que é indicado, mesmo dos mais arriscados e perigosos como êste, porque são fracas as armas de que disponho e desprovido o arsenal da minha cultura.

Ainda que eu quisesse esquivar-me a vir aqui saudar-vos em nôme dos meus companheiros de Directoria, confiando a outrem mais capáz o desempenho dessa honrosa tarefa, eu não saberia como fazer tal: primeiro pela viva simpatia que me merecem a Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro e o seu progrâma eminentemente idealista; segundo, e principalmente, por aquelas indeclináveis responsabilidades cívicas que pesam sobre todos os portugueses da minha geração, — a mais admirável depois da brilhante geração de Antero no conceituado dizer de Raúl Proença, êsse talentoso polemista a quem presto a minha sentida homenagem, nesta hora em que a mais cruel das desventuras o acaba de ferir de modo satânico e impiedoso. Compete á minha geração, da qual sou o mais insignificante representante, inte-

grar o nosso país, durante largos séculos transviado, sem leme nem norte, das sendas admiráveis que o destino lhe traçou, na realidade palpitante do pensamento contemporâneo, canalizando as suas correntes vitais para o leito majestoso que o há-de conduzir a altos rumos, reintegrando-o finalmente na grande concepção imperial que abrasou e inspirou o pensamento dos nossos homens de quinhentos, da qual, por desdita nossa nos abastardamos desde a hora em que lamentavelmente nos esquecemos da nossa Tradição democrática e universalista. ¿ Mas a quem se deve a ressurreição dessa mocidade que a todos os portugueses enche de justificado orgulho, inflama de optimismo e galvaniza de confiança? A quem se deve, repito, o despontar auroral, magnífico, dessa geração intrépida e forte, dotada das mais nobres virtudes e de todos os requisitos para o êxito da grande empresa: — a inquietação espiritual, que é a base de tôda a cultura e de todo o progresso humano, a corágem e a audácia na luta, o ardor cívico e os mais frementes anceios patrióticos? ¿ A quem se deve a reencarnação dessa gente ousada, dessa mocidade galharda e varonil? Essa realidade sadia e reconfortante deve-se unicamente á República, ao regime do povo e para o povo! Não fala aqui, como vos afirmei, o republicano, porque não cabe no ambiente desta festa a discussão das vantagens e das desvantagens dêste ou daquêle regime, mêsmo porque todas as fórmulas de regime são efémeras e transitórias, ao passo que a causa da Patria é eterna!

O ensino em Portugal era, até ao advento da República, uma coisa pavorosa! Tôda e qualquer inquietação espiritual era interdita, dêste que não se enquadrasse em moldes visceralmente escolásticos! ● pavor pelas novas tendências espirituais, o horror pelas novas aspirações do pensamento europeu atingira o cúmulo do paroxismo e do inconcebível. As novas concepções espirituais que agitavam os povos de além Pirinéus, ou não chegavam até nós ou chegavam escondidas, como contrabando, nas

almofadas da mala-posta... Imperava o dogma com todo o seu cortejo de mistérios, vivia-se sob o império do Nirvana, muçulmanamente acocorados naquêlo canto da Europa, onde deixára de haver águias para só haver capões... Mas lá diz o ditado que não ha mal que sempre dure... Para pôr cobro a êsse estado de coisas surgiu a Rêpública, como uma rajada de vida nova, de aspirações resgatadoras, de ideais mais altos, rasgando fundas e largas brechas nesse temeroso Escurial em que se enfeudára o ensino na nossa Pátria. E os efeitos do ar livre, do movimento, da acção criadora e vitoriosa, dos novos métodos, da liberdade de pensamento, do esplendor dêsse sol alto da civilização ocidental que ilumina a terra inteira, não se fizeram demorar: êles aí estão, claramente patentes, indiscutíveis, incontrovertidos, grandes em seus efeitos, prodigiosos em seus resultados, brilhantemente reflectidos na personalidade do Senhor Doutor Marcelo Matias, um dos mais lídimos expoentes da cultura e do valor da nova geração de diplomatas portugueses.

As gerações passadas, nefelibatas e pessimistas por dandismo, deixaram inconscientemente que se quebrasse o sentimento da nossa finalidade histórica. Era chic ridicularizarem e menospresarem o torrão natal. E assim se perdeu o fio da nossa Tradição, não dessa tradição miguelista de Sardinha, *dernier cri*, espartilhada pela *Action Française*, mas da Tradição democrática de Grei lusitana, reabilitada de maneira beneditina e insofismável pelo extraordinario saber do illustre e venerando Dr. Ricardo Severo, êsse claro e brilhante espelho de portugueses! Perdêramos, como disse, a concepção imperial e universalista que presidira e inspirara o nosso formidável surto quinhentista, o sonho grandioso do invencível

Afonso de Albuquerque. Mas como se quebrára o fio da nossa Tradição gloriosa, quem nos desviara da senda magnífica e triunfal? Consenti que vos responda, servindo-me das palavras de Sant'Ana Dyonisio, publicadas em um dos ultimos numeros da SEARA NOVA, essa excelente revista de doutrina e crítica que todos os portugueses deviam lêr e meditar no que nela escreve a nossa elite mental:

"Até mil e quinhentos a nacionalidade tinha caminhado á cabeça da civilização europeia. A Universidade de Coimbra-Lisboa foi uma das primeiras da Europa, em data e em labor. Um dos poucos países que em primeira mão recebeu a invenção da imprensa foi o nosso. As relações culturais com as rênepublicas italianas e as cidades flamengas eram permanentes. Van-Eyck visita Portugal e aqui permanece o suficiente para deixar os germes da escola de Nuno Gonçalves; Francisco de Holanda é recebido por Colona, como um hospede de honra, e admitido no cenáculo de Miguel Angelo; os humanistas de maior renome correspondem-se com o círculo erudito e feminino da Infanta; Damião de Góis percorre a Flandres, e trava relações de amizade com Erasmo; Gil Vicente é editado em Hamburgo... Mas, de repente, a Europa é sacudida pelo "escandalo" de Lutero. Um arrepio de pânico percorre o mundo católico. As duas monarquias ibéricas são o último reduto de defesa da ortodoxia. O primeiro movimento, instintivo da Peninsula é "isolar-se", cortando todas as comunicações com a Europa empestada. E assim, em menos de um século, o nosso país, que poucos anos antes tinha sido um pioneiro dos mais activos da civilização europeia; que tinha, á porfia com a Espanha, sulcado mares e pisado terras virgens, transforma-se numa ilha de lagartos receosos, bisonhos, afastados de todo o convívio. A nossa literatura perde a frescura juvenil e airosa que tivera na época trovadoresca, perde a sobriedade e a seriedade que acusava nos bons escritores de quinhentos;

ROUPAS "RENNER" (Trajes e ternos de lã)

Couros, Artigos de viagem. SPORT, Montaria e Praia

Fabricação de malas de libra SILVIUS

Exclusivo dos brins KAKI, BRANCO e VERDE-OLIVA "FLORIARO" e "TRIUNFADOR"

JOSÉ SILVA & CIA. LTDA.

IMPORTADORES

Caixa Postal 445

58 - Rua de S. Pedro - 60

End. Teleg. "SILVIUS"

Telefones: Armazem 4-0671 Escritório 4-5333

RIO DE JANEIRO

faz-se meliflua, artificiosa, imbecil. A actividade espiritual do país — como é proprio de tudo que é senil — consome-se em ninharias, em esperanças sebastianistas, em nostálgicas evocações das passadas glórias... E' a fase do historicismo academico, das odes heroicas, das elegias dedicadas aos honrados cavaleiros que iam, em outros tempos, "fazer a India".

A mofina dinastia de idiotas, com a ajuda da Inquisição e a tremenda organização pedagógica da Companhia de Jesus, transforma o português audacioso e inteligente das Descobertas num lamentável faquir debruçado sobre o proprio umbigo. Inultamente procuram alguns bons espiritos emigrados retomar o fio quebrado da nossa bela cultura quinhentista: os beleguins do Santo Officio farejam tudo. O mêdo da denuncia e a fiscalização do pensamento entregue aos homens sinistros do Index impedem toda a espontaneidade especulativa e criadora. Em filosofia, em pleno seculo dezoito, depois de Descartes e Espinosa, estávamos ainda no comentário escolástico da obra estagirita; em ciência de investigação, numa época em que se discutia lá fora intensamente Pascal, Kepler, Newton, Lineu, não concorriamos com uma bagatela nas ciencias applicadas, industriais, não inventávamos um engenho infimo. E tudo porquê? Porque o nosso ensino era o mais estúpido e estiolante dos ensinos."

Eis as razões por que nos afastamos do nosso verdadeiro caminho, permitindo assim que outros povos mais avisados nos ultrapassassem e, o que é mais lamentável, que aproveitassem em proveito próprio o produto dos nossos trabalhos e canseiras de tantos anos.

Só agora me lembro que talvez algum de vós estranhe que vos fale em *império*, depois de vos ter falado em *Rêpublica*. Engana-se, porém, quem pensar que estas duas palavras são antónimas. Convem observar que nunca me sirvo da expressão "imperialismo". *Rêpublica* é sinónimo de Democracia, e a Democracia, ainda que isto muito pése a certos vendedores de elixires e panaceias milagrosas, não está em decadência; pelo contrário, nas asas diafanas do pensamento contemporaneo ela dia a dia se expande, tomando hora a hora uma feição acentuadamente universalista!

Reparai, como já disse, que ao falar em *império* não quero servir-me desse fonema na acepção napoleónica, pela qual na verdade êle é mais conhecido. Quando me refiro a *império*, procuro empregar sempre êsse vocábulo na acepção camoneana, querendo com êle referirme, como tão alevantadamente o fizera o *Épico* sublime e imortal, á influência e ao poder civi-

lizador da cultura portuguesa. Por êsse motivo, faço minhas as palavras de um colonial distintíssimo, o Sr. Dr. Francisco Veloso: "não há *império colonial*, há império português simplesmente, conservando á palavra e á ideia imperiais o significado e o sentido latinos e romanos de comunidade de províncias. Dentro do Império a província de Angola, por exemplo, vale nacionalmente tanto como a província do Minho, porque ambas fazem parte do mêmo território, e pertencem económica e politicamente á mesma unidade. E se quizerdes avaliar da importancia, das utilidades desta construção, lembrai apênas que contra a estrutura solidária é inutil aplicar, por impossivel, a qualquer parcela sua, o sistema de mandatos. Angola em regime de mandato internacional é tão absurdo como submeter o Minho ou Trás-os-Montes a semelhante *contrôle*".

Eis as razões fundamentais, os motivos imperiosos que determinaram a fundação da Sociedade Luso-Africana do Rio de Janeiro, em nome de cuja Directoria vos agradeço a honrosa comparência a esta festa e a benignidade com que me escutais. Era preciso, era urgente, era imprescindível reatar os laços espirituais que devem ligar e enfeixar numa só aspiração todos os núcleos de portugueses, com bandeira ou sem ela, indistincta e indissolavelmente. Urgia reintegrá-los na larga e alta concepção imperial, aos portugueses residentes no Brasil; contagiá-los dêsse ardente calor cívico que abraça no momento vertente todos os peitos sinceramente lusíadas. Mas para isso era necessário, era indispensável, torná-los conhecidos uns dos outros, concorrer para a sua intimidade e comunhão de interesses, pondo-os, emfim, em contacto, de modo que se amassem e unissem. Em Portugal a concepção imperial domina já o espirito de todos os nossos homens públicos e dia a dia vai conquistando a opinião nacional, — essa concepção imperial tão notavelmente delineada ha dois anos pelo Senhor General Norton de Matos na brilhantíssima conferência que realizou a convite do Govêrno da nobre nação belga, que desta maneira quis honrar o incomparável Alto Comissário da *Rêpublica* em Angola. O Govêrno português, por sua vez, tambem tem e continúa contribuindo patrioticamente para a formação dessa almejada mentalidade colonial, alargando e prestigiando o ensino dos assuntos ultramarinos, prestando tôda a assistência ao Instituto

Superior Colonial. E', senhoras e senhores, uma realização louvavel que bem merece de todos nós e ante a qual nos não podemos quedar insensíveis! E' preciso, portanto, que os portugueses fixados no Brasil se intégrem nêsse mêsmo ritmo, que as nossas aspirações se entrelacem e fundam com as dos nossos irmãos de Portugal e dos Açores, da Madeira e de São Tomé, de Cabo Verde e da Guiné, da India e do Príncipe, de Timor e de Angola, de Macau e de Moçambique, de sorte a formarmos um grande todo, forte e indivisível. Mas isto exige que cada um de nós contribua com o seu grão e arcaia. E' o exemplo da formiga... Pois foi êsse o suprêmo objectivo dos que fundaram a Sociedade Lusó-Africana, cujo segundo aniversário aqui jubilosamente celebramos.

Ligar, entrelaçar, enfeixar o sentimento lusíada de todos os portugueses espalhados pela face da Terra; incutir-lhes no ânimo, consciencientemente e sem bravatas, os ideais do império, — mas nunca, senhoras e senhores que me ouvís, os ambiciosos anelos dos imperialismos absorventes! —, despertar em nós a convicção, e arraiga-la, de que somos uma força traduzida por 18 milhões de almas que se movimentam em terras cuja área excede de 2 milhões de quilômetros quadrados; que nos cabe e cumpre reatar finalmente, e vitoriosamente, os fios da nossa gloriosa Tradição democrática e da nossa missão histórica, a mais idealista de quantas têm

passado por sôbre a Terra e que o Sol tem illuminado!

Convencer de modo categórico todos os portugueses de que nos cumpre viver a hora presente como os nossos maiores viveram a dêles; estimular e alicerçar no ânimo de todos nós a convicção inabalável de que somos ainda o mesmo povo forte: que se não perderam, felizmente, as virtudes que nos tornaram grandes e respeitados e que, para que essas virtudes brilhem de novo, basta apenas que saibamos ser homens da nossa época, e que já é mais que tempo de deixarmos em paz as ossadas, veneráveis é certo, dos nossos antepassados, sob pena de darmos ao mundo a tétrica impressão de que somos um povo de coveiros, carregando ás costas, a tôda a hora, os restos mortais dos nossos santos e dos nossos herois. Não é evocando a todo o instante as proezas do Magriço, a valentia de Nun'Alvares ou de Afonso Henriques que venceremos as dificuldades do momento e que engrandeceremos a Terra em que nascemos! E' estudando e labutando, como o fizeram o Infante, João das Regras, Pedro Nunes e tantos e muitos outros, que serviremos á nossa cara e saudosa Pátria. Sejamos homens do nosso século, como os nossos navegadores e souberam sêr na era de quinhentos! Deixêmos os mortos em paz! Só assim serviremos a Portugal!

António de Souza Araújo

O LOUCEIRO

IMPORTAÇÃO E EXPORTAÇÃO

LOUÇAS, PORCELANAS, VIDROS E METAIS

Especialidade em artigos para Botequins e Hoteis

COSTA PINTO & C.^{IA}

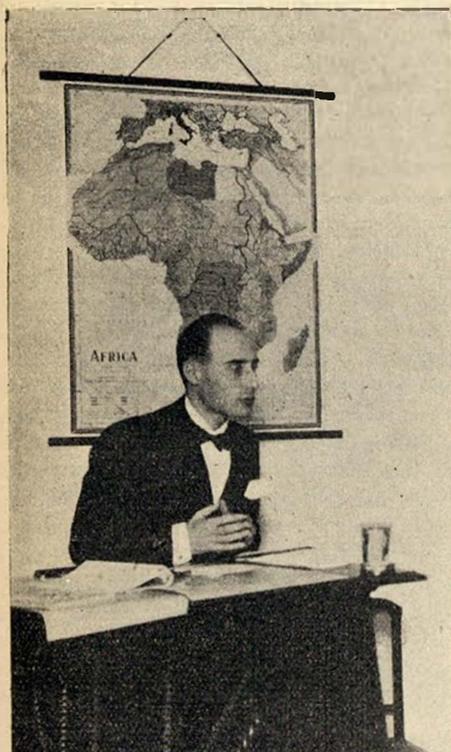
Rua dos Andradas, 99 (Largo do Capim)

TELEFONE 4-1246

RIO DE JANEIRO

LEIAM "CARTAS DE ANGOLA" POR GASTÃO DE SOUSA DIAS

6 nosso segundo aniversário



O “JORNAL PORTUGUÊS”, o vibrante decano dos jornais portugueses, com uma folha de serviços á causa do bom nome de Portugal difficil de igualar, patenteados número a número durante a sua já longa existência de catorze anos, dispensou sempre á Sociedade Luso-Africana uma simpatia que sobremaneiramente a honra, acompanhando-a em todos os seus actos com um carinho que não se agradece com palavras, mas sim com o coração. Ainda agora, por ocasião da festa do nosso segundo aniversário, êsse jornal, de honradas e nobilíssimas tradições, querendo associar-se ao nosso regosijo, dedicou uma das suas paginas do número de 28 de Maio ao relato da sessão solene que realizamos no dia 23 desse mesmo mês. Entendemos que a melhor maneira de lhe patentearmos o nosso agradecimento seria transcrever as suas palavras amigas, arquivando-as neste Boletim :



O ORADOR E A MESA QUE PRESIDIU Á SESSÃO

Sêdas de Fabrico Próprio — CASA ISIDORO — 7 Setembro, 99

**“A SOCIEDADE LUSO-AFRICANA DO RIO DE JANEIRO E A
COMEMORAÇÃO BRILHANTÍSSIMA DO SEU SEGUNDO
ANIVERSÁRIO.”**

“VERDADEIRAMENTE NOTÁVEL, POR TODOS OS TÍTULOS, A CONFERÊNCIA DO ILUSTRE CONSUL-AOJUNTO DE PORTUGAL NESTA CIDADE, EXMO. SENHOR DOUTOR MARCELO MATIAS, SOBRE O “VALOR ECONÔMICO DOS PORTOS PORTUGUESES DA AFRICA.”

As sessões promovidas pela novel Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro — organismo que uma pleiade de moços portugueses fundára para propaganda das nossas provincias ultramarinas, e por consequência para “defender, animar e propagar os ideais pan-lusitanos, visando com isso não só a metrópole e os actuais núcleos lusonios do Brasil e da India, como tambem os futuros núcleos de Angola, Moçambique, Timor, etc., ainda em formação” — têm por característica o sereno mas firme ardor cívico em que são vasadas, e por essa mesma razão lá acorrem numerosas pessoas, sempre ávidas de aprenderem novos conhecimentos sobre as riquezas e o valor político do ultramar português.

Foi isto o que aconteceu mais uma vez na preterita segunda-feira, quando a Sociedade Lusó-Africana do Rio de Janeiro comemorou o segundo aniversario da sua fundação, com uma lusida e brilhante sessão solene, a que se dignaram comparecer os Exmos. Senhores Encarregado de Negocios de Portugal, Dr. Valentim da Silva, Consul Geral de Portugal, Dr. Pedroso Rodrigues e Secretario da Embaixada, Dr. Alberto de Faria, e na qual o Exmo. Senhor Doutor Marcelo Matias, brilhante Consul-Adjunto de Portugal, realizou a sua anunciada

conferencia sobre “O valor economico dos portos portugueses da Africa”.

Eram 9 ½ horas, quando, depois de constituída a mesa, o Exmo. Senhor Encarregado de Negocios declarou aberta a sessão, dando a palavra ao distinto conferencista, ao qual a numerosa assistencia, que enchia literalmente o amplo recinto, tributou uma calorosa e prolongada salva de palmas. Serenados os aplausos, o sr. Dr. Marcelo Matias declara ao auditorio que a sua dissertação não será tão minuciosa como era do seu desejo, e isto por duas razões capitais: por se achar adoentado e por não possuir naquêlo momento um mapa do Continente Africano mais completo do que aquêlo de que se ia servir, para maior clareza da sua exposiçào. E’ claro que o ilustre conferencista supriu esta deficiencia, graças não só aos primores da sua linguagem, maleável e castiça, dando ás frases um elegante recorte literario, que tornaram aliciantes e sugestivas todas as diversas fases do seu notavel trabalho, mesmo aquelas em que teve de recorrer á enunciaçào de cifras e dados estatísticos, como tambem á sua vastissima cultura, verdadeiramente invulgar para a idade do joven diplomata. E desta maneira, a assistencia, em que as *toilettes* das senhoras punham uma nota sugestiva de colorido e distincção, pôde saír encantada, e edificada sôbre o valor dos portos portugueses da Africa, quer sob o aspecto politico, quer sob o aspecto economico, nacional e internacionalmente.

Depois das palavras preambulares a que já nos referimos, o sr. Dr. Marcelo Matias entrou propriamente no tême da sua conferencia, principiando por falar sobre o *Porto Grande* de São Vicente, um dos mais notaveis do

ARTIGOS DE PAPELARIA ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○ ○

OBJECTOS DE ESCRITÓRIO ○ ○ ○ ○

PAPEIS EM GERAL ○ ○ ○ ○ ○ ○

Importadores e Exportadores
Cóval & Co

RUA S. PEDRO, 136

Telef.: 3-0450 3-1449

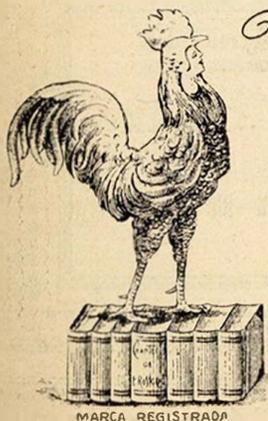
CODIGOS: RIBEIRO e MASCOTTE

○ RIO DE JANEIRO ○

Atlantico, e cuja importancia tem declinado em face da forte concorrência que lhe é feita, nos ultimos anos, pelos portos de Dakar, Las Palmas e Tenerife; concorrência essa que tem triunfado em virtude destes portos estrangeiros estarem melhor aparelhados. S. Vicente tem, todavia, uma importancia excepcional como estação telegrafica, visto que nela amarram nove cabos-submarinhos internacionais; e, quanto as obras do porto, trabalha-se com interesse no seu apetrechamento. Em seguida passa a referir-se aos portos de Angola, especialmente aos que são servidos por caminhos de ferro de penetração e que têm uma tarefa nacional e internacional a cumprir. Por isso cita apenas perfuntoriamente o porto de Benguela-Velha, hoje Porto Amboim, servido por uma linha férrea que tem por fim drenar para o litoral os produtos da região desse mesmo nome, mas de influencia por assim dizer restritamente regional, de maneira a ter tempo de se referir mais de espaço aos outros portos — Mossamedes, Lobito e Luanda, — notadamente a estes dois ultimos, mas ainda mais ao do Lobito, cuja projecção internacional sobreleva a todos os outros portos da Costa Ocidental da Africa. Descreve então com profundos conhecimentos as riquezas extraordinarias do Congo Belga — placa giratoria à volta da qual se movimentarão as mais poderosas influencias economicas do Continente Negro —, não apenas as riquezas agricolas, porque essas são, em geral, comuns a todas as terras, mas principalmente as riquezas desse sub-solo pletorico em jazidas de cobre, estanho, diamantes, etc. Tem palavras do mais alto louvor para com a acção dos belgas —, acção essa que classifica de hercúlea pelos esforços empregados pelos nossos vizinhos e antigos aliados para extrair do solo essas riquezas e carregarem-nas para os seus portos. Tais tentativas não têm sido frutíferas: a distancia de Katanga a Matadi é considerável e o porto desta cidade fluvial não tem a necessaria capacidade para dar vazão a um trafego tão intensivo. Daí a concluir-se e a confiar-se piamente na vitoria final do nosso porto de Lobito, tanto mais que a ligação com Elizabethville se encontra concluida desde junho do anno passado. Ser possível, hoje em dia, atravessar-se o Continente Africano da Costa á Contra-Costa, em caminho de ferro é uma realização prodigiosa, de efeitos incalculaveis! Menciona tambem um dos grandes projectos ferroviarios do sr. General Norton de Matos, o extraordinario animador de Angola, o qual consiste na cons-

trução de uma linha-ferrea — que seria por assim dizer a espinha dorsal da provincia — a qual, partindo de Maquela do Zombo, na margem esquerda do Zaire e atravessando Angola no sentido Norte-Sul, paralelamente, por assim dizer, á linha Cabo-Cairo, idealizada por Cecil Rhodes, o Napoleão do Cabo, entroncaria com os quatro caminhos de ferro de penetração já existentes: o de Luanda, o do Amboim, o de Benguela e o de Mossamedes! Este projecto não é uma utopia, declara o sr. Dr. Marcelo Matias, inflamado do mais ardente sentimento patriótico: basta que os portugueses saibam querer realizal-o! Refere-se á questão do Barotze, cuja pendencia entre Portugal e a Inglaterra foi resolvida pelo rei da Italia a nosso favor; pendencia essa que obrigou o Caminho de Ferro de Benguela a alterar o seu primitivo traçado, inflectindo mais para o norte, alcançando assim a povoação fronteiriga, hoje denominada Vila Teixeira de Sousa, em homenagem ao ministro que dera a concessão da linha ferrea, a Robert Williams. Conta as razões porque o Caminho de Ferro de Mossamedes não proseguiu, o que se deve ao facto dos alemães, enquanto senhores do Sudoeste Africano, não terem chegado comoseo a um acordo sobre o assunto.

Agora passa para a outra costa, e seguindo a norma que adoptara a respeito de Angola, as suas observações fixam-se nos dois importantes portos de Moçambique e na concorrência que fazem não só entre si, como tambem entre os portos do Cabo e Durban ao sul desta Provincia, e de Dar-Es-Salam, ao Norte. Descreve com brilhante nitidez a competencia economica estabelecida por todos estes portos e das zonas de influencia que eles abrangem e servem, pinta com cores fortes os interesses que gravitam á volta desta equação de varias incognitas, porque o anseio de todos eles é chamar a si o trafego de regiões excepcionalmente ricas. Cada qual procura apetrechar-se o melhor possível, e neste capitulo o nosso país pode vangloriar-se de ter realizado uma obra simplesmente portentosa: o porto de Lourenço Marques, realizado com homens e capitais portugueses pode servir de paradigma dos nossos esforços em terras de Africa. Gastamos nessas obras 6 milhões de libras, mas ninguem nos poderá acusar de tolhermos a prosperidade do *hinterland* dos nossos vizinhos! E então o ilustre conferencista exclama, cheio de justificada ufania: se em relação ao porto de S. Vicente os franceses e os espanhois



Alfaiataria CHANTECLER

IMPORTAÇÃO DIRECTA

EPECIALIDADE EM ROUPAS FEITAS E SOB MEDIDA

A. A. PINTO

188 — Rua Sete de Setembro — 188

TELEPHONE 2-5646

End. Telegr.: CHANTECLER

RIO DE JANEIRO

nos levam vantagem, ninguem no-la leva em relação ao porto de Lourenço Marques: a sua hegemonia é um facto!

O comprimento deste porto é de 36 quilometros e o comprimento do molhe é de 14, sendo a sua superficie de 30 km². O comprimento do cais é, porém, de 2.100 metros e a superficie dos armazens 250.000 m². O seu aparelhamento é do mais moderno, possuindo 29 guindastes e 2 instalações para o trasbordo de carvão. Desses guindastes electricos 19 supesam até 5 toneladas; 3 até 10 toneladas; 1 até 20 toneladas; 1 até 75 toneladas; e 5 até 3 toneladas. Para se avaliar do papel formidavel que o porto de Lourenço Marques desempenha, basta mencionar que está em comunicação regular com todos os portos do mundo, por intermedio dos vapores de 33 das mais importantes Companhias de navegação, que lá escalam.

Depois do que deixou dito, proclama: todos os portugueses podem estar absolutamente convictos de que somos o mesmo povo doutroa, que as nossas realizações de hoje são a projecção honrosa dos feitos gloriosos dos nossos antepassados. O tempo não nos diminuiu nem nos privou das virtudes de trabalho, honradez e perseverança que nos tornaram respeitados! Assim terminou o sr. dr. Marcelo Matias a sua bellissima e por todos os titulos notavel conferencia, que bem merecia ser publicada e disseminada na integra, como uma lição de patriotismo e de feryor lusiada! Pena foi que não a tivessem stnografado, como muito bem disse o sr. Encarregado de Negocios, ao mesmo tempo que incitava o jovem diplomata a não interromper tão magistraes lições, desejo esse que a assistencia, electrizada, referendou, aplaudindo o brilhante conferencista com verdadeiro frenesi! Uma tempestade de palmas e uma revoada de aplausos, comovidamente glorificadora, ecoaram então!

“Uma administração e um govêrno medem-se pelas suas realizações — se nada conseguiram construir, nada valem”

NORTON DE MATOS

OPERAÇÕES BANCARIAS

ADMINISTRAÇÃO DE PREDIOS

Gonçalves Sá & Companhia

39, RUA DE S. PEDRO, 39

TELEPHONE 3-1321

CAIXA POSTAL 2471

RIO DE JANEIRO — BRASIL

TINTAS, OLEOS, VERNIZES, ESMALTES E TODOS OS ARTIGOS
PARA PINTURA

ABEL DE BARROS & COMP.

DISTRIBUIDORES DAS AFAMADAS TINTAS EM TUBOS “AGUIA”

233, Rua Buenos Aires, 233 — Tel. 4-1831

End. Teleg. “ABELBARROS — RIO”

RIO DE JANEIRO

LEIAM “O CAMINHO DO ORIENTE” POR JAIME DO INSO

ORÇAMENTO GERAL DE MOÇAMBIQUE PARA O ANO ECONÓMICO DE 1931-1932

| RECEITAS | IMPORTANCIAS | DESPESAS | IMPORTANCIAS |
|--|------------------------|---|------------------------|
| Impostos directos gerais | 86.361.831\$01 | Divida da Colonia | 5.689.465\$87 |
| Impostos indirectos | 68.270.100\$00 | Gov. da Prov. e repr. nacional | 9.134.478\$60 |
| Industrias em regime tributario especial | 9.770.500\$00 | Ap., jubilações, pensões e reformas | 10.120.086\$07 |
| Taxas — Rendimentos de diversos serviços | 29.678.100\$00 | Adm. Geral e Fiscalização | 90.229.047\$11 |
| Domínio privado — Empresas e Industrias do Estado — participação de lucros | 12.446.337\$78 | Serviços da Fazenda | 20.192.226\$52 |
| Rendimento de capitais, acções e obrigações de bancos e companhias | 3.652.484\$40 | Serviços de Justiça | 4.887.691\$01 |
| Reembolso e reposições | 6.982.434\$13 | Serviços de Fomento | 115.121.919\$67 |
| Consignações e receitas | 96.456.339\$54 | Serviços Militares | 20.621.371\$14 |
| Total de Escudos | 313.618.126\$86 | Serviços da Marinha | 17.438.644\$04 |
| | | Encargos Gerais | 18.082.430\$96 |
| | | Exercicios findos | 100.765\$87 |
| | | Saldo | 311.618.126\$86 |
| | | Total de Escudos | 313.618.126\$86 |

A INSTRUÇÃO PÚBLICA NAS PROVINCIAS DE MOÇAMBIQUE E ANGOLA

ORÇAMENTO DA DESPESA PARA O ANO ECONÓMICO DE 1931-1932

EM MOÇAMBIQUE:

| | |
|--|-----------------------|
| Direcção dos Serviços de Instrução | 197:800\$00 |
| Museu da Colónia | 158:833\$50 |
| Liceu Central 5 de Outubro | 1.600:216\$00 |
| Curso Elementar de Comercio | 342:082\$50 |
| Serviços de Inspeção | 1.942:298\$50 |
| Serviços de Inspeção | 116:052\$00 |
| Escolas Primarias: | |
| Distrito de Lourenço Marques | 1.088:906\$00 |
| Distrito de Quelimane | 129:360\$00 |
| Distrito de Tete | 35:712\$00 |
| Distrito de Cabo Delgado | 250:212\$00 |
| Distrito de Niassa | 110:448\$00 |
| | 1.614:638\$00 |
| | 4.029:622\$00 |
| Instrução profissional exercida por professores europeus e indigenas, nas Circunscrições, cujas despesas são custeadas pelo Fundo de Fomento | 1.776:784\$00 |
| Subsídio ás Missões Católicas Portuguesas | 5.710:852\$88 |
| | 11.517:256\$88 |

EM ANGOLA:

| | |
|---|----------------------|
| Direcção dos Serviços de Instrução | 156:810\$00 |
| Liceu Central Salvador Correia | 642:418\$00 |
| Liceu Nacional da Hufla | 407:030\$00 |
| | 1.049:448\$00 |
| Escola Primaria Superior de "Barão de Mossamedes" | 114:723\$20 |
| Circunscrições e Escolas Primarias | 3.036:935\$10 |
| Escolas Ofic'inas | 1.766:600\$00 |
| Escolas Rurais | 126:000\$00 |
| Subsídio ás Missões Religiosas | 3.507:095\$00 |
| | 9.757:611\$30 |

NOTICIÁRIO

Bibliografia

Esta Sociedade está recebendo regularmente as seguintes publicações, que agradece:

- JORNAL PORTUGUÊS — Semanario do Rio de Janeiro.
 JORNAL PORTUGUÊS — Semanario de Buenos Aires.
 O COLONIAL — Semanario de Fairhaven, Mass.
 COMÉRCIO DO PORTO — Grande diario do Porto.
 O BRADO AFRICANO — Semanario de Lourenço Marques.
 O EMANCIPADOR — Semanario oper.º de Lourenço Marques.
 MOÇAMBIQUE — Semanario de Lourenço Marques.
 O DIREITO — Diário independente da manhã de Lourenço Marques.
 NOTICIAS — Diário da manhã de Lourenço Marques.
 JORNAL DE BENGUELA — Diário independente de Benguela.
 NOTICIAS DA BEIRA — Bi-semanario com circulação na provincia de Moçambique, Nyasalana, Africa Oriental Inglesa, Rodesia e Katanga.
 O INTRANSIGENTE — Semanario de Benguela.
 ÚLTIMA HORA — Tri-semanario de Luanda.
 A PROVINCIA DE ANGOLA — Diário da tarde de Luanda.
 O LOBITO — Semanario de Lobito.
 NOTICIAS DA HUÍLA — Semanario de Sá da Bandeira.
 MIRAGEM — Revista semanal ilustrada de Lourenço Marques.
 BOLETIM DA CAMARA PORTUGUESA DE COMÉRCIO — do Rio de Janeiro.
 BOLETIM DA CAMARA PORTUGUESA DE COMÉRCIO — de São Paulo.
 COMERCIO E ULTRAMAR — Boletim mensal do Banco do Comércio e do Ultramar, de Lisboa.
 PORTUGAL EXPORTADOR — Revista Comercial, Industrial e Turistica de Lisboa.
 BOLETIM OFICIAL — da Colónia de Moçambique.
 BOLETIM OFICIAL — da Colónia de Angola.
 BOLETIM OFICIAL — da Colónia da Guiné.
 BOLETIM OFICIAL — do Governo da Colónia de Timor.
 BOLETIM OFICIAL — do Governo da Colónia de S. Tomé e Príncipe.
 BOLETIM EPIDEMIOLOGICO — da Colónia de Angola.
 BOLETIM ECONOMICO E ESTATISTICO — da Colónia de Moçambique.
 ESTATISTICA COMERCIAL DO CIRCULO ADUANEIRO DE ANGOLA.
 BOLETIM DA LIGA NACIONAL AFRICANA — Propriedade da mesma Liga.
 BOLETIM SANITARIO — do Governo da Colónia de Timor.
 BOLETIM DA AGENCIA GERAL DAS COLÓNIAS — Orgão da mesma Agencia.
 REGULAMENTO GERAL DE TRANSPORTE — TARIFAS — da Companhia do Caminho de Ferro de Benguela.
 BOLETIM DA DIRECÇÃO — Dos serviços de agricultura e comercio de Angola.
 BOLETIM DA ASSISTENCIA MEDICA DOS INDIGENAS DE ANGOLA.
 BOLETIM DA DIRECÇÃO DOS SERVIÇOS DE PECUARIA DE ANGOLA.
 Recebe mais:
 MATA DE PORTUGAL — Semanario do Rio de Janeiro.

Biblioteca

A Biblioteca desta Sociedade foi este ano enriquecida com as seguintes obras:

- MOÇAMBIQUE PERANTE GENEBRA — Eduardo d'Almeida Saldanha.
 AFRICA PORTENTOSA — Gastão de Sousa Dias.
 CARTAS DE ANGOLA — Gastão de Sousa Dias.
 O VELO D'OIRO — Henrique Galvão.
 MOMBACA — F. Gavicho de Lacerda.
 TERRA PROIBIDA — Teixeira de Pascoais.
 EPISÓDIOS DRAMATICOS DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA — Antonio Baião.
 EM BUSCA DO CORSÁRIO — Fernão Mendes Pinto.
 ITÁLIA AZUL — Jaime Cortesão.
 ALEGRIA CRIADORA — Tasso da Silveira.
 ALBUM FOTOTÍPICO E DESCRITIVO DAS OBRAS DE SOARES DOS REIS. Com um perfil do Grande artista pelo Dr. Alves Mendes.
 MACAU — Jaime do Inso.
 O CAMINHO DO ORIENTE — Jaime do Inso.
 TIMOR — Teofilo Duarte.
 LE BRESIL ET LES COLONIES PORTUGAISES — F. Ribeiro Salgado.
 ANGOLA — Julio Ferreira Pinto.
 AUTONOMIA DE ANGOLA — José de Macedo.
 COISAS DE MACAU — Alvaro de Mello Machado.

GRANA-SAL

SAL PURGATIVO

E

EFFERVESCENTE

(A BASE DE SAES DE FRUCTOS)

PERFEITAMENTE TOLERADO
E DE PALADAR AGRADAVEL

REFRESCANTE-ESTOMACAL
LAXATIVO-PURGATIVO
E DIURETICO

GRANADO & C.^A

RUA 1.º DE MARÇO, 14, 16 E 18
RIO DE JANEIRO

Novos socios

Durante os meses de Janeiro a Maio do corrente ano foram admitidos mais os seguintes novos sócios:

ANTONIO RAINHO DIAS, prop. por Bernardo Nunes Condeço-
JOSÉ RODRIGUES PEREIRA, prop. por Tito de Sousa e Melo.

J. NASCIMENTO RIBEIRO..... } propostos por Alfredo
LICÍNIO J. G. PEREIRA DA COSTA } Alves Freixo.

ANTERO DE FARIA, proposto por Amandio Peixoto e
Louro de Melo.

JULIO DE ALBERGARIA.... }
AFONSO DE MELO BOTELHO } propostos por Antonio de
MANOEL ARROBAS MARTINS } Sousa Amorim.
ANTONIO SAAVEDRA..... }

AMADEU ANDRADE..... }
ABEL DE BARROS MARQUES } propostos por Alberto Lo-
MANUEL FERREIRA..... } pes dos Santos.
MANUEL DUARTE CAMPOS. }

MANUEL AUGUSTO DE ALMEIDA }
KASPRZYKOWSKI..... } propostos por Alamiro
TEOFILO CARINHAS..... } Andrade.
J. FERREIRA DE SOUSA..... }
MANUEL NUNES DA ROCHA.. }

CARLOS ALBERTO DA SILVA RAMOS }
A. F. RIBEIRO..... } propostos por Ante-
MARIO DA SILVA MENDES..... } ro de Faria.
SEVERINO JOSÉ DE MATOS..... }

DR. AUGUSTO DE SOUSA BAPTISTA. }
JOAQUIM MARTINS CASTANHEIRA.. } propostos por Fran-
CLEMENTINO ANTONIO DE CARVALHO } cisco das Dôres
Gonçalves.

EGBERTO AGUIAR, proposto por J. Nascimento Ribeiro.

JOAQUIM SIMÕES..... }
ANTONIO RIBEIRO..... } propostos por José Rebelo da
JÉLIO REBELO DA COSTA } Costa.

Novos directores

Por terem vagado na directoria os cargos de vice-presidente e vogal, foram eleitos, de conformidade com os estatutos, isto é, em reunião conjunta da directoria com o Conselho fiscal, respectivamente, os associados Antero de Faria e Abel Moreira Neves.

Estes novos directores tomaram posse em reunião de 2 do corrente.

Restabelecimento

Depois de prolongada e pertinaz enfermidade que durante alguns meses o roubou ao nosso convívio, já se encontra restabelecido, com o que muito folgamos, o Sr. Joaquim Porto — 2.º bibliotecario da Directoria.

Agradecimento

A comissão encarregada de elaborar este Boletim, sente-se jubilosa por ter levado a bom termo a sua missão. de ter correspondido à confiança que a Directoria da Lusó-Africana lhe dispensou.

A comissão não tem a veicidade egoísta de chamar a si só a honra dos resultados colhidos, e pratica uma obra de justiça lembrando o concurso e auxílio que, de tão bom grado, lhe trouxeram alguns patricios e amigos, auxílio intelectual da parte de uns; material da parte de outros; muito generoso da parte de todos.

A todos a comissão estende o seu reconhecido agradecimento e para os seus nomes chama a atenção dos leitores.

Foram eles os senhores:

Alberto Lopes dos Santos, Rodolfo Moullin, Adeline Domingues Maia, Mário de Sousa Soares, Francisco Dias Costa, José Rebelo da Costa, Mario Fernandez, Capucini & Comp., Silva & Barreto, Almerindo Martins Gomes, Fernandes Gonzalez & C., Alves Freixo & Comp., Casa Nunes, Fabrica Hélios Ltd., Sousa Baptista & Comp., David Carneiro & Comp., Coval & Comp., Usina Nacional de Industrias Químicas, J. de Oliveira Teles, Raul R. Rudge, Comp. Calçado Fox, Casa Garibaldi, Casa Isidoro, Comp. Aliança da Baía, Pearl Assurance Ltd., Moysés M. Santos, Joaquim Machado Cunha, Abel Barros & Comp., Gravador Pastor, L. Costa & Comp. Ltd., Granado & Comp., José Silva & C., Miguel D. Ajuz, José Ramos, Irmãos Amaral Nogueira, L. G. Antunes, F. Morais Alves, Gonçalves Sá & C., J. Nascimento Perpetuo, Costa Pinto & C. e A. A. Pinto.

A Comissão

Francisco das Dôres Gonçalves

Antonio de Sousa Amorim

Alamiro Andrade

NOTA PRÉVIA

Fiel ao seu programa de inatacável independência, a Sociedade Lusó-Africana assegurou aos ilustres colaboradores deste boletim plena liberdade de pensamento. Por tal motivo ninguém terá o direito de lhe atribuir o endosso das doutrinas aqui expandidas que por ventura se não fillem de modo directo nos objectivos que presidem os nossos fins — a expansão de lusitanismo em todos os seus múltiplos aspectos: económicos, políticos e sociais.

N. do B.

NOVO DICIONÁRIO POPULAR

DO PROF. JOSÉ OITICICA

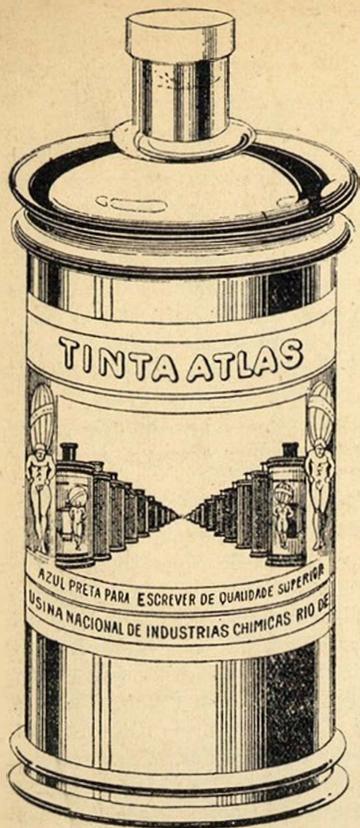
Cada Fascículo: 1\$000 Réis

EM TODO O BRASIL

PEDIDOS Á INDUSTRIA DO LIVRO EDITORA (ANTIGA CASA A ENCADERNADORA — FUNDADA EM 1890)

J. O. DE OLIVEIRA TELLES

RUA S. JOSÉ, 35 — Telef. 3-0804 — RIO DE JANEIRO



Para escrever bem

TINTA ATLAS

Usem **GOMMA ATLAS**

Cêra para soalho **UNIC**

PRODUTOS DA

Usina Nacional de Industrias Chemicas

UNIC
MATA
MOSCAS, MOSQUITOS,
PULGAS, PERCEVEJOS,
BARATAS, CUPINS, TRAÇAS
E TODOS OS
INSECTOS

e UNICO e o UNICO e UNIC

Quando vaporizado, não é venenoso,
não mancha e não é caustico

É de cheiro agradável, é inofensivo ás
pessôas e aos animais

É EXCELENTE DESODORANTE

Não faça mais experiencias,
use "UNIC"
porque é o único insecticida
de valor e de melhores resultados



CARTONAGENS FINAS

PARA

QUALQUER INDUSTRIA

ALVES FREIXO & C.^A

RUA DO LAVRADIO, 101

TELEFONE: 2-0893

RIO DE JANEIRO



“COLCHÃO MECANICO”

É o colchão ideal

PELO

conforto, resistencia e asseio

Sousa Baptista & Cia. Ltda.

RUA 13 DE MAIO, 45

TELEFONE 2-3586

RIO DE JANEIRO

EXTRACÇÕES SEMANAES

Pedidos á CASA GAUCHO—Rua Chile n.º 3

L. COSTA & C.^a Ltda.

RIO DE JANEIRO



**A LOTERIA DA
PARAHYBA
TRAZ A SORTE**

Desta edição fez-se uma tiragem especial de 100 exemplares em papel couché "Perfect art"